UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITECTURA E URBANISMO

Delana Cristina Corazza

**OS LIMITES DA CIDADE: DIREITO À MORADIA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM
CASOS DE REMOÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Foto Henrique Yasuda

São Paulo, 2014

Delana Cristina Corazza

OS LIMITES DA CIDADE: DIREITO À MORADIA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM
CASOS DE REMOÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins

São Paulo, 2014

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa
São Paulo 08 de Dezembro de 2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: delanacorazza@gmail.com

Corazza, Delana Cristina
C788L Os limites da cidade: direito à moradia e atuação do Estado em
casos de remoção no município de São Paulo / Delana Cristina
Corazza -- São Paulo, 2014.
192 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) –
FAUUSP.

Orientadora: Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins

1.Favelas – São Paulo(SP) 2.Segregação urbana 3.Direito à
moradia 4.Regularização fundiária 5.Luta urbana I.Título

CDU 711.585(816.11)

Folha de Aprovação

Nome: Delana Cristina Corazza

Título: **Os limites da cidade:** direito à moradia e atuação do Estado em casos de remoção no município de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de mestre
em Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Ao Miguel e à Cecília, pela vida que construímos.

Agradecimentos

Esta dissertação, apesar de uma formulação individual, é fruto de uma construção coletiva do conhecimento que envolve muitas pessoas, agradeço a todos que direta e indiretamente participaram deste processo comigo.

Agradeço à minha orientadora, profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins pela oportunidade, pela liberdade e pela confiança. Agradeço imensamente as conversas, os momentos de orientação e por me mostrar novas possibilidades na construção de uma pesquisa acadêmica.

Ao CNPQ pela bolsa de estudos que possibilitou – materialmente – a minha dedicação a esta pesquisa.

Aos professores da FAU-USP que auxiliaram direta ou indiretamente neste processo, Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira, Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim e Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão

Aos professores presentes em minha banca de qualificação pelas importantes contribuições que foram levadas adiante, Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira e Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Ao Miguel pelo cuidado, pela presença, pelo amor e por ser tudo o que é, tão junto de mim. À Cecília pelas brincadeiras e choradeiras e por me fazer profundamente feliz.

Ao meu pai, que me mostrou desde sempre o que é ser simples de verdade e por ser a pessoa mais incrível que eu já conheci. À minha mãe, pelo amor que nunca faltou. Ao meu sobrinho Bruno, pela doçura.

À Rachel *in memoriam* pelo exemplo sempre presente.

À Karin, pela força e beleza. Aos amigos Pedro e Bruna, por estarem próximos mesmo longe e pelas conversas da vida e da luta. Às minhas “Rês”: Rê da vida toda, desde pequena, Rê (Ghisleni) pelo riso leve e profundo, Rê (Antão) pela presença fundamental. À Zê e ao Pedrinho, por me mostrarem o simples da vida. À Talita pela confiança e pela tranquilidade. Ao Pedruska pela amizade, pelo exemplo na luta e por me salvar diversas vezes no mestrado. Ao Hugo pelo companheirismo na luta e por emprestar o gravador (mesmo precisando usá-lo). Ao Diogão, pela profundidade. À Cris por ser tão forte e doce e por me ensinar o que eu queria tanto saber. À companheira da luta e da vida, Carol, exemplo de revolucionária.

Ao Zé Paulo, pelas inúmeras conversas e por me ensinar, na prática, a solidariedade de um comunista. À Leila por chorar de tanto rir.

Ao Luiz Kohara pelo incentivo desde o início e por estar à disposição em todo este processo de construção de minha pesquisa e, principalmente, pelo exemplo de compromisso e dedicação na luta urbana.

Aos camaradas da editora Expressão Popular, Elaine, Juliano, Bellé, Fábio, Davi, Sirlei, Bete, Cecília, Felipe, Valdelice e Dulcineia, sem eles essa dissertação não seria possível.

À Escola Nacional Florestan Fernandes pela inspiração e pela Ciranda.

A todos que trabalharam comigo no Escritório Modelo da PUCSP em especial Sabrina, Irene, Luísa e Rute, companheiras da vida. À Hellen, Rose, Thaís, Dani, Karen, Bia, Carla e Maris pelo cotidiano de aprendizagem.

Às advogadas populares Rachel Taveira e Daniella Bonilha pela disposição, pelo envolvimento e pelo compromisso.

Ao defensor público Carlos Loureiro, pela força, pelo exemplo e pelos sonhos compartilhados.

À Cecília, pelas lutas travadas na Brasilândia.

Aos companheiros de lutas e “Jornadas”, Dito, Nuria, Solange, Anaí, Maria dos Anjos, Argemiro, Alderon, D. Olga, D. Neide, Mara, Nelson Che, Natalia, Marilene, Douglas, Bia, Ana e tantos outros pela tentativa incansável na construção de uma nova cidade.

A todos que se formaram nos cursos de Defensores Populares e aos que ajudaram a concretizá-los.

Aos que se dispuseram realizar as entrevistas.

E por fim, principalmente, aos moradores das favelas que tive a oportunidade de conhecer nos últimos anos, em especial ao Edwin, Vanessa, Alessandra e Francisco, da Favela do Moinho, à Gorete, Bia, José e Fabiana, do Cocaia, à Zenaide, Luciana, Manoel e S. Francisco, da São Bento, ao Wilson e Natalino, da Favela Dezenove, à Dú e Sônia, do Jardim Paraná, ao Luiz e Girlene, de Jurubatuba e à D. Conceição, da Álvaro Ramos.

O POBREMA DA HABITAÇÃO

Paulo Vanzolini

Eu vivia satisfeito
no meu qualto de porão.
Um dia encontrei Jesuino:
- Como vai, nego canaia? -
- Nego não, hein, eu sô santista,
tô queimado do sôr da praia.
- Já que tu qué, ta bem.
Cumô vai, nego santista?
- Vô bem. Me viro na metrople
polista. Tô morando no Esplanada. –
- Num diga, pela panca num parece. –
- Tô sim, tô lá debaixo da escada,
lado esqueldo de quem desce. –

Fiquei com dó do caboco.
Com essa garoa, tá loco.
Eu tenho coração mole:
Jesuino, a palti de hoje
tu te arrecole
nos meus aposento palticulá.
É só uma cama de sortero
num qualto de porão,
mas quem durmiu no moiado
vai se encontrá miorado.

E fumo vivendo em frente,
dois alegre cumpanhero
numa cama de sortero.
E vai e vem e vorta e coisa e loisa
um dia eu chego em casa
despereocupado da vida,
e dô cumá mulé descunhecida.
Mas Jesuino se espricou:
- Contraí matirimonio,
apresento minha senhora.
Amanhá nois vai simbora
assim que dé solução
No pobrema da abitação.

Amanhá num foro não.
E fumo vivendo em frente,

3 alegre cumpanhero
numa cama de sortero.

E vai e vem e vorta e coisa e loisa e
maripoisa
um dia ela diz pra Jesuino:
- Menino, escuitem a voz do destino
meu coração não é mais teu,
é dele! – e apontou eu.
Jesuino ficô cinzento,
eu vi que ia dá em bestêra,
mas foi coisa de momento.
Nossa amizade é veldadera
E eu tenho a perna muito mais ligera.

Só disse: Num posso brigá contigo
só tu que foi meu amigo,
só tu que me deu abrigo
na metrópole polistana.
Vô simbora pra semana
assim que dé solução
no pobrema da abitação.

Pra semana num foi não.
E fumo vivendo em frente,
os 3 mesmo cumpanhero
numa cama de sortero.

E vai e vem e vorta
e coisa e loisa
e maripoisa,
um dia ela me diz:
- Se enganei com teu amô,
num era amô verdadeiro.
Amanhá vô simbora cum bombero! –

O gorpe foi duro pra catano,
mas a vida é essa, seu mano,
e hoje, naquele qualto de porão,
naquela cama de sortero,
mora Jesuino e eu,
mas a cabrocha e o bombero,
Oh pobrema da abitação!!!

RESUMO

CORAZZA, D. C. **Os limites da cidade**: direito à moradia e atuação do Estado em casos de remoção no município de São Paulo. 2014, 192 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Nesta dissertação trabalhamos o problema da habitação a partir de questões estruturais do capitalismo e das características econômicas e políticas da sociedade brasileira. Para compreendermos os limites das leis na garantia do direito à moradia, reconstruímos o histórico jurídico social de três favelas da região Sul e extremo Sul da cidade de São Paulo.

Posteriormente, analisamos a questão referentes a garantia da moradia à classe trabalhadora a partir das lutas dos movimentos sociais e das políticas públicas, sinalizando os avanços e retrocessos na possibilidade de se efetivar uma vida digna aos moradores da cidade. Buscamos avaliar o processo de judicialização destas lutas, passando pelo caráter do Direito e pelos atores que o representam. Por fim, trouxemos alguns elementos para avançarmos na conclusão, tais como os processos de reprodução do capital no espaço urbano e o papel das políticas neoliberais que aprofundaram os processos de segregação espacial e fragmentação da luta urbana.

Palavras-chave:

Direito. Segregação Urbana. Favela. Regularização Fundiária. Resistência. Luta Urbana.

ABSTRACT

CORAZZA, D. C. **Cities limits**: right to housing, State actions in São Paulo cases of removal. 2014. 192p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

In this paper we analyse the housing question taking into account structural capitalist issues and political and economical Brazilian specificities. In order to understand the limits of laws in assuring housing rights, we rebuilt the social-juridic history of three “favelas” in São Paulo south and in the very south region.

The social movement struggles and public policies are the bases for our analysis of limits and achievements in making real a decent life concerning working class housing issues. We evaluate the judicializing process of these struggles, i.e., the Laws as a resource for them and the actors involved. Last, we bring out some aspects of the urban development such as the role of neoliberal policies that deepened the spatial segregation process and the urban struggle fragmentation.

Key-words:

Law; urban segregation, favela, land regulation; resistance, urban struggle

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	14
1. CONTEXTO	27
1.1. A questão da habitação.....	27
1.2. A questão estrutural.....	35
1.3. A questão na história	41
1.4. A questão da sustentabilidade	53
2. CASOS	53
2.1. Favela Jd. São Bento Velho.....	54
2.2. Favela Parque Cocaia I.....	74
2.3 Favela Dezenove.....	93
3. A QUESTÃO DA MORADIA	109
3.1 A questão da luta pela moradia	109
3.2.A questão das políticas habitacionais	120
4. A QUESTÃO DO DIREITO.....	130
4.1. A questão do Direito e da Propriedade.....	130
4.2. A questão da judicialização das demandas	133
4.3. A questão dos operadores do direito.....	142
5. CONCLUSÕES.....	161
5.1. A questão da reprodução do capital no espaço.....	161
5.2. A questão das limitações – alguns apontamentos.....	176
5.3. Considerações finais.....	179
Referências Bibliográficas	185

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMA – Assistência Médica Ambulatorial

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CEPIS – Centro de Educação Popular Sedes Sapientiae

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CUEM – Concessão de Uso Especial para fins de Moradia

DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

DPE-SP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EM-PUCSP – Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Garmic – Grupo de Articulação para Moradia do Idosa da Capital

HABI – Superintendência de Habitação Popular

Habisp – Sistema de Informação para Habitação Social

HIS – Habitação de Interesse Social

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MPL – Movimento Passe Livre

MP-SP – Ministério Público de São Paulo

MS – Mandado de Segurança

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PD – Plano Diretor

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

Secovi-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

Sehab – Secretaria de Habitação

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UMM – União dos Movimentos de Moradia

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

INTRODUÇÃO

Formada em ciências sociais, trabalhei desde 2008 no Escritório Modelo da PUC-SP, atuando por alguns anos em uma favela no centro da cidade de São Paulo, a Favela do Moinho (que no final de 2011 pegou fogo queimando metade dos barracos, cerca de 400 famílias). Tive a oportunidade de conhecer um morador chamado Edwin, um peruano, de mais de 40 anos com um discurso revolucionário (teve ou tinha alguma ligação com o Sendero Luminoso), que não acreditava nesta democracia e que tinha convicção na força do povo, se estivesse unido o bastante, para transformar este mundo em que vivemos. Conversávamos bastante apesar de ele falar muito rápido e por vezes de forma incompreensível para mim. Um dia ele foi ao meu trabalho e por sorte eu tinha um exemplar de bolso do *Manifesto do Partido Comunista*, o presenteei com esse livro e nossos laços se estreitaram... Edwin tinha uma vida miserável; camponês peruano que veio para o Brasil e, nunca, em nenhuma das nossas conversas, entendi direito o porquê... Ele me enrolava quando eu perguntava ou falava muito mais rápido de propósito para que eu ficasse constrangida em falar mil vezes “*despacito, por favor*”. Em São Paulo morou sempre nos bairros do centro, nos cortiços, até que por fim foi parar na Favela. Resistiu, lutou, nunca foi muito respeitado; era um latino pobre, favelado, de um metro e meio de altura, falava pouco o português, sofreu um acidente e ficou com um dos braços semi paralisado (e eu, família de italianos que falam com as mãos, me vi um milhão de vezes machucando-o com um abraço ou um chacoalhão), o braço não mexia direito, mas doía... A maioria do povo da Favela vivia de reciclagem, Edwin não, ele vendia flores de madrugada nos bares da cidade para colocar um pouco de romantismo nos amores de um dia só (penso eu). Edwin perdeu tudo no incêndio, calorão de dezembro e ele de calça e pela primeira vez sem o blazer azul marinho que sempre o acompanhou “*para conversar com os doutores era necessário se vestir bem*”. Nesse dia estava sem camisa e eu não sei se era por que não tinha mais o blazer ou se pelo calor que fazia... Perguntei das coisas dele e ele, envergonhado (por que dá vergonha ter tão pouco para perder e perder tão pouco e perder tudo), me disse o que tinha acontecido. Conversamos pouco nos momentos de tensão pós-incêndio, eu tinha que participar de um milhão de reuniões com a Prefeitura, com os moradores, fazer assembleias na favela, minha barriga foi crescendo (estava grávida na época) e assim que a minha filha nasceu saí do meu trabalho deixando para trás meus amigos trabalhadores, favelados, fedidos, miseráveis, vagabundos, sobreviventes. Não sei o que

aconteceu com o Edwin, tenho para mim que ouvi de alguém, não sei quem, que ele voltou para o Peru, mas não sei se inventei isso para aliviar minha consciência por tê-lo abandonado, realmente não sei.

Essa é uma das infinitas histórias que me acompanharam na minha vida profissional e que me inquietaram como pesquisadora, cientista social e principalmente como ser humano, são essas histórias, vividas por pessoas reais que deram sentido a essa pesquisa.

O acesso à habitação tem sido um problema amplamente debatido pelo conjunto da sociedade, sem, contudo, alcançar um consenso ou uma ação comum para solucioná-lo. Organizações de trabalhadores e movimentos sociais têm se mobilizado diante disso conquistando alguns avanços como, por exemplo, leis que garantam o direito à moradia e a participação popular, que, no entanto, são insuficientes. A questão somente se agrava e uma vida digna aos trabalhadores têm se tornado sonho distante para grande parte da população.

A partir da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, da criação do Estatuto da Cidade¹ o tema habitação popular ganhou uma nova roupagem, novas formas de atuação foram se configurando e novos atores entraram em cena. Determinados grupos de urbanistas passaram a pensar a habitação de uma forma mais ampla, vinculada à construção da cidade e à sua integração; os movimentos sociais têm criado formas de garantir a habitação para os trabalhadores por meio de lutas a partir do Estatuto da Cidade; os operadores do Direito se focam nas leis para assegurar este direito previsto na Constituição.

Em geral, as propostas apontadas por estes novos atores não têm considerado o problema da habitação em sua radicalidade, isto é, não se leva em conta as suas raízes históricas. Porém, quando este segundo movimento ocorre, as ações propostas se limitam à teoria, não gerando, assim, potencialidades para essa superação.

¹ Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 que tem, dentre suas diretrizes principais, a realização plena do desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, além da regularização fundiária e da urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. Ver: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/plano-diretor/publicacoes-institucionais/o-estatuto-da-cidade-comentado/portugues/>

A partir da experiência pessoal, entre 2008 e 2012,² acompanhando assentamentos informais de comunidades de baixa renda³ que se encontram em situação de irregularidade no que diz respeito à posse da terra na cidade de São Paulo – por ocuparem, há muitos anos, áreas em terreno particular ou público e não possuem a documentação necessária, ou por estarem instaladas em áreas de risco ou em áreas de proteção ambiental – foi possível perceber que as ações jurídicas apresentadas, apesar dos argumentos absolutamente favoráveis à regularização, não foram suficientes para barrar o processo de remoção.

Essa experiência possibilitou enxergar, na prática, como atuam os diversos atores deste processo, suas potencialidades e seus limites para a efetivação dos direitos dos trabalhadores empobrecidos da cidade de São Paulo no que diz respeito ao acesso à moradia digna.

Foi possível perceber nestes quatro anos acompanhando cerca de 50 favelas instaladas em áreas centrais ou periféricas, desvalorizadas ou valorizadas na cidade de São Paulo, é que este artigo de luxo – a habitação – está cada vez mais distante destes trabalhadores fazendo com que eles tenham um destino bastante comum: sejam removidos sem nenhum tipo de garantia ou indenização justa e se limitem à luta institucional por moradia. Os moradores removidos conseguem, quando muito, um financiamento imobiliário subsidiado pelo Poder Público. Demonstra-se, neste sentido, que não há qualquer respeito nem às leis, nem às relações sociais construídas pelas famílias instaladas naquele espaço há anos. A expectativa destes novos atores não se concretiza, e o amortecimento da classe trabalhadora – devido à falta de perspectivas de luta nesta conjuntura – tem dificultado ainda mais qualquer possibilidade de superação do problema. Vale lembrar que a maioria destas favelas estão consolidadas e instaladas há mais de 10 anos nas mesmas áreas, o que possibilita, a partir de alguns instrumentos jurídicos, sua regularização ou realocação definitiva em outras áreas. Os moradores destas favelas têm, frequentemente, tentado manter diálogo com o Poder Público para que ao menos estejam a par das justificativas das remoções e dos possíveis projetos que

² Desde março de 2008 até Julho de 2012, trabalhei como socióloga do Núcleo de Práticas Jurídicas do Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da PUC-SP, cuja função consistia no estudo e atuação social nos processos coletivos de regularização fundiária em aproximadamente 50 favelas informais na cidade de São Paulo em situação de irregularidade.

³ Em nossa pesquisa chamaremos os assentamentos urbanos informais de favelas, sem qualquer distinção já que assim são reconhecidos pelos seus moradores e pela maioria da população. Acreditamos que denominá-los de outra forma tem como consequência encobrir algumas de suas características – como a baixa qualidade de vida dos seus moradores, precariedade de suas construções, instabilidade jurídica e política, entre outras – sem, no entanto, superá-las.

os afetarão diretamente. No entanto, a última gestão municipal (2009 - 2012), na maioria das vezes, se omitiu a esclarecer suas ações, e os moradores se encontram absolutamente inseguros no que diz respeito à manutenção de suas casas ou às possíveis realocações. A descrença dos moradores nos instrumentos jurídicos favoráveis à permanência da população no local em que atualmente vive coloca em questão a dependência na garantia do direito à moradia, no que toca à interpretação das leis por quem as aplica.

Além disso, foi possível observar que a luta pelo direito à moradia não se limita à proposição de uma ação jurídica tecnicamente impecável e à assinatura de um juiz atestando este direito. Mercado imobiliário, gestão municipal, poder de barganha dos movimentos sociais, maioria conservadora do judiciário, arquitetos, urbanistas e engenheiros dispostos a interceder tecnicamente, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, entre outros têm um papel determinante neste processo, uma força infinitamente maior para promover ou para dificultar as soluções do que as ditas “ações jurídicas tecnicamente impecáveis”.

Houve a oportunidade de participar de diversos eventos cuja pauta era o direito à moradia em diferentes áreas da cidade o que contribuiu para compreender, de forma mais clara, os limites da luta jurídica pela garantia do direito à moradia. Mencione-se, entre outros, reuniões preparatórias de audiências públicas com a presença do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) e movimentos sociais de moradia; reuniões com Poder Público e movimentos sociais; reuniões com representantes da Prefeitura, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), da Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa).

Em várias ocasiões, a principal reivindicação dos movimentos sociais junto às instituições como MP e a DPE era a de judicializar as lutas. Já em reuniões com a Dersa ou CDHU, presenciamos diversas falas preconceituosas, por parte dos representantes destas instituições, em relação aos moradores das favelas, muitas vezes, criminalizando-os. Em algumas dessas ocasiões o próprio MP-SP e a DPE-SP insistiram que ao judicializar algumas lutas, os movimentos se limitariam a uma decisão dada pelo Judiciário, que na maioria das vezes faz a opção por uma decisão conservadora. Também pudemos presenciar profissionais do direito que atuam em defesa desses moradores afirmando não ser possível ir além das propostas feitas pelo Poder Público para a garantia do direito à moradia, como o “bolsa aluguel” (Programa Bolsa Aluguel – Resolução CMH nº4/janeiro de 2004) – com valores muito abaixo dos de mercado – ou

o financiamento da CDHU. Chegamos a ouvir de um desses profissionais que em casos de despejo em áreas não passíveis de regularização, pagar pelo apartamento disponibilizado pela CDHU por meio de um financiamento subsidiado era um “exemplo pedagógico” aos moradores despejados, já que “*nada é de graça*”. Mesmo movimentos bastante organizados da região central, que vivem há anos em edifícios ocupados, aceitariam propostas de moradia definitiva em outras regiões da cidade, perdendo assim o caráter da luta pela garantia de moradores de baixa renda na região central.

Todos esses episódios nos fizeram buscar respostas sobre até que ponto os avanços jurídicos, no que diz respeito ao direito à moradia, não engessaram a luta dos moradores e dos próprios movimentos sociais, já que este se tornou o único instrumento de reivindicação. Em nossa pesquisa, não desconsideramos a importância histórica tanto dos movimentos sociais quanto das vitórias institucionais, mas buscamos compreender até onde, de fato, vão as leis.

Para debatermos esta problemática, escolhemos três favelas da cidade de São Paulo, uma na zona sul e duas no extremo sul, emblemáticas para analisarmos o processo de contradição entre os avanços jurídicos e a aplicação das leis, pois os argumentos para a regularização lhes são absolutamente favoráveis, incluindo casos em que o poder judiciário já atestou a legitimidade desses argumentos. Além disso, por conta das contradições vividas, os moradores têm se mobilizado solicitando a participação popular nos projetos que as atingirão diretamente, cada uma de forma distinta da outra, o que gerou também consequências diversas.

Ao acompanharmos reuniões periódicas entre gestores, funcionários públicos e com os moradores das favelas para se tratar da contradição apresentada foi possível perceber uma ambiguidade entre o discurso e a prática do Poder Público. As premissas do *Estatuto da Cidade* nunca são colocadas em questão, apesar disso, e da tentativa de diálogo, em nenhum momento os esclarecimentos necessários e as dúvidas em relação ao futuro desta população foram sanadas. As remoções são justificadas ou pelos riscos corridos por estes moradores ou por privilegiar o interesse público que poderá ser comprometido com a permanência da população no local (nos casos das áreas de mananciais). No entanto, a proposta para a superação do problema ignora que existem populações que vivem há 40 anos nestas áreas, e que criaram aí todos os seus laços sociais – familiares, comunitários, de amizade etc. – no período em que o Estado esteve ausente. Frente a esta situação, se fez necessário propor ações jurídicas para que as leis fossem efetivamente cumpridas; não obstante, as respostas têm sido negativas.

Buscaremos entender, portanto, por que as ações propostas pelos diversos atores da luta por moradia digna se esgotaram, e como o limite imposto por gestões aliadas ao capital operante no mercado imobiliário engessou os movimentos sociais que lutam por moradia, limitando-os a uma atuação vinculada aos limites institucionais.

É de se ressaltar a extensa bibliografia que trata tanto dos avanços legais referentes ao tema proposto, quanto de seus limites; no entanto, ainda nos pareceu relevante contribuir para o estágio atual deste debate a partir da verificação da impossibilidade concreta da superação do problema. Não nos coube demonstrar a forma de como proceder a partir da comprovação de tal hipótese, mas sim instrumentalizar os atores envolvidos neste debate, sobretudo aqueles que atuam diretamente junto aos movimentos sociais e favelas atingidas. Esperamos com isso propiciar elementos que contribuam para a reflexão sobre novas possibilidades de atuação, ultrapassando os limites colocados, desvendando – por meio das experiências reais e da oportunidade de estar ao lado dos protagonistas – a impossibilidade de superação dos problemas através dos canais que se apresentam agora como única possibilidade de avanço das lutas atuais: as leis.

Tratando dessas questões, esta dissertação se divide em cinco capítulos:

O “**Capítulo 1 – Contexto**” busca construir o pano de fundo de nossa discussão a partir das reflexões de Friedrich Engels (1979, 2008) sobre o problema da habitação no capitalismo; e, posteriormente, apresentar algumas características que marcaram a organização econômica e política da sociedade brasileira. Como o nome do capítulo sugere, a proposta é darmos elementos estruturais que subsidiarão a análise dos casos estudados. Pontuamos também os processos de Segregação Urbana e suas consequências nas formas de organização dos trabalhadores na cidade. A “escolha” de espaços sem infraestrutura urbana se deu por um processo histórico próprio das cidades latino-americanas, tendo como consequência espaços deteriorados, desarticulados, gerando um aprofundamento da segregação sócio territorial. O Poder Público, muitas vezes em parceria com o mercado imobiliário, deu continuidade ao processo histórico de segregação expulsando os trabalhadores dos espaços em processo de valorização imobiliária, deixando à classe trabalhadora cada vez mais barreiras intransponíveis para a garantia do direito à moradia de forma digna dentro dos limites da cidade. Este foi um elemento importante para refletirmos como as leis funcionam a partir deste cenário, gerando consequência no cotidiano vivido na cidade como um todo.

O “**Capítulo 2 – Casos**” está dividido em três partes, sendo que cada uma se refere à reconstrução do histórico jurídico-social de cada uma das favelas estudadas. Nesse momento, não buscamos aproximações entre elas, mas descrevê-las, contar a história de cada uma de forma independente. Esta reconstrução foi possível a partir do acesso a documentos do Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EM-PUCSP) tais como relatórios de reuniões com lideranças locais, de assembleias com os moradores, de manifestações populares e eventos culturais, de reuniões com Superintendentes de Habitação da Prefeitura, funcionários da Secretaria Municipal de Habitação e das Subprefeituras, Promotores Públicos, Defensores Públicos do Estado. Também contamos com relatorias de diálogos por correio eletrônico ou telefone com alguns desses funcionários públicos municipais e estaduais. Além disso, houve a revisão dos materiais jurídicos, produzidos desde 2008, tais como Mandados de segurança, inquéritos civis, ações civis públicas (promovidas pela DPE-SP), análises jurídicas desenvolvidas pela equipe de advogados que acompanharam o caso, pedidos ao MP-SP, entre outros.

Outra fonte para essa reconstrução foram entrevistas com moradores das favelas estudadas sobre as condições atuais de suas habitações, o cotidiano vivido a partir da luta jurídico-social pela moradia e as relações sociais construídas na favela. Também tivemos oportunidade de conversar com lideranças locais sobre o processo de organização política e social de algumas favelas desde sua ocupação, e as consequências advindas deste processo tais como a conquista de infraestrutura básica – água, luz, asfalto e saneamento. Entrevistamos as advogadas que acompanhavam o processo e alguns dados foram fornecidos por meio de notícias dos meios de comunicação alternativos tanto impressos quanto virtuais.

O “**Capítulo 3 – A luta pela moradia**” trará a realidade de alguns movimentos que lutam pela moradia e as possibilidades que encontraram para superar o problema da habitação. Avaliamos as formas diversas de atuação desses movimentos, presentes nos processos de regularização fundiária, assim como os avanços e possíveis limites desta atuação a partir de experiências concretas e de suas estratégias de lutas. Para isso foi necessário compreendermos o problema de forma ampla, a partir da constatação de que viver dignamente nas cidades burguesas é um problema estrutural sem possibilidades de superação dentro deste sistema, considerando que os agentes com algum poder efetivo de reverter a precária situação de moradia – por meio de leis e/ou políticas públicas – são os mesmos que a geraram. No entanto, para nós é na vida cotidiana que esta luta

aparece de forma mais clara, gerando todas as contradições tanto no que diz respeito à resistência vivida no dia a dia, quanto às possibilidades de luta. A luta urbana tem características que proporcionam avanços e limites que só poderão ser respondidos por uma estratégia que contemple suas especificidades e as levem em consideração.

No “**Capítulo 4 – A questão do Direito**”, buscamos avaliar o processo de judicialização da luta pela moradia, passamos pelo caráter do Direito e pelos atores que o representam. No nosso caso, fizemos um histórico da atuação jurídico-social do EM-PUCSP. Além disso, elencamos as legislações que fizeram parte dos históricos apresentados sobre o direito à moradia e o direito à cidade para analisarmos concretamente a forma como as leis têm sido aplicadas. Buscamos responder a seguinte questão: pelo histórico apontado, quais interesses têm sido privilegiados? As experiências dos operadores do Direito apresentaram de forma concreta algumas respostas para estas indagações.

Por fim, no “**Capítulo 5 – Conclusões – um quadro explicativo**” finalizamos com alguns elementos que nos permitem avançar na conclusão, tais como as formas de reconstrução do capital dentro dos espaços urbanos e o papel das políticas neoliberais no aprofundamento da segregação espacial e da fragmentação da luta.

Para o desenvolvimento da nossa dissertação partimos do referencial teórico-metodológico em que fundamentamos nossa pesquisa: a teoria social desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Neste referencial, destacamos duas obras de F. Engels que tratam especificamente do tema da habitação: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A Questão da Habitação*. Essas obras terão seu devido destaque no corpo de nossa dissertação.

Ao longo de minha vida, fiz aquilo para que fui talhado, tocar o segundo violino, e creio ter realizado meu papel de modo inteiramente tolerável. Tive sorte por haver tido um primeiro violino tão famoso como Marx. Porém, se agora devo representar, em questões de teoria, a posição de Marx, isso não poderá transcorrer sem que incida em alguns equívocos e ninguém percebe isso mais do que eu mesmo. (Engels, 1884)

A condição de Engels como segundo violino, como ele próprio se designou, não faz jus a originalidade de suas obras, assim como a importância delas para o marxismo e consequentemente para a compreensão da sociedade. Engels e Marx passaram suas existências construindo a teoria que até hoje nos serve de base para a compreensão da estrutura e da dinâmica do desenvolvimento da sociedade burguesa, e a consequente intervenção sobre a realidade. Nas diversas cartas que ambos trocaram durante a vida,

Engels mostrou seu papel indispensável para que a teoria marxista tivesse o refinamento intelectual e o rigor científico do materialismo histórico e dialético.

Para contribuir e “atualizar” nossa discussão, nos valem de algumas das reflexões de Henri Lefebvre, que nos auxiliaram na construção metodológica de nossa pesquisa. Sobretudo no que diz respeito à compreensão do cotidiano vivido pelas famílias da classe trabalhadora e à sua inserção no espaço dentro da cidade. Seus textos estiveram, no entanto, na maioria das vezes não de forma evidente, mas nas entrelinhas de nossa dissertação: é no cotidiano que podemos conceber propostas de transformações, para isso, se faz necessária a compreensão deste cotidiano através de suas objetividades e subjetividades. Sua obra *A Revolução Urbana* (1999) se constituiu como a base de nossa compreensão de urbanismo. Este se coloca como uma tentativa de submeter a realidade urbana à racionalidade industrial, como se houvesse um espaço “neutro”, pronto para ser ocupado de forma ideal, idealizada, pronta para ser produzida artificialmente. Ele aparece a serviço do modo de produção vigente, transformando o espaço como ator privilegiado deste sistema. Lefebvre vê o urbanismo como uma ideologia do Capital, uma estratégia de dominação que não enxerga o resíduo, produzindo seres apáticos onde projetos estão afastados da vida cotidiana e os indivíduos não fazem parte dessa construção. Para Lefebvre, o urbanismo é sempre um urbanismo de classe, está vinculado a um projeto, sendo assim, não é neutro.

Com relação ao desenvolvimento econômico, suas consequências no meio urbano e as possíveis saídas para os problemas, destacamos a contribuição do geógrafo inglês David Harvey. O autor, assim como Lefebvre é um dos principais estudiosos do marxismo e se tornou um importante expoente desta teoria debatendo as consequências do capitalismo para a organização do espaço. Harvey conseguiu aprofundar questões ligadas ao desenvolvimento econômico com a estrutura emergente das relações espaciais, refletindo como o capitalismo utiliza o espaço para a sua expansão. A produção espacial nas sociedades urbanas é ponto fundamental para a análise das contradições do sistema capitalista, mas o aprofundamento da exploração que emerge a partir desta produção não é algo sem possibilidade de reversão. O capitalismo passa por crises cíclicas e coloca como necessário novos tipos de organizações de resistência para que essas crises se transformem em polo articulador para uma transformação radical da sociedade.

Dialogando com Harvey e Lefebvre, Ana Fani Carlos na obra *A condição espacial* (2011) nos trouxe elementos para estabelecer as relações entre espaço e a

reprodução capitalista. O processo de valorização do solo urbano está ligado ao movimento histórico de reprodução do capital e conta com o Estado para seu efetivo desenvolvimento – na criação de infraestrutura e de processos de destruição e reconstrução, configurando uma nova paisagem nas cidades. A transformação do capital dialoga, portanto, com as transformações espaciais e consequentemente com as relações sociais, impondo valores e necessidades a partir de novos padrões de comportamento, alterando significativamente a vida cotidiana. O espaço se torna nesta sociedade uma mercadoria apropriada de forma privada e sua (des)organização parte desta perspectiva.

O referencial para a compreensão das especificidades do processo de industrialização brasileiro e latino-americano, bem como suas consequências no desenvolvimento da classe trabalhadora no meio urbano foram Lucio Kowarick (1985) e Ruy Mauro Marini (TRASPADINI & STEDILE, 2005). Pudemos perceber a partir desses autores que o capitalismo da cidade de São Paulo, como a de tantas outras cidades da América Latina, foi fruto de um desenvolvimento subordinado aos interesses do capitalismo mundial, e por isso teve características próprias que marcaram profundamente a vida e a sobrevivência de seus trabalhadores. Kowarick desenha a questão social no caso brasileiro a partir dos debates sobre a economia política que tiveram consequências diretas sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. A particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, que assume uma forma dependente, e os mecanismos de exploração daí decorrentes é a principal contribuição daqueles que ficaram conhecidos como teóricos da dependência – intelectuais que buscaram compreender a realidade latino-americana a partir da teoria do valor desenvolvida por K. Marx – cuja figura principal foi Ruy Mauro Marini. No entanto, eram várias as correntes de pensamento que buscavam compreender os laços de dependência do capitalismo brasileiro e latino-americano, entre outros mencione-se os interdependentistas Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Falleto. Para estes últimos, o desenvolvimento dependente caminhava para a garantia de direitos básicos à população – avanço dependente, mas com crescimento econômico –, isto é, o desenvolvimento periférico não impede o caminho à ampliação dos direitos básicos de cidadania. Esta visão foi amplamente debatida e criticada por Ruy Mauro Marini que desenvolveu o conceito de superexploração da força de trabalho negando a visão interdependentista defendida por FHC. Para Marini a desigualdade entre os capitalistas periféricos e centrais é “paga” principalmente pelos trabalhadores dos países periféricos – combinação entre a mais-valia relativa e absoluta, sendo esta última um elemento

básico do processo de acumulação de capital – sendo assim, o desenvolvimento dependente é estruturado no pauperismo, desigualdade e marginalização. A saída do primeiro é o desenvolvimento do capitalismo e de buscar, dentro dele, reformas para atender toda a população. Já para o segundo – baseado na concepção de que as mazelas são de caráter estrutural – a única forma de superação é a ruptura radical, já que a democracia formal seria incapaz de superar as desigualdades.

Para o estudo da cidade de São Paulo e sua realidade urbana, articulada com questões ambientais, econômicas e também jurídicas nos valem também de Lúcio Kowarick, além de Erminia Maricato, Maria Lucia Refinetti Martins, Flavio Villaça e João Sette Whitaker Ferreira.

Flávio Villaça em *Espaço Intra-Urbano no Brasil* (2011) traz a forma de organização dos trabalhadores no espaço de diversas cidades, inclusive São Paulo, destacando os processos de segregação urbana, tema fundamental para o desenvolvimento de nossa dissertação. *Viver em risco* de Lucio Kowarick (2009) foi de fundamental importância para refletirmos sobre a forma de construção e análise das favelas estudadas. Nessa obra o autor traz uma análise sobre o cotidiano vivido pela população pobre da cidade de São Paulo, tendo como foco principal a relação da vida desta população com a questão habitacional. A partir da situação de moradia – não só a sua qualidade, mas também sua localização e relação com o entorno e com a cidade – dos diversos personagens, contada por eles próprios, o autor trabalhará as consequências de suas escolhas (dentro das poucas opções que lhes são apresentadas) e a situação de vulnerabilidade socioeconômica e civil enfrentadas na última década.

Destacaremos nesta introdução as reflexões de Ermínia Maricato em *O Impasse da política urbana no Brasil* (2011), onde, inicialmente, a autora avalia os avanços e retrocessos da política urbana a partir da conjuntura em que eles se realizaram, abordando limites e retrocessos na garantia dos direitos dos trabalhadores no que toca ao acesso à moradia digna mesmo em governos considerados populares. Vale destacar o papel do mercado imobiliário em parceria com as empresas de construção no financiamento de campanhas eleitorais, o que inegavelmente subordina os interesses da maioria da população aos interesses das grandes empreiteiras e construtoras. No que diz respeito aos movimentos sociais, Maricato nos auxilia na reflexão sobre a fragmentação dos trabalhadores, limitados às suas lutas individualizadas (ou de pequenos coletivos), não avançando para a superação do capitalismo.

Ferreira (2010) nos traz uma nova discussão, em que podemos estabelecer um claro diálogo com a percepção de Lefebvre sobre o papel do urbanismo nas sociedades capitalistas, apresentando o conceito de “urbanismo de mercado”. Neste a parceria público-privado estão em sintonia para colocar a cidade dentro do que se denominam cidades globais⁴. O autor também nos auxilia na discussão sobre as leis que se constituem como ilusões servindo sempre a interesses da classe dominante e travestindo a exploração com uma roupagem democrática, por meio de processos participativos de intervenção urbana.

Alguns pontos fundamentais da obra *Moradia e Mananciais – tensão e diálogo na metrópole* (2006), de Maria Lucia Refinetti Martins nos serviram de base para a reflexão sobre a contradição imposta como insuperável sobre moradia e meio ambiente, abordada brevemente em nossa pesquisa. Muitas das decisões jurídicas colocam a preservação ambiental como ponto crucial para a não permanência da população local, ignorando o histórico da cidade, marcado pela impossibilidade dos moradores de baixa renda de construir habitação em áreas “legais”, fato que incentivou a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as de mananciais.

Por fim, nos valem das formulações de Florestan Fernandes para compreendermos a impossibilidade da efetivação de reformas burguesas – como a agrária, a urbana entre outras – para a classe trabalhadora. Abordaremos alguns aspectos de sua obra *Revolução Burguesa no Brasil* (2006), no primeiro capítulo. Fundador da sociologia crítica no Brasil, o autor se torna chave necessária para aprofundarmos análises sobre a realidade brasileira e suas raízes que marcaram profundamente o desenvolvimento de nossa sociedade e tiveram fortes consequências nas lutas travadas pelos trabalhadores para a conquista de uma vida digna.

(...) Pode-se afirmar que a interpretação do Brasil formulada por Florestan Fernandes revela a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. Mas essa é uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de

⁴ (...) as cidades de hoje, para conseguirem sobreviver ao ambiente competitivo e globalizado da economia atual, devem seguir um receituário específico, de forte perfil neoliberal, cuja implementação deve ser feita através de "novas" técnicas de urbanismo como o Planejamento Estratégico. A esse padrão urbano foi dado o nome de "cidade-global". Tratando-se de um modelo único, assim como é o "pensamento único" atualmente hegemônico, não é de se estranhar que se tente, automaticamente, incluir a metrópole de São Paulo na lista das cidades que pretendem ser "globais" (FERREIRA, 2003, p.18).

classes. Uma história atravessada por lutas sociais da maior importância, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho escravo. História essa que, no século XX, desenvolve-se com as lutas de trabalhadores do campo e da cidade pela conquista de direitos sociais ou pela transformação das estruturas sociais. (IANNI, 1996)

Estas perspectivas serão o pano de fundo de nossa análise, dialogando com as experiências vividas na tentativa cotidiana de compreender as reais condições dos trabalhadores da cidade, bem como as possibilidades e limites de superação.

1. CONTEXTO

1.1 A questão da habitação

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se à ausência total dos móveis mais indispensáveis.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

F. Engels

D. Conceição, diarista, em sua casa na Comunidade Álvaro Ramos, São Paulo, 2009.

O surgimento do capitalismo gera inúmeras contradições econômicas e sociais, de forma que os trabalhadores serão os principais prejudicados dentro desta sociedade. Suas condições básicas de reprodução são rebaixadas em seu pior nível; a habitação se apresentará de forma bastante clara para elucidar essas contradições. A porta de entrada para esta discussão passa por um autor que analisou por meses as condições de existência dos trabalhadores, a partir das suas vidas cotidianas, em um país que se desenvolvia como nenhum outro na Europa e que seria o berço deste novo modo de produção. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2008) foi o primeiro livro de Friedrich Engels, o que nos dá pistas de que algumas importantes categorias de análise da realidade desenvolvidas junto com seu grande companheiro intelectual Karl Marx⁵ ainda não tinham aparecido. O livro foi escrito nos anos de 1844 e 1845 a partir da experiência vivida pelo autor durante 21 meses em um país que avançava como nenhum outro. A forma utilizada por Engels para nos dar clareza sobre a situação vivida pelos trabalhadores será nos contando de forma detalhada, quase fotográfica, o cotidiano e as mazelas vividas pelos proletários das cidades industriais inglesas, assim como a contradição entre trabalhadores e burgueses dentro do desenvolvimento capitalista. Da habitação à alimentação, passando pelo vestuário, pelas relações familiares e pela movimentação dos trabalhadores contra a opressão vivida, tudo será visto e vivido pelo autor, que esteve ao lado (e do lado) dos que sofreram a opressão do sistema que se fortalecia e se desenvolvia a custa da vida dos trabalhadores. A situação relatada pelo autor dialoga com nossas experiências nos últimos anos na cidade de São Paulo, sendo possível, ainda que superficialmente, traçarmos um paralelo com a realidade atual, levando em consideração as especificidades da época vivida pelo autor. No entanto, o que nós queremos neste momento é perceber que a habitação para a classe trabalhadora aparece como problema estrutural do sistema que se consolida

⁵ Marx em carta a Engels sobre o livro de Engels, escreve em 1866: “ (...) a tu libro hasta 1865 (...) y la justificación de la diferencia entre tu apreciación del futuro e su realidad. Cuando aparezca mi libro, se hace necesaria la segunda edición del tuyo, y no te será difícil, te proporciono lo que te es indispensable teóricamente. Por lo que se refiere al complemento histórico que debes añadir como apéndice a tu libro, TODOS LOS DOCUMENTOS no son más que viento, y científicamente inutilizables, salvo los informes de fábrica (...), los informes de la comisión sobre el empleo de los niños (...) y los informes de la Comisión de Salud pública (...). Como tu capacidad de trabajo no se ve disminuida por los furúnculos, en tres semanas podrás realizar el estudio de esa documentación...” (ENGELS & MARX, 1974, p. 117 e 118). Hobsbawn, um século depois de Marx, dá mais importância ao livro do que Marx parece dar, o historiador marxista elenca três motivos para a sua reedição: “três razões principais - a primeira: este livro é um marco na história do capitalismo e da moderna sociedade industrial; a segunda: ele constitui uma etapa na elaboração do marxismo, isto é, da nossa compreensão da sociedade; e a terceira diz respeito à sua qualidade literária. Simultaneamente erudito e apaixonado, articulando a denúncia e a análise, ele é, para dizê-lo numa só palavra, uma obra-prima” (HOBSBAWN, 1961 *apud* NETTO, 2008, p. 9)

durante o século XIX, sendo que a superação deste problema passa pela compreensão desta estrutura e dos avanços e retrocessos dos processos de organização daqueles que, conforme veremos em Engels, estiveram sempre em uma situação de precariedade, destituídos da menor possibilidade de uma vida digna

Os bairros onde os trabalhadores ocupavam o espaço naquele momento estavam distantes da vida da cidade burguesa, geográfica ou ideologicamente; neles se encontravam as “classes perigosas”. Ao compararmos o local de habitação descrito por Engels há mais de um século e meio atrás com as condições de moradia atual dos trabalhadores, podemos perceber que perpetua-se características de miséria e insalubridade até os dias de hoje. Pequenas casas inacabadas em que habitam mais de uma família, falta de saneamento básico, nenhuma preocupação com ventilação ou iluminação, ruas sem calçadas, bairros inteiros escondidos em becos e vielas, longe dos olhos da burguesia. Mas o pior não é a aparência externa das casas, mas sim a continuidade da situação degradável dentro delas, a descrição de F. Engels nos apavora não só pela miserável vida desses trabalhadores, mas principalmente pelo fato dessas condições terem se perpetuado até os dias atuais.

Ao percorrer diversos bairros e cidades da Inglaterra ele resalta algumas características comuns, principalmente no que diz respeito à miséria, à situação dos trabalhadores: sujeira, imundice, precariedade, desconforto estão presentes em todos os locais onde habita a classe operária. Muitos dos jornais da época que descreviam os bairros naturalizavam isso, passando a impressão de que os operários, ou a “raça irlandesa” – grande parte dos trabalhadores da Inglaterra – fossem naturalmente sujos ou desleixados, e que por conta desta característica “natural” a situação se apresentava dessa forma. A construção ideológica da culpabilização da classe trabalhadora pelas mazelas vividas frente ao novo sistema – sentida até os dias de hoje – marca profundamente a sua trajetória.

Posteriormente, Engels descreverá Manchester, cidade que o autor conhecia muito bem e situado no grande centro. Pode-se passar uma vida inteira ali e nunca encontrar sequer um operário na rua. Os bairros operários estão rigorosamente separados da vida cotidiana das classes médias e abastadas.

O curioso é que os ricos (...) podem atravessar os bairros operários, utilizando o caminho mais curto para chegar aos seus escritórios no centro das cidades, sem se aperceber que estão cercados, por todos os lados, pela mais sórdida miséria. (ENGELS, 2008, p. 89)

O mais impressionante é que ao descrever o aspecto segregador de Manchester, temos a impressão de que foi um bairro planejado e dividido a partir dos interesses da burguesia em criar espaços onde ela possa circular sem ser incomodada pela “feiura” da vida operária. No entanto, Engels afirma que a cidade se construiu dessa forma como fruto do acaso. Nas nossas cidades, especificamente em São Paulo, conforme veremos ao longo desta dissertação, percebemos que a forma utilizada pela classe dominante foi a de delimitar no território qual parte caberia a qual segmento da sociedade. Para nós, a partir de F. Engels, a segregação sócio espacial que marcará profundamente a organização da cidade, fruto do acaso ou de uma estratégia, é uma “condição” das cidades capitalistas.

Ainda, as casas e ruas onde circulam os operários são semelhantes em todos os lugares, a degradação não é especificidade de um bairro ou outro, mas regra para aqueles que além de trabalhar exaustivamente em uma jornada desumana têm que voltar para casa e perpetuar a exploração vivida no trabalho. A habitação é simplesmente uma continuação da miséria e destruição que o trabalhador vive no cotidiano das fábricas.

Os proprietários dessas habitações, obviamente, não se sensibilizam com tais condições e alugam as casas aos operários em situação de degradação por um preço que compromete e muito o orçamento familiar.

Engels enfatizará que o momento em que ele descreve, denominado época industrial, é o verdadeiro responsável pela vida de exploração e privação do trabalhador. Mesmo circulando nas áreas mais antigas dos bairros, o autor informa que a degradação apresentada é fruto da época por ele vivida:

(...) foi a indústria que fez com que fossem ocupadas pela massa de operários que hoje moram nelas; foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, afim de abrigar aí as massas que compelia a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria que permitiu aos operários desses estábulos a alugá-los a altos preços, como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários (...). É verdade que a estrutura original desse bairro era ruim, que pouca coisa de bom se poderia fazer nele – mas, quando surgiram as novas construções, houve qualquer iniciativa dos proprietários dos terrenos ou da administração pública, no sentido de melhorá-lo? (ENGELS, 2008, p. 96)

A precariedade das casas, para além do descaso em relação à vida dos trabalhadores, tem outra explicação. Ao falar de algumas casas de Manchester, no bairro de *Ancoats*, Engels nos descreve casas construídas por meios tijolos; isto ocorre não

somente pela economia dos materiais, mas pelo fato de na Inglaterra, segundo o autor, a propriedade dos terrenos não ser dos construtores. Estes os alugam por muitos anos e ao fim do contrato, o proprietário recupera o terreno com as benfeitorias realizadas, sem nenhum custo, obviamente. Mas qual a vantagem do construtor? Este constrói as casas da pior forma possível para alugá-las aos operários. As casas dos operários são tão mal feitas que não ultrapassam os 40 anos sem se deteriorarem, sendo assim, quando os construtores devolvem o terrenos aos proprietários, a área está tão ruim quanto quando foi alugada.

A habitação é apenas um dos exemplos que mostra como as necessidades dos trabalhadores são satisfeitas, e que esta forma de morar imposta a eles pode ser reproduzida ao se alimentar, ao se vestir, ao cuidar da saúde e da educação, ou seja, ao se reproduzir enquanto trabalhador. A forma de suprir essas necessidades são absolutamente equivalentes, sendo que a miséria não está em uma ou outra esfera da vida cotidiana do trabalhador da Inglaterra, mas em todos os seus aspectos.

A Inglaterra industrial que Engels descreveu tão minuciosamente foi de fundamental importância para que o autor evoluísse na elaboração – junto com Karl Marx – de uma análise da estrutura e da dinâmica da sociedade capitalista. Neste sentido, é que nos fundamentaremos em suas reflexões para avançarmos na busca de superação de um problema apresentado por ele em suas raízes. Foi na vida cotidiana dos trabalhadores da Inglaterra que Engels iniciou sua construção, posteriormente ao lado do seu grande companheiro Marx, enquanto materialista histórico e dialético. O conservadorismo ou o liberalismo não poderiam contribuir para a revolução; seria, portanto, necessário enxergar a classe em movimento para buscar as possíveis saídas à situação degradante demonstrada.

A Inglaterra, oficina do mundo, seria o palco para a compreensão dos países que também se desenvolviam a custa de seus trabalhadores.

Henri Lefebvre, profundo estudioso da obra de Engels e Marx, nos traz uma importante contribuição para percebermos o momento intelectual de Engels ao escrever *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (LEFEBVRE, 1999). Em 1844, época de escrita da obra, Marx e Engels haviam se encontrado apenas uma vez e trocado alguma correspondência⁶ acerca das inquietações sobre o comunismo. Neste momento,

⁶ ENGELS, F.; MARX, M. Cartas Sobre El Capital. Barcelona: Editorial Laia, 1974.

Engels já tinha conhecimento de alguns escritos de Marx, mas ainda não tinham a histórica parceria que fundou o marxismo.

Lefebvre descreverá a importância da obra do autor que pela primeira vez analisará o capitalismo em um país onde este sistema se desenvolvia como nenhum outro. Os fenômenos urbanos são tratados com tal importância que sem esta caracterização não seria possível compreender as características da nova sociedade em desenvolvimento e as suas possíveis consequências. A cidade é, sem contestação, o palco da industrialização e será em Engels que a importância deste tema estará presente como não esteve em Marx.

A sua teoria naquele momento, como alerta Lefebvre é a do vivido, não é a ciência dos fetichistas do cientificismo. A realidade que toca por 21 meses o intelectual é apreendida como prática social, todos os sentidos nesse momento estarão presentes e farão parte de sua construção teórica.

Engels inova também trazendo a materialização urbana do conceito de segregação, demonstrando como em Manchester a distribuição do espaço nos mostra, mesmo quando fruto do acaso, a essência da própria sociedade. Conforme Lefebvre (1999, p. 20) “Uma ordem específica, a da produção industrial gerada pela burguesia (...) engendra, segundo Engels, uma desordem específica, a desordem urbana”.

Ao discorrer sobre a importância de se compreender a habitação como microcosmo para a compreensão das outras necessidades cotidianas, “do estômago ou dos desejos” ele nos demonstra como ela é um testemunho privilegiado da vida degradante dos trabalhadores da Inglaterra – moradias mal agrupadas, construções de péssima qualidade, sem ventilação, úmidas e insalubres. Aponta, então, uma percepção sobre as causas dessa situação – alguns setores da classe trabalhadora têm uma vida tão miserável que aceitam trabalhar nas piores condições, com os piores salários, assim o capitalista consegue manter os salários baixos, pois a demanda de trabalhadores é maior do que o número de empregos.

Por fim Engels nos traz, dentro deste contexto urbano, a fonte da possível transformação. É aí e a partir da situação empiricamente demonstrada que a emancipação dos trabalhadores se coloca como possível. É na cidade, no urbano, na proximidade física e condicionante um do outro que os trabalhadores passarão a se identificar enquanto classe e se perceberão como a única força possível de construir uma nova sociedade. A cidade é o palco possível para esta transformação, é nela que se torna cada vez mais evidente a contradição irreconciliável entre proletários e burgueses.

A solução deixa de ser fruto da bondade alheia para ser protagonizada pelos trabalhadores, propulsores de sua autolibertação.

Em *A questão da habitação* (ENGELS, 1979), F. Engels trata o problema da habitação a partir da caracterização das novas cidades que, ao longo da história, substituiriam a vida no campo. Com o desenvolvimento industrial, este problema vai se reconfigurando e suas construções vão tomando a forma do novo modo de produção que se desenvolve rapidamente. Esse rápido desenvolvimento, como é possível perceber de forma detalhada na Inglaterra, não deixou impune a vida dos trabalhadores e a habitação passou a ser foco importante das discussões daquele período (que se perpetua até os dias de hoje). Naquele momento, Engels traz como principal contribuição a reflexão sobre o fato de que tornar um trabalhador proprietário de sua moradia é um retrocesso para a classe trabalhadora. Este elemento será fundamental para refletirmos posteriormente sobre as dinâmicas das organizações sociais que lutam por moradia, seus avanços e retrocessos a partir desta estratégia de luta.

A relação feudal não pode ser retomada como saída para os trabalhadores. Para o autor, a propriedade no capitalismo são as amarras contrarrevolucionárias que prendem e mantém a escravidão do trabalhador ao seu patrão. Assim, as condições para a transformação estão dadas e cabe aos trabalhadores, enquanto classe, dar cabo a uma transformação radical da sociedade, não é possível abrir espaços para o retrocesso. Neste sentido, Engels avança limitando fortemente a diferente oposição entre proprietários e inquilinos, e entre capitalistas e trabalhadores. A primeira não interfere na segunda, base da contradição capital-trabalho, propulsora do fim da exploração.

Parece que, historicamente, transformar o trabalhador em proprietário foi muitas vezes a saída vislumbrada para resolver a crise da habitação. O economista burguês austríaco Emil Sax em sua obra *As Condições de Habitação das Classes Trabalhadoras e a sua Reforma*, citada por Engels, afirma que a saída para a crise da habitação seria, diante do antagonismo entre as classes sociais, encontrar os meios para que os assalariados se transformem em capitalistas (!). De forma bastante irônica, Engels pergunta como realizar tal façanha? A burguesia só existe enquanto tal pela existência de seu contrário, o proletariado, que ao colocar fim na classe dominada, também acabará com a classe dominante.

Para Engels, antes de buscarmos saídas para o problema da habitação é de fundamental importância a compreensão de onde provém este problema:

(...) uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando a grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando os melhores mecânicos deixam as massas de operários sem trabalho; quando violentas e cíclicas crises industriais determinam, por um lado, a existência de um grande exército de reservas de desempregados e, por outro lado, atiram periodicamente à rua volumosa massa de trabalhadores; quando os proletários se amontoam nas grandes cidades, e isso se dá num ritmo mais rápido que a construção de habitação nas circunstâncias atuais, e se encontram sempre inquilinos para a mais infeta das pocilgas; quando enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito mas também, em certa medida, graças a concorrência, o dever de exigir, sem escrúpulos, aluguéis elevados. Em semelhante sociedade a crise da habitação não é um acaso mas uma instituição necessária; não pode ser eliminada com modificações a nível de saúde pública etc. porém sim quando toda a ordem social que a originou for transformada pela raiz.” (ENGELS, 1979, p. 24)

No entanto, a burguesia vê que ao adquirir a propriedade, o ser humano, adquire também a liberdade, a casa é o lugar mais seguro e se encontra assim enraizado em sua terra. Ser dono é sinônimo de independência, deixar de ser não possuidor, para ser possuidor é um avanço rumo a emancipação. Mais uma vez, Engels nos lembra que esta é uma visão reacionária e esquece que o proletário não é mais um camponês. A propriedade da terra não é sua liberdade, é fundamentalmente sua prisão. Além disso, o trabalhador que adquire uma propriedade só potencializa a visão ideológica de que um dia poderá estar do outro lado, esta visão faz com que se almeje esse sonho inalcançável ao invés de estar do lado de sua classe lutando pela emancipação de todos os trabalhadores.

Outro aspecto a se mencionar é que independente do tipo de investimento dos capitalistas em prol da habitação dos trabalhadores, ele é sempre rentável aos capitalistas. Mesmo assim eles não o fazem por que não há interesse em resolver este problema, fazendo da habitação um dos meios para que o capitalista acorrentasse os trabalhadores. O que fazer, portanto? Criar novas leis e pressionar para que sejam aplicadas?

A lei em questão somente tem significado quando nas mãos de um governo dominado ou pressionado pelos trabalhadores que a aplicará na realidade e fará dela uma arma poderosa para abrir uma brecha no Estado social atual”. (ENGELS, 1979, 45)

O Estado não remediará o problema da habitação porque ele é um instrumento de organização da classe dominante. Engels trata de um tema caro aos marxistas: de que a vontade do Estado não é autônoma ou neutra, mas vinculada a uma estratégia da

classe que está no poder. Sendo assim, a vontade do Estado é a vontade da classe dominante e consequentemente a aplicação das leis estará em conformidade com ela.

As melhorias do espaço muitas vezes resultado da pressão dos trabalhadores teve como consequência a melhoria da vida dos capitalistas. As áreas investidas pelo Estado, mesmo quando mascaradas por uma ideia de justiça ou igualdade, estão sempre vinculadas à melhoria da vida da classe que está no poder. Muitas vezes a consequência da melhoria de um local é a transferência dos trabalhadores para outro.

(...) os focos de epidemias, as cavas mais imundas, nas quais noite após noite o modo de produção capitalista encerra nossos trabalhadores, não são eliminados, mas sim transferidos. (...). E enquanto existir o modo de produção capitalista, será absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação ou qualquer outro problema social referente à sorte do operário.” (ENGELS, 1979, p. 51)

Na discussão sobre a superação deste problema, o autor nos dá pistas de sua raiz se questionando: de onde provém a crise da habitação? Para ele, como foi possível compreender, a crise vem do modo de produção capitalista; sendo assim, a possibilidade de resolver esta questão só pode ser por meio da transformação deste sistema. No entanto, mais de um século após tal análise, essa situação não se findou e até os dias de hoje podemos perceber grandes semelhanças entre a casa de grande parte da classe trabalhadora de nossa sociedade e dos operários ingleses de 1844.

1.2 A questão estrutural

As características apontadas por Engels nos servirão de pano de fundo para avaliarmos como a questão da habitação se insere na sociedade brasileira, marcada por características bastante específicas e distintas das da Inglaterra que, no entanto, advém de uma mesma raiz.

O lugar ocupado pela classe trabalhadora está limitado por uma organização econômica que reorganiza o espaço, avançaremos sobre esta discussão em outro momento. No caso das cidades brasileiras o desenvolvimento econômico atrelado ao político limitou ainda mais o acesso da classe trabalhadora à moradia e à cidade de forma efetiva. Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006) aponta algumas especificidades das classes proprietárias brasileiras, dada a sua formação distinta da burguesia “clássica”, que limitam ainda mais a possibilidade de superação para a crise da habitação.

A modernidade no Brasil ou o nascimento da sociedade de classes não se dá como ruptura do poder oligárquico, mas uma recomposição deste poder. *É preciso mudar para que nada mude*⁷.

(...) o que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega sem profundas transformações iniciais com extensão e profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro.” (FERNANDES, 2006, p. 240)

Será no plano político e com o poder do Estado que se dará mais fortemente a dominação burguesa no âmbito Nacional. O processo de consolidação do capitalismo no Brasil ou sua entrada na “Era burguesa”, nos termos de Florestan Fernandes, não se deu a partir de rupturas, mas sim de transações pelo alto, ou seja, as classes dominantes levaram a cabo mudanças que as perpetuavam enquanto tal. Seu papel revolucionário e modernizador dará lugar a uma continuidade do poder anteriormente estabelecido e suas ações serão para manutenção dos privilégios e vantagens enquanto classe e não, como na forma clássica, de ruptura avassaladora com o antigo regime. A burguesia no Brasil (que mais para frente perceberemos que não poderá ser chamada de burguesia nacional) tem, portanto, um caráter oligárquico, formada cultural e politicamente dentro dos mesmos moldes conservadores, pautada pelas necessidades e preocupação particulares.

Em contrapartida sua relação com as burguesias externas impulsionava a necessidade de uma modernização e, conseqüentemente uma “esquizofrenia” com as relações políticas e sociais interna. “Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa” (FERNANDES, 2006, p. 243). Essa burguesia oligárquica se constitui, portanto, como classe dominante em forte contradição com a classe trabalhadora, tendo a repressão do proletariado como eixo “norteador” de sua “revolução”. Além disso, sua dependência e submissão ao mercado externo se deram fortemente no plano político utilizando o Estado como sua principal instituição de dominação. Como consequência funda-se uma democracia absolutamente restritiva, privativa, fantasiando o Estado como representante de toda a nação, incapaz de se efetivar enquanto democrático, já que na verdade representava a dupla de interesses – burguesia interna e externa – encerrando assim a possibilidade de cumprir seu caráter revolucionário: efetivar as reformas nacionais e populares.

⁷ Referência a passagem “*Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude*” do romance O Leopardo, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

Desde que se proponham o desenvolvimento e a revolução dentro da ordem que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional (...), a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento e das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política e nacional (...). Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem “os interesses da nação como um todo”. (FERNANDES, 2006, p. 350)

A nação, no caso, é a parte escolhida pela burguesia, em consequência, assim como veremos nas ações do Estado frente à organização espacial da cidade, “a cidade” é uma parte da cidade. A outra parte da cidade, assim como a outra parte da nação não são contabilizados na efetivação da democracia burguesa. Os “ilegais”, “irreais”, são deslegitimados e criminalizados, pois a burguesia é a única fonte de poder legítimo. Sua dominação se dá, portanto, não só no campo político e econômico, mas também no ideológico reprimindo de todas as formas a outra parte da sociedade que muitas vezes não tem nome nem lugar.

O caráter da burguesia brasileira – justamente por ser dependente – se adapta à concorrência entre as classes dominantes externas e internas, ou seja, aceita a pressão vinda de cima, mas não admite qualquer pressão vinda de baixo sufocando e reprimindo qualquer movimento. Esse caráter é um legado da dominação escravista também. Isso se concretiza na contrarrevolução preventiva que foi o Golpe de 1964.

Esta forma de atuação sufoca os movimentos e organizações de trabalhadores já que passam a ser no imaginário nacional os perturbadores do desenvolvimento da nação, leia-se: a manutenção dos privilégios de classe.

A burguesia no Brasil por ser portadora de um duplo caráter moderno e arcaico deveria para concluir suas tarefas nos moldes europeus se despir daquilo que a constituiu. Tarefa praticamente impossível, já que seria necessário neutralizar sua síntese enquanto classe: seu caráter patrimonialista em que fora inserido de forma indissociável.

Parece-nos de fundamental importância refletirmos sobre o tema do patrimonialismo⁸, a partir da contribuição de Florestan Fernandes, e suas consequências na forma de atuação das classes dominantes no Brasil, assim como os limites ao avanço dos direitos sociais para a classe trabalhadora.

⁸ Foge ao objetivo desta dissertação a análise do conceito de Patrimonialismo no Brasil tal como formulado Raymundo Faoro, apoiado em Max Weber. É ampla a bibliografia que trata do tema.

Talvez o ponto de partida desta análise seja a frase que traz em si uma síntese dos limites apontados: *Assim é por que sempre foi*. Raymundo Faoro (FAORO, 2012) aponta esta naturalização das formas de dominação como fundante do patrimonialismo, além da profunda confusão entre as esferas públicas e privadas, forjando uma indissociável relação de proximidade entre interesses e favores. O patrimonialismo “à brasileira” fez com que as classes dominantes, marcadas profundamente pela tradição oligárquica, perpetuasse a política do favor, tomando o Estado para si, como sua propriedade, colocando benefícios próprios e dos “seus” acima do bem coletivo, alimentando o atraso, limitando assim sua evolução e modernização.

(...) o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. (...) Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária, embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impere, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. (FAORO, 2012, p. 824)

Forma-se uma classe que domina não como representante de um povo, mas que surge artificialmente, na pequenez das relações, é o velho travestido de novo sem definições, somente a partir da roupa que lhe caiba bem. Sergio Buarque de Holanda, ilustra bem o papel quase caricato destas relações ao analisar o que chamou de homem cordial (HOLANDA, 1995) definindo nossa natureza como dotada de aparente generosidade e hospitalidade, baseada no estreitamento das relações pessoais como única forma possível de se relacionar publicamente. É no “inho” que nos fazemos próximos e, assim, nos beneficiamos destas relações emotivas mesmo em espaços desnecessariamente “humanizados”. Mais uma vez, o mundo público e o mundo privado se confundem e essa confusão sempre beneficiará a classe no poder, ora inchando os espaços institucionais a partir de compadrios, ora, mesmo contraditoriamente, se aproximando da classe dominada como pai do povo, tutor, salvador. Na verdade, é sempre o pai severo que como autoridade única e legítima proporcionará a manutenção da sua classe no poder.

Além do papel político, a organização econômica de capitalismo tardio no Brasil e na América Latina gerou consequências profundas para a classe trabalhadora. Marcada por um endurecimento das relações sociais e uma pauperização, sem direito ao

consumo, inclusive ao consumo da “mercadoria” habitação. Para nós, a chave para a compreensão deste processo é a reflexão de Ruy Mauro Marini (TRASPADINI & STEDILE, 2005) sobre a dependência dos países latino-americanos, entendida como instrumento de subordinação, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capital em esfera internacional. Segundo Marini, os capitalistas dos países periféricos, em desvantagem na concorrência com os capitalistas dos países centrais, para reverterem sua perda no âmbito internacional “superexploram” os seus trabalhadores. Devido à relação de subordinação entre a América Latina e os países do capitalismo central, os trabalhadores destes podem ser, ao mesmo tempo, operários e consumidores, enquanto os da América Latina não podem se transformar em sujeitos de consumo. Sendo assim, estes podem receber um ínfimo salário que não garante sua reprodução adequada e muito menos a de sua família, uma vez que os baixos salários – característicos do capitalismo dependente – não permitem que os trabalhadores, para mencionar apenas um aspecto do problema, tenham acesso à moradia em condições dignas, a não ser em áreas afastadas do centro e com pouco equipamento público.

Esse processo de subordinação é, na verdade, uma “unidade de contrários”, em que os países centrais se alimentam dos países periféricos em prol da expansão e do desenvolvimento capitalista. Segundo Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1999), o sistema capitalista faz com que o “atrasado” e o “moderno” mascarem ideologicamente uma contradição entre as classes, colocando como central a contradição entre os países.

É necessário ressaltar, no entanto, que uma das características do capitalismo latino-americano é a impossibilidade de absorver boa parte da força de trabalho advinda do campo. Com isso, uma parcela destes trabalhadores sequer tinha um emprego fixo, o que dificultava ainda mais a possibilidade de arcarem com as despesas para a sua sobrevivência.

No processo em que a política agro-exportadora seria central na economia, as características ainda da antiga sociedade dificultavam mais do que estimulavam o desenraizamento da força de trabalho dos setores primários; mesmo assim, as zonas urbanas continuaram atraindo força de trabalho das zonas rurais. Posteriormente, quando o modelo industrial se tornou central nos países periféricos, o capital estrangeiro se instalará nestes países, caracterizando um novo momento do processo de dependência. Há, aí, uma tendência de modernização do setor agrícola, diminuindo a necessidade de força de trabalho, “expulsando-a” para as cidades.

Além da importação mecanizadora para as zonas rurais, importam-se também padrões simbólicos que trazem uma consequência ideológica: o urbano se torna expectativa nas vidas da população do campo impulsionando cada vez mais sua vinda para a cidade.

Lucio Kowarick (KOWARICK, 1985) vê neste contexto uma força de trabalho que se mantém como “arcaica” (apesar de serem formas novas dentro do processo industrial), já que não consegue se transformar em força de trabalho industrial. Sendo assim, grande parte dela está inserida em pequenos comércios autônomos, em serviços de manutenção ou domésticos, em inúmeras formas de subemprego e até mesmo desempregada. O capitalismo dependente característico da América Latina não absorve a força de trabalho para o “moderno” que caracteriza o desenvolvimento capitalista no meio urbano-industrial. Grande parte da classe trabalhadora não consegue se estabelecer como assalariada, permanecendo numa situação de subemprego. No momento em que o setor industrial passa a ser o centro dinâmico da economia latino-americana, a marginalidade urbana tem efeitos sociais profundos devido a um desenvolvimento tecnológico poupador de força de trabalho.

A dependência fez, portanto, com que o desenvolvimento orgânico do capitalismo dos países latino-americanos não resultasse da maturação das suas forças produtivas, mas sim da dinâmica de desenvolvimento externos. Para Marini (TRASPADINI & STEDILE, 2005), a economia latino-americana se transformou ao longo de sua história em um espaço de reprodução sem fronteiras e sem limites para os capitalistas dos países centrais.

A ampliação da superexploração tanto do trabalhador formal quanto do exército industrial de reserva se tornou um fator estrutural nos países da América Latina; enquanto trabalhadores superexplorados estão relegados às condições mais desumanas de existência, há também uma deterioração dos espaços de luta.

1.3 A questão na história

Neste contexto, o problema da habitação na cidade de São Paulo se mostra como um problema histórico cujas raízes remontam ao início da industrialização e do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Para Flavio Villaça (VILLAÇA, 1986) o fato de ideologicamente se construir uma representação segundo a qual não há solução

para o problema da habitação esconde a verdadeira raiz do problema. No limite, isto acaba por naturalizar uma questão que é nitidamente histórica – recorde-se que, para os escravos, o problema não existia. Por outra parte, no Brasil, a terra só adquiriu o estatuto de mercadoria em meados do século XIX⁹ quando as relações estritamente capitalistas começam a penetrar a sociedade brasileira.

Uma vez tornadas dominantes estas relações, a chamada “iniciativa privada” não consegue garantir habitação para todos, passando, então, tal responsabilidade para o Estado, que também não tem condições de, no capitalismo, dar conta desta questão. A burguesia e o Estado construirão ideologicamente, como resposta, a tese da impossibilidade de solucionar este problema, naturalizando-o; isto permite à burguesia deixar de aprofundar a análise das causas deste problema, porque se o fizesse, acabaria por reconhecer que ela, enquanto classe dominante, é incapaz de resolvê-lo.

Todo esse processo não é feito sem resistência. Dentro de cada momento histórico ela se realizou de distintas formas e distintos foram os seus resultados e o espaço que se abriu para novas possibilidades.

Os trabalhadores da cidade de São Paulo, no início da industrialização, movidos pela insatisfação em relação às condições de trabalho e sobrevivência organizaram-se e lutaram para tentar transformar a realidade imediata. Como esses trabalhadores ainda viviam muito próximos das fábricas, de seus patrões e, sobretudo, entre eles – já que a cidade ainda não havia expandido seu perímetro urbano – se tornava possível agregar à luta pela sobrevivência a identidade enquanto trabalhadores.

No início do século passado, eclodiram diversas greves desses trabalhadores que colocavam em questão a exploração – o ápice deste momento foi a greve de 1917, onde os imigrantes italianos e espanhóis tiveram um importante papel.

Vale destacar aqui o papel dos trabalhadores da construção que deu características distintas em relação aos outros trabalhadores e, sendo assim, abriu-se espaços para um potencial mobilizador diferenciado. Os trabalhadores italianos que foram deslocados para o trabalho na construção tinham uma melhor remuneração e uma maior capacidade de resistência, isso foi na verdade uma criação para diferenciá-los dos demais. Ou seja, os italianos não eram, como pode parecer no imaginário, naturalmente mais politizados e por isso, parte importante da classe trabalhadora que se mobilizou contra a classe dominante. Tampouco eram mais evoluídos por trazer as técnicas da

⁹ A lei de terras do ano de 1850, ainda que não referida ao solo urbano, é um marco importante para o processo de mercantilização da terra no Brasil.

construção das sociedades europeias, isso foi construído ideologicamente. As técnicas desenvolvidas pelos italianos foram apreendidas já aqui na cidade de São Paulo; e eles eram mais politizados pois criou-se condições reais para isso. O grande problema é que esta fetichização do trabalhador italiano limitou o possível avanço da luta, impedindo assim o salto para transformar-se como propulsora de uma organização dos trabalhadores. Ao criar-se ideologicamente uma separação entre os trabalhadores italianos e os nacionais, sendo os últimos desqualificados e descartáveis, obscureceu-se a identidade de ambos enquanto classe. Foi possível então, a partir dessa diferenciação intensificar a exploração do trabalhador nacional (PEREIRA, 2004).

No início do século XX (cf. KOWARICK; ANT, 1994), o medo da contaminação por doenças advindas dos cortiços e a possibilidade de manifestações políticas que punham em risco qualquer privilégio das classes mais abastadas passam a ser fatores fundamentais para a periferização do trabalhador. Além disso, o avanço do desenvolvimento industrial e a vinda de outros imigrantes na década de 1930 fazem com que a cidade tenha, nessa época, aproximadamente um milhão de habitantes. Os cortiços se tornam insuficientes para a leva de moradores que não têm condições de arcar com o elevado preço dos aluguéis do centro da cidade, fazendo com que eles passem a buscar moradia em áreas mais distantes. É nesse momento que o sistema de transportes vai, lentamente, se alterando e se expandindo geograficamente – ruas e avenidas vão se abrindo por toda cidade.

Na década de 1940 (cf. KOWARICK; BONDUKI, 1994), já com mais de dois milhões de pessoas vivendo em São Paulo, a população passa a ter duas possibilidades de moradia: construir, com as próprias mãos, suas casas longe da cidade “legal” – sem nenhuma estrutura –, ou continuar vivendo nos cortiços. A primeira opção dará uma nova cara a São Paulo.

Como já apontamos, o baixo salário do trabalhador latino-americano não era o suficiente para garantir a reprodução da força de trabalho adequadamente. O custo com a habitação, como dito, era algo com que o trabalhador não podia arcar; por isso, segundo Oliveira (1999), parcela expressiva de moradias nas cidades brasileiras foram construídas pelos próprios futuros moradores em dias de folga e nas horas vagas, contando com a participação de vizinhos ou em forma de mutirão. O resultado é o trabalho não pago, aumentando, assim, a taxa de exploração do trabalhador, já que a habitação é um gasto bastante relevante, que será abstraído de seu salário.

Assim, uma operação que é na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia ‘natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.” (OLIVEIRA, 1999, p. 59)

Entre a década de 1940 e o golpe civil-militar (1964) houve, na cidade de São Paulo, a consolidação do padrão periférico de crescimento urbano, ou seja, crescimento desordenado da periferia sem o devido equipamento público. Isso se deu por conta do próprio avanço do capitalismo e, por consequência, do investimento em transportes, possibilitando que o trabalhador pudesse sobreviver mesmo longe da estrutura urbana. A transferência das moradias dos trabalhadores do centro para as periferias de São Paulo gerou, ao menos inicialmente, a solução referente ao problema de habitação.

A habitação na periferia foi, até os anos 1970, a principal opção para a classe trabalhadora, periferia que além de se localizar bem distante do centro urbano não possuía estrutura para acolher a população que vinha ocupar esses espaços. Visto que tanto os loteamentos abertos quanto as casas construídas pelos moradores eram clandestinas, o Poder Público isentou-se de investir em equipamentos públicos na periferia da cidade. Fechando os olhos, tudo parecia bem no que diz respeito à habitação e a Prefeitura podia deixar de canalizar recursos para a construção de moradias populares. (KOWARICK & BONDUKI, 1994).

“Periferizando-se”, o trabalhador passa a centrar seus esforços para garantir sua moradia. No entanto, a profundidade do problema e sua consequente superação vão além da conquista da casa própria ou de um lugar para viver, passam pela consciência da impossibilidade do sistema capitalista em resolver a questão, derivando na necessidade de uma ação coletiva organizada para solucioná-la.

A forma de organização espacial dos trabalhadores é marcada, portanto, pela divisão destes na cidade, limitando o acesso a uma cidade construída para apenas uma parte dos que a habitam. A segregação sócio espacial aparecerá como um problema estrutural de nossas cidades, ela é, antes de tudo, um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço; neste sentido o espaço ocupado pelos trabalhadores está bastante delimitado. Para Villaça (2001) a segregação é processo fundamental para a compreensão da separação de zonas de moradia entre as classes. Ela se apresenta como um movimento dialético já que a segregação de um provoca a de outros, ao mesmo tempo e no mesmo processo; se dá entre grupos sociais ou entre classes e neste a classe dominante ao escolher um lugar para viver impede que a classe

trabalhadora ocupe este lugar. A segregação sócio espacial também cria e se recria por meio de uma dominação ideológica, advinda de nossa tradição histórica, como demonstrou Florestan Fernandes, na qual a cidade é onde está a classe dominante. Isso facilita a ação do Estado que investe apenas nessas áreas.

Ao investir nela, o Estado está investindo *na cidade*; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo *a cidade*. Quando transfere seus aparelhos para o centro novo criado pelas e para as burguesias, está transferindo para o centro novo *da cidade* (VILLAÇA, 2001, p. 350)

Em São Paulo, os limites de cada classe no espaço nos parecem, inicialmente, bastante claros. O centro da cidade de São Paulo, historicamente, acolheu as camadas de mais alta renda. Ao se afastarem do centro, essas classes se ligavam a ele por meio de vias radiais – vetor sudoeste. Produziu-se acessibilidade e levaram consigo aparelhos do Estado e Igreja. Já junto às indústrias situou-se a classe operária média baixa em uma situação razoavelmente favorável já que estavam perto do emprego, mas longe do centro principal da cidade, desenvolvendo-se, assim, subcentros – geralmente constituído por bairros populares. Finalmente, “sobra” para os “derrotados” as áreas da cidade que não são próximas às indústrias e ao trabalho e nem próximas ao centro, como a Zona Leste, onde o trabalhador que lá residia não tinha condições de arcar com o custo das moradias em outro lugar mais acessível (VILLAÇA, 2001). Essa situação se estende até hoje já que dos dez bairros mais pobres da cidade, seis estão localizados na Zona Leste.¹⁰

Com o deslocamento das classes dominantes em direção ao vetor sudoeste, cabe ao extremo sul acolher alguns dos miseráveis e subempregados, pois estarão assim mais próximos dos locais de subemprego: trabalho doméstico, ambulante, flanelinha, lavador de carro, mendigo, assaltante... Nesta área estão atualmente quatro dos dez bairros mais pobres da cidade.¹¹

Fruto de um processo histórico de segregação, restou para a classe trabalhadora da cidade de São Paulo se dividir em cortiços, loteamentos periféricos e favelas. (KOWARICK, 2009). Lugares demarcados, segregados, onde a possibilidade de mobilidade que ultrapasse esses limites é quase nula.

¹⁰ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

¹¹ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Cortiços, Loteamento e Favelas na cidade de São Paulo.

Fonte: <http://www.habisp.inf.br/>

O cortiço foi por muitos anos a principal forma de moradia da classe trabalhadora, no entanto, o número de “encortiçados” segundo dados oficiais da PMSP diminui cada vez mais. Atualmente, os cortiços ainda sobrevivem como uma das poucas opções de moradia da população paulistana. Para a Prefeitura de São Paulo, dos 1.814 imóveis vistoriados entre 2005 e 2010, 1.091 se encaixam na categoria cortiço¹². Estes dados são contraditórios, já que muitos cortiços que a Prefeitura diz que foram removidos ou transformados em outro tipo de habitação ainda se configuram como cortiço. De qualquer forma, a sua configuração se mantém tal qual no início da industrialização na cidade: muitos quartos, poucos banheiros e lavanderias, quase nenhuma privacidade e muita confusão. Dado que a maioria dos cortiços está nas áreas centrais da cidade, a justificativa dos seus atuais moradores para se manterem nesse espaço, mesmo com sua enorme precariedade, é que viver no centro é viver perto de tudo. O ser perto de tudo é contabilizado tanto nas infundáveis horas dentro do péssimo sistema de transporte público da cidade, como veremos nos casos estudados na Região Sul da cidade, quanto pelo altíssimo custo para a locomoção, mesmo que o trajeto seja limitado casa-trabalho, trabalho-casa. No entanto os moradores não têm ilusões. Mesmo que não haja vontade ou expectativas em relação à vida na periferia, viver no cortiço é a permanência de uma vida sem dignidade, viver com ratos, dividindo banheiro é no

¹² <http://www.habisp.inf.br/principal/busca?tipo=cortiço>

mínimo constrangedor; o sonho de uma vida melhor é sempre em outro lugar. Até porque, segundo os moradores, no cortiço não se vive, se sobrevive. Um dado interessante é a alta mobilidade de seus moradores que, no entanto, se dá de um cortiço para outro, ou seja, não se muda de situação, se muda de cortiço. (KOWARICK, 2009)

Atualmente, os loteamentos irregulares instalados na periferia, apesar de menos intensos do que antes ainda são uma alternativa em uma cidade sem uma política habitacional eficiente voltada para a população pobre. Caso não queira viver no cortiço, ela tem como alternativa comprar um lote nos confins da cidade ou ocupar alguma área onde a construção pode ser incerta.

Além disso, a autoconstrução é hoje aquilo que o morador pobre da cidade pode chamar de casa própria, adquirindo assim a segurança de ter, para sempre, onde morar, mesmo que as condições ainda não sejam as sonhadas: casas inacabadas, falta de infraestrutura urbana, descaso do Poder Público. Mesmo assim, para os moradores apesar de todas as mazelas vale a pena construir. (KOWARICK, 2009)

Por fim, a favela. O decrescimento das autoconstruções coincide com o surgimento das favelas – décadas de 1980 e 1990. O seu crescimento, segundo estudos analisado por Kowarick (2009), se dá por conta da tentativa de fuga do aluguel, pela escassez de loteamentos populares e pela falta de política habitacional. Além disso, a favela hoje não se difere muito dos loteamentos periféricos. Ela não é mais de madeirite, suas casas são de alvenaria, chegam a ter 60 m² de área construída, e muitas têm acesso a água e a coleta de lixo.

A favela também está na periferia e também houve investimento de seus moradores em suas casas. Antes não eram permitidas construções permanentes, conseqüentemente a vida na favela mudou, assim como suas moradias, no entanto, cada morador carrega em si todo o preconceito de ser chamado de favelado: “as pessoas moram na favela não porque querem, mas porque é o espaço que sobrou para elas” (KOWARICK, p. 238, 2009).

Distribuição das favelas na cidade de São Paulo

Fonte: infocid@des

A dinâmica da (des)organização espacial e o processo de segregação além de limitar o acesso à cidade à maioria dos trabalhadores, também delimita sua organização e interfere nas ações de solidariedade que marcaram por anos a construção da vida periférica. O espaço público, por conta da violência vivida no cotidiano das pessoas, vai cada vez mais se estreitando. É como se antes todos se ajudassem, e como se hoje cada um se trancasse em sua casa por medo da violência, da insegurança frente à polícia – aquela que teoricamente deveria defendê-los. Além disso, há uma repulsa entre si: o morador do cortiço não se vê de forma nenhuma vivendo na periferia, é longe demais, não tem nada, não tem vida; os habitantes da periferia – dos loteamentos ou favelas –

não compreendem a vida dos cortiços, não dá para morar com a família ali, há promiscuidade, sujeira. Para todos – cortiços, loteamentos, favelas – há vantagens e desvantagens, sem muita ilusão. O cotidiano ali dita a realidade e seus moradores não estão alheios a isso. A humilhação está presente em todos os espaços, seja por calar-se frente à violência, seja pelo fato da infraestrutura precária de suas moradias, seja pelo simples fato de morarem onde moram.

Em paralelo a esta realidade, as propostas do Poder Público para a situação de segregação e de restrição à cidade devido às limitadas possibilidades vivida pelos trabalhadores foram políticas habitacionais de construção de habitação, que conforme veremos, aprofundaram a segregação limitando ainda mais os trabalhadores a uma parte da cidade, sem a infraestrutura necessária por meio de subsídios públicos. Sendo assim, não nos espanta perceber que muitas das políticas habitacionais para a classe trabalhadora foram revertidas para um setor da sociedade com maior possibilidade de consumo a favor das grandes construtoras, como é o caso do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) ambos criados durante o a ditadura civil-militar (1964-1985) e fundamentais para consolidação do mercado imobiliário capitalista. Privilegiou-se nestes programas a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda, aquecendo assim a indústria de materiais de construção, consolidando as empresas de edificação e construção pesada (MARICATO, 1996).

Para atender às classes mais baixas – dado que o BNH foi reconhecidamente utilizado para a inserção das classes médias no mercado imobiliário, mesmo instituído com o propósito de garantir uma política de habitação popular – se criou as Companhias Metropolitanas de Habitação (Cohabs). As Cohabs, criadas na década de 1960, foram uma tentativa da ditadura civil-militar se legitimar frente às classes populares através do investimento em moradia. No entanto, na década de 1970, a política habitacional para a classe trabalhadora voltou ao segundo plano das prioridades do Estado¹³, havendo uma tentativa de se recuperar tal política no processo de redemocratização e com governos municipais progressistas. As Cohabs se caracterizaram durante toda sua história por se limitarem a construir unidades habitacionais nas periferias distantes da cidade.

(...) os empreendimentos autofinanciados têm se localizado em áreas extensas da periferia consolidada da região metropolitana de São

¹³ Em 1974 somente 9% dos recursos do BNH foram destinados às famílias de rendimentos de um a 5 salários mínimos (BOTELHO, 2007)

Paulo (RMSP), áreas de baixa atividade imobiliária e que, com frequência, foram ocupadas no passado de forma ilegal” (BOTELHO, 2007, p. 25).

Como consequência, temos uma política¹⁴ que afirma em sua prática que a única forma das famílias mais pobres morarem em áreas regulares é se fixando em bairros cada vez mais afastados dos centros da cidade, criando verdadeiros bairros dormitórios para a maioria dos trabalhadores viverem. A opção do Poder Público em garantir a moradia aos pobres nas extremas periferias se deu por conta do baixo valor das terras nessas regiões, possibilitando o investimento da classe trabalhadora no “sonho da casa própria”. No entanto, esse barateamento do terreno é bastante relativo, já que a partir do momento que se torna “legal” o “ilegal”, se torna necessária a responsabilização do Poder Público com relação à área, obrigando-o a levar infraestrutura para a população. Na verdade essa “solução” gera um alto preço, social e econômico (BOTELHO, 2007). Consolidada a área, corre-se o risco de que não caiba mais nesses espaços seus moradores “originais”, já que o valor da terra está diretamente ligado com o entorno e com as melhorias promovidas pelo Estado. A “solução” de um problema gera outro e este ciclo parece não ter fim.

O problema referente às condições de habitação da classe trabalhadora sempre foi uma questão a ser debatida e vivenciada por grande parte da população, mas é a partir do final década de 70 que ela se transforma em luta organizada. Como vimos, a expansão da cidade limita aos trabalhadores poucas possibilidades de habitação, abrigando-os em cortiços, loteamentos periféricos e favelas. No entanto, as dificuldades geradas no cotidiano de cada situação proporcionaram a esses trabalhadores possibilidades de se organizarem por distintas necessidades, tais como permanência no local, regularização e infraestrutura, água, luz, asfalto.

Nas favelas, a luta se edifica no final da década de 1970 e início de 1980, onde moradores passam a exigir água e luz para suas comunidades fortalecendo os movimentos de favelas localizados nas periferias da cidade. A partir de então, algumas derrotas no campo institucional com a eleição de governos municipais e estaduais conservadores, tradicionalmente opostos as demandas populares, amorteceram os movimentos, dividindo-os a partir de distintas legendas políticas (MARTINS, 1995).

¹⁴ O direito à moradia aparece como direito social, assim como educação e saúde na Constituição de 1988. No entanto, há muita resistência do judiciário compreendê-lo como tal. A moradia ainda está muito associada a uma mercadoria.

Esses anos também foram marcados pela consolidação de um padrão de irregularidades onde o Estado se mostrou ausente com relação aos loteamentos periféricos, sem regularização, clandestinos, que ficaram esquecidos nos cantos da cidade. Neste contexto, a luta pela regularização passa a ser uma necessidade aos “esquecidos” (que, como veremos adiante, serão como em um passe de mágica lembrados e varridos do espaço em que, às duras penas, construíram sua história). Nesta época lutas foram travadas e algumas vitórias conquistadas; mencione-se entre outras a regularização destes loteamentos. No entanto, a regularização foi iniciada pelo Poder Público por meio de administrações regionais. Isto dificultava uma possibilidade de atuação coletiva em toda a cidade, fragmento a luta por moradia (MARTINS, 1995). Esta fragmentação pode ser sentida até hoje já que muitos movimentos não conseguem enxergar na luta do outro a própria luta, havendo uma disputa pelo espaço muitas vezes não entre as classes, mas entre os próprios movimentos. Nos cortiços, pela dificuldade em garantir um grupo coeso e articulado, dada a grande mobilidade entre seus moradores de um cortiço para outro, não houve algo que garantiu substancialmente a organizações deste grupo de moradores (MARTINS, 1995).

Um tipo de organização em torno da moradia que foi fundamental por marcar uma época de conquistas aos trabalhadores foi o mutirão, forma de adquirir sua casa por meio das relações de solidariedade entre vizinhos e familiares. Na década de 1980 esta forma de organização “espontânea” teve uma ascensão politizadora, gerando grupos organizados para ocupações de terrenos de forma coletiva com objetivos políticos de garantia de direitos. Foi sem dúvida a tentativa de recriar a cidade por meio das mãos dos trabalhadores. O governo de Luíza Erundina (1989-1992) foi marcado por esta forma de se construir a habitação, por meio de recursos autogeridos e por ampla atuação na cidade (MARTINS, 1995).

As lutas dos movimentos urbanos que marcaram esta época – considerada por muitos como ascenso da luta de massas haja vista que coincide com as greves dos metalúrgicos da região do ABC paulista, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – acabaram por se remeter aos espaços institucionais, disputando os orçamentos do Estado e gerando, conseqüentemente, uma disputa entre os diversos movimentos.

1.4 A questão da sustentabilidade

Além dos inúmeros problemas apresentados, veremos adiante que, especificamente em um dos casos estudados, a questão ambiental colocou fim na luta jurídica dos moradores das áreas de Mananciais. As expulsões se travestiram de uma relação hierárquica do direito ambiental sobre o direito à moradia, colocando esta relação como uma contradição sem possibilidade de ser superada.

A garantia de uma cidade sustentável foi utilizada por setores antagônicos. O conceito de sustentabilidade esteve (e ainda está) em disputa por diversos segmentos da sociedade, e a forma como ele se tornou hegemônico teve consequências fundamentais no debate sobre as leis ambientais. Procura-se prolongar a duração das cidades baseando-se na necessidade de torná-las mais eficientes, tanto no que diz respeito ao uso dos recursos naturais quanto ao controle dos conflitos sociais, buscando gerar uma cidade pacificada a partir de uma visão hegemônica, que não dialoga com as contradições da realidade. (ACSELRAD, 2009).

Desde a década de 1970 a proteção das águas tem sido destacada como política pública necessária, prevendo a limitação dos recursos naturais. No entanto, o discurso sobre o meio ambiente sempre esteve ligado à preservação da natureza sem um diálogo efetivo com as questões sociais e as contradições que geraram a problemática de escassez. Na década de 1980, a partir da criação da Política Nacional do Meio Ambiente, a discussão busca avançar para um outro patamar compreendendo meio ambiente como totalidade e não somente como recursos específicos da natureza (MARTINS, 2006). A criação de leis a partir desta concepção inauguram uma nova contradição:

(...) o discurso jurídico ao considerar o meio ambiente como patrimônio público, um bem que pertence a toda população toca num tema eminentemente social: a propriedade. Grande parte das ações envolvendo questões ambientais coloca em confronto os projetos do proprietário de um bem e os interesses da coletividade. Esta é a razão pela qual o direito ambiental (...) atende a interesses difusos: interesses de um número indeterminado de pessoas (MARTINS, 2006, p. 35)

No que diz respeito aos interesses das camadas populares as leis acabaram por se definir como impedimento de superação da contradição imposta entre direito ao meio ambiente e direito à moradia. A necessidade de resolução de problemas políticos, econômicos e sociais por meio de criação de leis que não dialogam com a realidade

aprofunda problemas e impossibilita suas soluções. A legislação que se refere à proteção de mananciais da década de 1970 restringiram a ocupação “legal” gerando uma diminuição no valor da terra e conseqüentemente ocupação pela população de baixa renda de forma desenfreada (MARTINS, 2003). Ironicamente a tentativa de solucionar problemas ambientais sem dialogar de fato com a realidade potencializou o problema em questão, somando-se à problemática habitacional da classe trabalhadora. Mais uma vez o valor da terra será o responsável pelos contornos espaciais da cidade, aprofundando contradições e impossibilitando avanços na consolidação do direito à cidade.

Contraditoriamente a proibição e repressão, fruto de uma legislação estéril, gerou a necessidade de pressão por mais leis que, por sua vez, geraram novas contradições e provocaram a necessidade de outras novas leis detentoras de novas contradições e... enfim já sabemos a continuação desta história.

Por fim, após o longo processo de transferência da classe trabalhadora para as periferias da cidade, por expulsões diretas ou indiretas, poucos moradores conseguiram regularizar suas casas. Uma vez que exceto em casos em que a moradia periférica tenha sido fruto das políticas habitacionais com apartamentos financiados por meio de subsídios estatais, muitos destes trabalhadores ainda enfrentam, como veremos adiante, grandes dificuldades em regularizar sua moradia, mesmo com instrumentos jurídicos favoráveis para que isso aconteça. Vejamos.

2. CASOS

Fonte: Google earth

2.1. Favela Jd. São Bento Velho

Trem lotado, estação Pinheiros sentido Grajaú (zona oeste para o extremo sul da cidade de São Paulo). Já passou das 7h da manhã, sexta-feira. Quase não é possível entrar no vagão. Estação Berrini, “descem” do vagão grande parte dos passageiros. Sigo até a estação Santo Amaro para fazer baldeação sentido estação Capão Redondo. Observo o sentido oposto: Santo Amaro-Osasco, impossível entrar (mesmo impossível, todos entram). Trabalhadores espremidos esperando o trem para começar o dia. Sigo meu destino, entro no metrô sentido Capão, relativamente vazio, há dois lugares vagos, um homem na minha frente escolherá um deles e eu ficarei com o outro. Ele segue em sentido a um desses lugares, quase ao sentar percebe que um travesti estará ao seu lado; sem disfarçar desiste e senta no outro lugar. A última estação antes do Capão se chama “Vila das Belezas”, o tom terra das casinhas mal acabadas contradiz com o nome do lugar, o céu, coincidentemente, em todas as vezes que passei por lá estava nublado, fico curiosa para entender de qual beleza o nome se refere. São 8h da manhã, chego finalmente à estação Capão Redondo, saio do vagão e procuro um papel na minha mochila com o nome do ônibus que preciso pegar, sem olhar para frente sigo andando atenta somente ao meu papel. Um senhor de mais idade, alto, forte mancando firme com sua bengala esbraveja, trombo com ele por conta da minha falta de atenção. Ele me dá um empurrão, esbraveja mais, não sei direito como agir, sem dizer nada, sigo. A vida não parece fácil no Capão, mas segundo Zenaide, moradora do bairro, já foi pior, muito pior.

Zenaide Lopes dos Santos (informe oral)¹⁵ chegou à cidade de São Paulo em 1981, há mais de 30 anos. Nasceu na Bahia, em Brotas de Macaubas. O pai com problemas no coração achou melhor vir para São Paulo para ter um tratamento adequado, vieram Zenaide, três irmãos e a mãe de Zenaide. Um tio já morava em São Paulo “no Jacira”, bairro próximo ao Capão Redondo. Três irmãos ficaram na Bahia, a mãe ficava seis meses em São Paulo e seis meses em Brotas de Macaubas, esta mãe, pariu 19 vezes, três partos de gêmeos, destes 19, seis sobreviveram “se ver minha mãe

¹⁵ Entrevista concedida por SANTOS, Zenaide Lopes. Entrevista. [23.03.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

você não acredita que ela teve 19 filhos!”¹⁶ diz Zenaide. Depois que o pai faleceu, a mãe ficava um ano em São Paulo e um ano na Bahia, até que parou de enxergar e se instalou de vez na terra natal. Zenaide morava com uma das irmãs que veio com ela. Conheceu o pai dos seus filhos e comprou a casa “por 12 reais, era cruzeiro na época”. A casa, que fica na beira do córrego Moenda Velha, tem dois cômodos e é o lugar que Zenaide mora com os três filhos até hoje. É lá que ela vive e sobrevive.

Escolheu a Zona Sul porque o tio já morava lá, assim como outras pessoas da família. Compraram uma casinha, na qual a sua irmã mora até hoje. O tio e o pai vieram trabalhar de pedreiro, Zenaide foi trabalhar em casa de família aos 12 anos de idade. Aos 17 foi cuidar de uma Senhora, D. Alice, hoje com 96 anos, trabalho que a mantém até hoje, “com registro”. Trabalha todos os dias, folga aos Sábados e às Segundas-feiras. “Trabalho na Paulista, acordo às 4h20, pego o ônibus às 4h50, chego às 6h20, pego dois ônibus, prefiro o ônibus do que o metrô. O metrô é muito lotado”.

“Capão Redondo há 20 anos era uma tristeza, a rua era de lama, tinha muito pé de bananeira. O córrego (Moenda Velha) cresceu, derrubou todas as casas, o córrego era bem estreitinho, de repente, alargueceu, foi de uma hora para outra”. Seu Nivaldo, que sempre esteve ao lado de Zenaide buscando informações sobre o direito à moradia, mora em um cômodo que era de Dona Lúcia “minha segunda mãe”, diz Zenaide.

D. Lúcia tinha uma casa enorme, de sete cômodos, a água levou tudo, só sobrou um cômodo sozinho [no qual o S. Nivaldo mora]. Eu tinha comprado aqui, ela não tinha para onde ir, já era idosa, então eu disse: – a senhora fica na minha casa até arranjar um lugar para morar. Na época eu estava grávida de três meses, fui morar com minha irmã, depois Dona Lúcia comprou um terreno, construiu uma casinha, eu tive minha filha e voltei para minha casa (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014).

Quando sua filha tinha três meses, Zenaide estava trocando sua fralda e sentiu uma pancada forte nas costas, chovia muito, a pancada era uma telha que caíra em cima do berço; se Zenaide não estivesse ali, “até hoje eu ando com dor”. Zenaide saiu da casa, a chuva passou, tiraram a água, compraram telhas novas, colocaram e voltaram.

Já teve enchente de eu sair pela janela, o pessoal segurou na mão da minha filha e eu saí com os dois meninos, um no pescoço e outro nas costas, só dava para pegar os documentos e sair para a rua, fiquei na rua até a água baixar, baixou eu voltei, perdi a maioria das coisas, a vida tem sido assim, reconstruir, cansei (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014).

¹⁶ As partes entre aspas no corpo do texto foram fornecidas por SANTOS, Zenaide Lopes. Entrevista. [23.03.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014.

A subprefeitura do Campo Limpo diz para ela esperar: “Eles dizem que eu já esperei tanto, agora em dois ou três meses o apartamento vai sair”. Perguntamos até onde ela iria: “até conseguir não vou parar”.

A vida no Capão era pior, melhorou muita coisa, hoje tem posto de saúde, AMA – fui bem tratada no AMA do Capão, tem delegacia. Já saí de minha casa com tiro (*ela dá risada ao contar, é assim em toda a entrevista*). Isso aqui era mato, tinha um quartinho abandonado, fiquei com tanto medo, fui para debaixo da cama, tava sozinha, grávida, eram duas da manhã, fiquei com tanto medo de ficar ali escondida que saí no meio do tiroteio, um senhor me viu e disse: – Zenaide o que você está fazendo aqui uma hora dessas, volta menina, não vai acontecer nada contigo! Quando parou tudo eu voltei. Acontecia sempre, hoje não... Essa rua era barro, acho que muitas pessoas mudaram, mudou muito (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014).

Perguntamos como era o relacionamento entre os vizinhos, se a busca pelo direito à moradia os uniu. Ela diz que nada mudou; é possível perceber na verdade que apesar de todas as adversidades sofridas, a solidariedade parece na sua fala como algo natural naquele lugar, naquela história.

Aqui é assim, quando acontecia enchente, todo mundo ajudava, limpava, fazia a muretinha para conter a água, ajudava a tirar a água de dentro da casa, até hoje ajuda, sempre teve ajuda. D. Lúcia ajudou muito e eu ajudei ela. Sofria demais por causa da filha, deu muito trabalho, ela é minha segunda mãezona. Se eu for para outro lugar faço novas amizades, as amizades anteriores continuam, aqui meus filhos nasceram e foram criados. Vou sentir falta dos vizinhos, os filhos não querem ir para lugar longe, já acostumei aqui, nessa luta, mas já acostumei. Escola, posto de saúde, hospital, igreja, escolinha de futebol. Tudo aqui por perto... (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014)

2.1.1 Histórico jurídico-social

O papel é tudo, um documento que se comprova que aquilo é seu, se não tem o documento eu não posso gritar que aquilo é meu.
Zenaide

A primeira vez que estivemos no Jd. São Bento Velho (17.11.2009), não chegamos no horário combinado. Descemos – estavam presentes uma assistente social, uma advogada e uma estagiária de Direito que trabalhavam no EM-PUCSP – na estação Capão Redondo do Metrô, chovia muito e só havia “meio” guarda-chuva para quatro pessoas. Passaram diversos ônibus e nenhum indicava que estávamos no caminho, ao chegarmos ao ponto certo, em menos de 10 minutos estávamos no local, percorrendo,

de ônibus, a Estrada de Itapecerica. Havíamos marcado uma reunião com os moradores para esclarecermos as dúvidas no que se refere ao direito à moradia daquela favela. A chuva tinha dado uma trégua, mas como estávamos atrasadas, não havia ninguém esperando por nós no lugar combinado. Por sorte, ao percorrermos a rua em que descemos do ônibus, uma das moradoras nos encontrou (procurava por nós). Pudemos assim, antes de ir à reunião andarmos pela favela até chegar ao local onde os moradores nos esperavam. Já escurecia, mas mesmo assim, conseguimos tirar algumas fotos, estávamos perplexas pela condição de moradia daquela favela.

Havia cerca de 25 moradores na reunião, alguns já tinham ido embora por conta do nosso atraso. Neste dia, efetivamente, iniciou-se a luta jurídica pelo direito à moradia na favela Jd. São Bento. Era necessário compreender as inseguranças dos moradores, assim como estabelecer um laço de confiança entre eles e a equipe jurídico-social para iniciar uma ação a favor da população, insegura com a possibilidade de perder suas casas.

A favela Jd. São Bento¹⁷ está instalada há mais de 10 anos em área pública municipal no bairro do Capão Redondo e é composta por cerca de 500 famílias, sendo que aproximadamente 100 estão instaladas na beira do Córrego Moenda Velha. Em junho de 2004, algumas destas famílias receberam da Prefeitura o Termo Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso para Fins de Moradia (CDRU), que lhes concedeu o direito de utilizarem o imóvel para fins de moradia pelo período de 99 anos, que somente poderia ser extinto mediante descumprimento da função para a qual lhe foi destinado.

No natal de 2008 houve uma forte enchente que colocou em risco a vida de muitas famílias; neste contexto, a Defesa Civil interditou essas casas solicitando a saída imediata dos moradores. A proposta de indenização, por parte da Prefeitura, às famílias futuramente removidas variava de cinco a oito mil reais por casa. Cinco mil para as famílias que não portavam a CDRU e oito mil para as que portavam. Neste contexto, uma das moradoras procurou a DPE-SP e o caso foi encaminhado para o EM-PUCSP. A moradora relatou em seu atendimento inicial¹⁸ que a maioria dos moradores recebeu uma carta de interdição para saírem de suas casas, assinaram esta carta e aguardam atendimento. Por conta disso, o EM-PUCSP apresentou ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) o Mandado de Segurança preventivo com pedido liminar (MS) para que a

¹⁷ Conforme relatórios disponibilizados pelo EM - PUCSP

¹⁸ Dados fornecidos pelo EM-PUCSP

Prefeitura fosse impedida de desocupar os imóveis dos moradores portadores do Termo. Em caso de risco, ela deveria conceder-lhes moradia em outra área pública, sendo que até a provisão de moradia definitiva os moradores deveriam receber da Prefeitura um valor mensal referente ao aluguel – “bolsa aluguel”.

Segundo consta neste MS, enviado ao TJ-SP no dia 14 de dezembro de 2009, a CDRU foi criada a partir do decreto-lei n. 271, de 28.02.67, servindo como instrumento regulador de transmissão da posse direta de bens públicos ou privados, de forma gratuita ou onerosa, visando o cumprimento da função social do imóvel. Sendo assim, o termo garante às famílias o direito real sobre o uso do imóvel. É, portanto, o instrumento outorgado pelo Poder Público com a finalidade de transferir o uso do imóvel, através de sua concessão, para que este seja utilizado para fins de moradia pelas famílias que residem no local, configurando direito real sobre o uso do imóvel.

Decorrencia disto é que as famílias que possuem o referido termo gozam de direito líquido e certo quanto ao uso do terreno em questão. A própria concessão garante este direito, que não pode ser revogado arbitrariamente pelo Poder Público.

No entanto, o local em que a prefeitura concedeu o direito real de uso é área de risco, já que está à beira de um córrego. Contudo não há que se falar em extinção da concessão, pois o direito à moradia deverá ser mantido em outro local em situações que envolvam risco, conforme inciso XXVIII, do artigo 80 do Plano Diretor do Município de São Paulo:

Art. 80 – São diretrizes da política habitacional: (...) XXVIII – A promoção, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou de desadensamento por necessidade de obra de urbanização, do atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão.

A liminar foi deferida integralmente em dezembro de 2009 pelo TJ-SP.

A partir desta data iniciou-se uma difícil batalha para que fosse cumprida a decisão referente ao MS. As chuvas de dezembro de 2009 castigaram a favela e o Poder Público isentou-se de sua obrigação forçando os moradores a se mobilizarem para que houvesse alguma solução imediata, pois estavam correndo risco de morte por conta dos temporais.

Diversas reuniões com a subprefeitura do Campo Limpo e com a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (Sehab) foram realizadas com o objetivo de efetivar uma solução que desse garantia aos moradores.

A população estava desacreditada e desmobilizada, já que muitos haviam saído de suas casas, arcando com o aluguel ou morando com parentes, sem previsão de qualquer auxílio da Prefeitura, o que fez com que enfraquecesse ainda mais a mobilização, instrumento importante de pressão.

Em 19 de fevereiro de 2010 foi protocolada uma petição, onde os moradores ressaltaram que apesar da notificação ao Prefeito quanto ao deferimento da liminar, e das constantes chuvas e consequentes riscos de desabamento que ameaçaram a vida e a integridade física das famílias, a Prefeitura nada fez no sentido de providenciar alternativas habitacionais aos moradores da área.

Em março de 2010, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) se manifestou alegando que tratando-se de um Mandado de Segurança Preventivo, o pedido foi fora do prazo limite estipulado:

Com efeito, conforme se vê nos autos (...), as notificações datam de janeiro de 2009. O mandado de segurança por seu turno, foi manejado somente em Dezembro de 2009 (...), após portanto do prazo previsto no art. 23 da Lei 12.016-09 (120 dias) (fl. 3)

Como resposta elaborou-se uma petição informando ao TJ que a Prefeitura ainda não havia cumprido a liminar, assim como informando sobre a manifestação do Ministério Público. Em nenhum momento o MP-SP discutiu a necessidade de realocação ou atendimento às famílias, somente atestou que não caberia obrigar a Prefeitura fornecer moradias a ocupantes de área de risco. Segundo decisão do MP-SP:

(...) ainda que fundada termo administrativo de cessão de uso, o mesmo não tem o condão de impedir a retomada pela Administração, diante da situação de risco retratada. (...). O Direito à Moradia, conquanto encontre abrigo, inclusive no texto constitucional, não pode ser utilizado para dar amparo a toda e qualquer invasão, haja visto que tal norma não é auto-aplicável, dependendo de implementação de políticas sociais e econômicas capazes de resolver o problema habitacional do Município. (fls 11 e 12)

A petição pediu, portanto, que o TJ-SP se manifestasse garantindo o direito dos moradores, ou seja, que não fossem retirados do local sem qualquer alternativa habitacional digna, haja vista o seus direitos garantidos legal e contratualmente.

*Córrego Moenda Velha- São Bento Velho
Fonte: Arquivo EM-PUCSP*

Paralela às tramitações jurídicas, se colocou a necessidade de os moradores atuarem pressionando o Poder Público para que o direito à moradia fosse respeitado. Essa pressão se deu por meio de reuniões constantes com a Subprefeitura e com a Sehab.

Em reunião com a subprefeitura do Campo Limpo, realizada em março de 2010, houve o cadastramento das famílias para a liberação do “bolsa aluguel”, subsídio temporário para pagamento de aluguel com intuito de acomodar famílias à espera de realocação para outro empreendimento habitacional. Entretanto, apesar do cadastramento, não houve esta liberação, alegando que seria necessária a atuação da Defesa Civil, para atestar que a área onde os moradores estavam inseridos, era efetivamente de risco. Entrou-se, por conta desta exigência, em contato com a Defesa Civil, solicitando o auto de interdição, alegando que a área seria, obviamente, de risco.

Em abril, a Defesa Civil ainda não havia comparecido na área e uma nova reunião foi realizada com a subprefeitura exigindo providências. Questionou-se qual era o empecilho para que os moradores comesçassem a receber o “bolsa aluguel”. Responderam que os moradores não estavam entregando os documentos exigidos (faltava o documento da Defesa Civil atestando risco). Sobre o não comparecimento da Defesa Civil para interdição das moradias e intimação dos moradores, eles informaram que estava ocorrendo muitas chuvas e por isso havia grandes demandas.

Córrego Moenda Velha- São Bento Velho
Fonte: Arquivo EM-PUCSP

Em julho recorreu-se à Sehab em busca de uma solução para o caso por meio de duas reuniões. A Sehab, impressionada com o descaso da Subprefeitura, informou aos moradores presentes que já havia a verba para a liberação do “bolsa aluguel” e que só estava aguardando o encaminhamento dos documentos pela subprefeitura para que as famílias recebessem o auxílio combinado. Sendo assim, a Sehab se colocou à disposição em realizar uma reunião com a Subprefeitura e os moradores para que as dúvidas fossem esclarecidas e os encaminhamentos fossem dados.

Neste momento obras para a canalização de um córrego já haviam começado e algumas casas foram demolidas prejudicando a estrutura de outras. Segundo relatório da equipe social do EM - PUCSP em julho de 2010 “a empreiteira que está realizando a contenção do córrego já demoliu cerca de quatro moradias, sem consentimento dos moradores”. A Subprefeitura, junto com a empreiteira ofereceu um mês de aluguel para os moradores que perderam suas casas e chegou a solicitar que alguns moradores saíssem do MS para receber o auxílio.

Em agosto, após conversa com a Subprefeitura marcou-se uma reunião, no entanto, a Sehab não cumpriu com o prometido e informou que a solução dada seria entre moradores e Subprefeitura. Sendo assim, não compareceria à reunião e esta foi desmarcada.

Até agosto de 2010, nada havia sido feito e poucos meses se distanciavam da época de chuva que colocava em insegurança, por mais um ano, a vida dos moradores.

Juridicamente, em 11 de maio de 2011, o TJ se manifestou em concordância com o Ministério Público, sendo assim, os moradores perderam o direito ao Mandado de Segurança, proposto e deferido no final de 2009. Após essa decisão, deu-se por encerrado o MS, a opção de não recorrer se deu por conta de um ofício enviado pela Sehab.

Em 2010, para além do CDRU, a Superintendência de Habitação Popular (Habi) da SEHAB informou através de ofício que todos os moradores da favela São Bento Velho possuíam a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM). A CUEM é uma forma de garantir a efetivação do Direito à Moradia da população pobre e foi assegurada com a edição da Medida Provisória 2220/01 que dispôs sobre a possibilidade da Concessão de Uso Especial em áreas públicas federais, estaduais ou municipais. Como pela lei os imóveis públicos não podem ser adquiridos pela ação de usucapião, o Poder Público concede a CUEM, que é a forma de garantir o exercício de um direito real por ocupante de terreno público.

Conquistada a CUEM, seria dada outra moradia em local próximo aos moradores cujas residências estivessem em área considerada de risco.

Este ofício ampliou a esperança dos moradores, já que proporcionava garantia semelhante à CDRU.

No entanto, até setembro de 2011 os moradores continuavam na mesma situação. Apenas 10 deles estavam recebendo o “bolsa aluguel” desde maio de 2011. Porém eles não foram ressarcidos pelos anos que arcaram sozinhos com o aluguel devido à destruição de suas casas por conta das chuvas de fim de ano.

Insistindo no diálogo com o Poder Público, foi enviado um ofício pelo EM - PUCSP no dia 30 de setembro informando que os títulos da Concessão ainda não haviam sido distribuídos aos moradores. Além disso, neste mesmo ofício, foi informado que em maio de 2011, a subprefeitura de Campo Limpo e a Sehab convocaram alguns moradores que residem em área de risco e deveriam ser removidos, para propor auxílio-

aluguel e posterior inserção no Programa Parceria Social¹⁹ ((Programa Parceria Social – resolução CMH nº31 / Dezembro de 2007)´ até a construção das unidades habitacionais definitivas. Contudo, não houve qualquer contato posterior da subprefeitura do Campo Limpo.

Além disso, através de relato dos moradores, verificou-se que alguns já perderam suas moradias em função de remoções por conta de obras de contenção no córrego, mas no momento estariam sem atendimento habitacional.

O oficiou então solicitou:

1. posicionamento de como e quando será feita a distribuição dos títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia;
2. esclarecimento do modo como se dará a inserção das pessoas que já estão recebendo auxílio-aluguel no Programa Parceria Social e em atendimento definitivo de moradia;
3. indicação de previsão de atendimento para as pessoas que já perderam suas residências e para as que moram em residências que se encontram em risco;
4. reunião para esclarecimentos sobre esses atendimentos para os moradores já removidos, para os que estão sem moradia e sem atendimento, e para os moradores que estão residindo em situação de risco iminente.

Em Janeiro de 2012, em resposta a este ofício a Subprefeitura do Campo Limpo informou que a previsão para a titulação estava programada para o 2º quadriênio (2013-2016). Já a Sehab, um mês antes, informou que das famílias mencionadas no ofício enviado em Setembro, onze (11) não foram encaminhadas pela subprefeitura. Em conversa com algumas dessas 11 famílias, elas garantiram que enviaram todos os documentos necessários à Subprefeitura. Como encaminhamento, entraram em contato com a Subprefeitura, mas não conseguiram respostas para o ocorrido. A saída seria entrar em contato com o Subprefeito. Em fevereiro de 2012, diversas tentativas de conversa com os funcionários responsáveis pelo caso foram feitas sem nenhuma solução.

Em Agosto de 2012, o Supervisor Habitacional da Subprefeitura, Orlando A. Ferreira, foi morto a tiros ao chegar para uma reunião no comitê político de um candidato a vereador do PR (Partido da República). Sendo assim, algumas das perguntas buscadas para solucionar este caso ficaram sem respostas.

¹⁹ Alternativa de assistência habitacional desenvolvida pela Sehab em parceria com a COHAB

A Prefeitura diz que a favela existe há mais de 10 anos, Zenaide confirma e conta que comprou sua casa há 23 anos e já havia muitas outras casas no local. Ela começou a se preocupar há 6 anos, porque a casa dela já tinha sido interditada mas ninguém dizia o prazo certo de quando deveriam sair. Conversando com outros moradores falaram que havia algumas advogadas do EM-PUCSP que poderiam auxiliar. Ela se interessou, pois nas conversas que já havia feito com a Prefeitura (Sehab e Subprefeitura) lhe informaram que não havia garantia nenhuma aos moradores. Ela não se conformava, já que tinha toda a documentação – contrato de compra e venda com o antigo morador, CDRU, interdição dada pela Defesa Civil, mas a Prefeitura dizia que ela não tinha mais direito porque a área era da Prefeitura, falaram para ela: “Se a prefeitura chegar lá, quiser derrubar sua casa e plantar uma árvore, é direito seu sair.” “Mas essa documentação não vale nada?”, Zenaide insistia “Não.”. Sem se conformar, Zenaide foi atrás de uma assistente social também da Prefeitura, Maria Ângela, que contrariando o que até então tinha ouvido, disse a ela que aqueles documentos tinham sim validade.

Depois eu fiquei sabendo do Escritório Modelo – *ficou sabendo por que foi atrás de mais informações* – eu queria sair, ficava com medo de ficar. Uma vizinha foi na reunião (EM-PUCSP) e eu senti firmeza. (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014)

Para Zenaide era importante estar acompanhada de advogados, porque até então, mesmo sabendo que seria possível a garantia de algum tipo de atendimento habitacional, ela não conseguira as informações necessárias nas reuniões com a Prefeitura.

Na Prefeitura dá uma reviravolta, você vai com uma ideia, chega ali é outra ideia, eles começam a falar: você não tem direito. Mas eu pensava, eu não invadi, eu paguei, eu comprei, se outra pessoa invadiu eu não tenho culpa. (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014)

Zenaide chegou a sair da casa, estava com medo de que a casa caísse como aconteceu com outros moradores, pagou por 5 meses, R\$ 300 reais de aluguel, 2 cômodos.

Paguei do meu dinheiro, ninguém me deu nada, voltei por que não tinha mais condições de pagar. Quando eu fiz um pedaço desse muro (*há uma muretinha que ela construiu para que a água não entrasse mais em sua casa*) a gente ficou mais confiante. Eles nunca me reembolsaram. Voltei só com a beliche e com o colchão. (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014)

Muro feito pelos moradores da Favela São Bento para conter a água das chuvas.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Desde 2008, famílias perderam as suas casas, e sem qualquer resposta objetiva da Prefeitura tiveram que arcar com as despesas de moradia que não entravam anteriormente nos gastos mensais. Vale ressaltar que 90% das famílias têm renda mensal inferior a dois salários mínimos (no início da 2010 a renda familiar média familiar da favela estava em torno de R\$ 688,00)²⁰, sendo que a média do número de pessoas por família é superior a 3.

Podemos ilustrar essa situação com o caso de Francisco da Silva (informe verbal)²¹ que saiu da favela em 2007. Seu Francisco nasceu no Ceará e chegou ao Jd. São Bento no ano 2000. Segundo ele, ele e sua família viviam de forma tranquila, sua casa ficava na beira no córrego Moenda Velha, mas segundo o morador o córrego não causava risco ou problemas para os moradores. Foi em 2006 que as águas subiram pela primeira vez e em 2007 sua casa foi interditada por conta do alto risco de desabamento.

²⁰ Dados fornecidos pelo Escritório Modelo da PUC-SP.

²¹ Entrevista concedida por SILVA, Francisco. Entrevista. [19.04.2013]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2013

*Terreno do S. Francisco, Favela São Bento
Fonte: Arquivo pessoal da autora*

S. Francisco foi morar perto dos bicos que conseguia. Como não teve nenhum atendimento, arcou com aluguéis em diversas áreas da cidade. Morou no centro, na Pompeia e até na região de Parelheiros. Hoje mora com o filho na região do Belém em um cortiço e paga R\$ 480,00 de aluguel. Pai e filho trabalham na área de reciclagem de uma empresa, o que ganham mal paga o aluguel. Além disso, não são registrados. Ele buscou auxílio diversas vezes na Subprefeitura, mas nunca foi atendido. S. Francisco tem o Termo de CDRU e tem ido atrás de informações para que receba algum atendimento provisório, com garantia de posterior atendimento definitivo.

A história de outro morador da área, Norival (informe oral)²², foi um pouco diferente. A prefeitura por conta do risco, corretamente quis tirá-lo de sua casa; ele não deixou e mostrou o mandado de segurança que dizia que os moradores que tivessem que

²² Entrevista concedida por Norival. Entrevista. [19.04.2013]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2013

sair por conta do risco, deveriam exercer seu direito em outro local (a Prefeitura que se responsabilizaria por isso). Por conta disso, ele continua em sua casa que está ao lado do terreno do S. Francisco. Não sabemos quais foram os critérios para tirar ou manter as famílias em suas casas.

Além disso, para além das chuvas que colocam em risco a vida das famílias às margens do córrego, a obra para a contenção das margens do córrego teve como consequência aumentar o risco das famílias, já que a estrutura de muitas casas foi prejudicada pelas obras e não houve sequer uma realocação provisória para os moradores daquelas casas que poderiam cair no córrego (como de fato aconteceu).

*Após obras de contenção, a estrutura das casas foi bastante prejudicada – Favela São Bento
Fonte: Arquivo pessoal da autora*

Já os moradores das casas demolidas a única alternativa foi simplesmente sair de suas casas e arcar com as despesas de aluguel ou contar com a solidariedade de amigos e familiares. A saída proposta pela prefeitura era de um mês de aluguel, sem nenhum termo de garantia de quanto tempo demoraria a finalização das obras, o que aconteceria com os moradores que perderam suas casas, qual seria a indenização, em quanto tempo se daria a realocação definitiva e se esta seria no bairro ou nas proximidades do bairro, garantindo assim, a permanência dos laços sociais construídos.

Mais uma vez, como infelizmente não foi exceção na última gestão municipal, a obra que atingiu diretamente as famílias da favela, como a acima mencionada, não contou com a participação dos moradores e as suas consequências foram recebidas com susto e insegurança pela população.²³

Já para as poucas famílias que estão recebendo o auxílio-aluguel não há previsão ou garantia em relação ao futuro. Não sabem se há possibilidade de voltarem ao local e nem a previsão deste retorno. Muitas dessas famílias investiram tudo o que tinham em suas casas, muitas as construíram de alvenaria com previsão de aumentar as casas para as próximas gerações e agora, com sorte, irão para os apartamentos subsidiados que não ultrapassam os 50 m², sendo que em nenhum momento, até agora, o Poder Público perguntou o que estas famílias haviam previsto ou planejado para seu futuro.

Em conversa com a advogada do EM-PUCSP, Daniela Bonilha (informe verbal)²⁴, que acompanhou o caso desde o final de 2012, fica evidente que por meio das respostas dos ofícios enviados à Sehab e Subprefeitura do Campo Limpo, os dados são contraditórios. Houve, seguramente, uma falta de comunicação – não sabemos se proposital ou não – que acabou prejudicando profundamente o atendimento habitacional e o acesso às informações pelos moradores e pelo próprio EM-PUCSP. A saída dada pela equipe jurídico-social do EM-PUCSP foi a de levantar os números dos processos administrativos para analisá-los e assim, traçar uma estratégia de intervenção.

Segundo Daniella, em conversa com a assistente social da Sehab, que acompanha o caso há anos, a intervenção do Poder Público na Favela São Bento iniciou em meados de 2006, em virtude de a área constar como de risco pela proximidade com o córrego e pelas constantes enchentes na região.

Na época, de acordo com a assistente social, algumas famílias desocuparam a área mediante recebimento de verba de apoio habitacional ("cheque-despejo"). Em 2009, em virtude da impetração do MS pelo EM-PUCSP, a Superintendência de Habitação Popular (HABI) passou a adotar outra postura e passou a conceder auxílio-aluguel com a "garantia" do atendimento definitivo (garantia verbal e informal, sem qualquer garantia de cumprimento). Conclui-se, portanto, que durante o período entre

²³ O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo foi aprovado em 2002 e trouxe, como um de seus princípios e principal avanço, a garantia da participação dos moradores nos projetos de urbanização que os afetam diretamente. O Plano Diretor é uma lei Municipal que tem como princípio realizar as diretrizes do Estatuto da Cidade. Falaremos deste instrumento mais adiante.

²⁴ Entrevista concedida por BONILHA, Daniella. Entrevista. [03.04.2013]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2013

2006 e 2009 as únicas modalidades de atendimento foram verba de apoio, ou seja, recebido o valor, as famílias não teriam mais o direito de retorno.

Daniella insiste que o grande problema encontrado nesta pesquisa foi a dificuldade em acessar e sistematizar os dados. Para ela, o Poder Público, com o provável objetivo de dificultar o acesso às informações, simplesmente, criou uma diversidade de processos administrativos, individualizando as situações de modo a perder a caráter coletivo da intervenção. Esta descentralização de informatização é o maior desafio encontrado atualmente pelo EM-PUCSP para se apropriarem da questão como um todo.

A conclusão que se chegou pela equipe foi que a grande maioria das famílias não chegou a receber qualquer tipo de atendimento. Daniella informa que recebeu ligações de pessoas que foram expulsas de suas casas e que estão pagando aluguel do próprio bolso. Várias delas, inclusive, não suportando o pagamento do aluguel, retornaram para área, até para as próprias casas que estão interditadas, sofrendo verdadeiro risco de morte.

Para a assistente social da Prefeitura, conforme nos informa Daniella, houve uma falta de interlocução entre a Subprefeitura e Sehab, pois para que sejam realizados atendimentos, há necessidade da instauração do processo pela Subprefeitura e o posterior encaminhamento dos autos à HABI para que, então, por meio deste último órgão fossem realizados os pagamentos e concedidos os documentos que preveem o atendimento definitivo, seja na área ou em outra próxima ao local. Por fim, Daniella acredita que:

Por conta da confusão contraída em virtude dos inúmeros processos, o fato de boa parte das famílias terem o título de posse (CDRU e CUEM) foi desconsiderado neste processo de remoção e atendimento. Resolvemos focar nosso esforço, a partir daí, em tentar agendar uma reunião com o subprefeito e supervisor de habitação para exigir um levantamento das famílias que foram removidas para então encaminharmos a listagem à Sehab, a quem competirá prestar os atendimentos, assegurando o retorno à área. Depois, garantidos os atendimentos, nosso próximo passo será articular com a Sehab uma reunião para ampliar a participação dos moradores no processo de urbanização na área, haja vista a previsão no Plano Municipal de Habitação para o segundo e terceiro quadriênio (2013-2020), que contempla a área. (BONILHA, entrevista concedida em 04 de Abril de 2013)

Caso nenhuma destas estratégias deem certo, somente nestas condições que o EM - PUCSP entrará com alguma outra ação para tentar resolver o caso.

Participamos da reunião agendada pela advogada do EM-PUCSP com a Subprefeitura do Campo Limpo, já na nova gestão (Fernando Haddad – PT). Para a nossa pesquisa seria interessante perceber a postura do novo subprefeito em relação a situação.

O subprefeito do Campo Limpo, o engenheiro civil Sergio Roberto dos Santos nos recebeu (a nós, a advogada, a assistente social do EM - PUCSP e um antigo morador) inicialmente com certa desconfiança, se defendendo das perguntas realizadas, depois se sentiu mais à vontade para contribuir. Além de nós, estavam três técnicos da defesa civil, a secretária do superintendente da habitação da subprefeitura e um advogado, também da subprefeitura. O subprefeito tinha diversas dúvidas sobre a realidade do Jd. São Bento e solicitou ao EM-PUCSP que lhe enviasse todas as informações – de quem foi cadastrado, quem recebeu e quem não recebeu atendimento. Justificou que a gestão anterior teve dificuldades de comunicação com a Sehab por conta da *“própria urgência do caso”*. Questionado sobre o motivo da falta de informação e dados da Subprefeitura sobre as casas interditadas e sobre as famílias que necessitavam de atendimento, ele justificou dizendo que quando marcam a casa com uma senha, é dever do morador procurar a Subprefeitura para serem atendidos, se não fazem, o morador não terá o atendimento, por isso só há cadastro daqueles que procuraram a subprefeitura (na verdade, nem daqueles que procuraram, pois diversos moradores entregaram seus documentos nas mãos do superintendente de habitação e esses documentos não estão em nenhum lugar...). Sobre a solução do problema, nos disse que a meta será o atendimento de 100% dos moradores, realocando-os no mesmo local. Se houver necessidade de remoção para as obras, a proposta é de irem para uma área provisória e retornarem para o mesmo local. Questionamos sobre a participação da população sobre o projeto em que serão diretamente atingidos e, segundo o subprefeito, em todas as etapas (discussão sobre o Plano de Metas e do Plano Diretor) está prevista a participação da população. *E sobre as pessoas que não tem nem a CDRU, nem CUEM, nem interdição, não estão em nenhum dos processos?* questionamos. Esses não têm como provar que estavam na área e, portanto, não terão o atendimento, segundo o subprefeito.

Nesta mesma data tivemos a oportunidade de conversar brevemente com Pedro Ricardo Alencar²⁵, Seu Pedrinho²⁶, que mora no assentamento desde 1979 e é uma

²⁵ Entrevista concedida por ALENCAR, Pedro Ricardo. Entrevista. [17.04.2013]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

grande liderança local. Seu Pedrinho desconfia que o problema será resolvido, disse que ficou sabendo que não iam mais mexer no córrego, que foi uma obra de emergência para que os barracos não caíssem.

Muitos moradores foram embora e a Prefeitura não pagou nada para eles. Uma morava em um porão, na área de risco, recebeu 5 mil reais saiu e comprou uma casa na mesma rua, em área de risco também. (ALENCAR, entrevista concedida 17 de abril de 2013)

Perguntamos se havia mais pessoas nessa situação. “Muitas... Faz muito tempo que falam desse plano, mas até agora... Há 3 ou 4 anos atrás vieram com as planas, eu acompanhei...” (ALENCAR, entrevista concedida 17 de abril de 2013). Seu Pedrinho disse que perguntaram como desapropriar as quase 200 famílias que estavam no córrego, ele respondeu que comprassem o terreno, mas a Prefeitura respondeu que ia ficar muito caro. Seu Pedrinho diz que é muito mais caro pagar auxílio-aluguel para tanta gente...

2.1.2 Outros atores

A favela Jd. São Bento Velho está instalada em uma área estigmatizada por anos por conta da violência que a caracterizou. O bairro Capão Redondo foi construído no imaginário da sociedade paulistana como um bairro extremamente violento, onde crimes, mortes e insegurança faziam parte do cotidiano das pessoas que por lá transitavam. Dentro deste contexto, o local, aparentemente não seria fruto do interesse do mercado imobiliário, sendo assim, nos parece que o descaso do Poder Público, diferentemente do descaso aos moradores pobres das regiões centrais se dá exatamente por este motivo, áreas desvalorizadas não devem ter investimento público, já que o mercado imobiliário não irá se instalar nesses bairros e a cidade “informal” continuará intacta no que se refere à sua informalidade.

Contudo, vale lembrar que a cidade tem cada vez mais ampliado o seu centro e as extremas periferias que foram a única opção de sobrevivência dos trabalhadores estão se prolongando. Neste sentido vale trazer para a reflexão, uma reportagem de março de 2009 do Jornal O Estado de São Paulo intitulada “Capão é o novo ‘Morumbi Sul’ de SP” (MANO & ZANCHETTA, 2009), que contradiz a opinião de que não há interesse do mercado imobiliário na área estudada. Seguem trechos da reportagem:

²⁶ Em outro momento fizemos uma entrevista com Seu Pedrinho, desta vez mais aprofundada e com um tempo maior. Falaremos dela adiante.

O mercado imobiliário em São Paulo começa a buscar novos filões inexplorados da cidade: as periferias. Dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp) confirmam a nova tendência no mercado paulistano de buscar terrenos mais baratos em áreas distantes e de criar empreendimentos de médio padrão. No noticiário policial dos anos 1990, o Capão Redondo virou símbolo da violência. (...) Em 1999, atingiu a média de 116,23 homicídios por 100 mil habitantes. Lojas de eletrodomésticos não faziam entregas na região e era comum jovens moradores mentirem o endereço no currículo. Uma década se passou, os homicídios despencaram, o metrô chegou e o Capão Redondo virou "Morumbi Sul" nos folders imobiliários e no novo comércio da região. "Morumbi é o maior bairro do mundo. Vemos muitos bairros nas redondezas receber esse nome", diz o economista-chefe do Secovi, Celso Petrucci. Em parte do Capão, Morumbi Sul já é usado pelas empreiteiras, que não param de erguer prédios ao longo da Estrada de Itapeverica, e ganhou a simpatia da população, cansada do velho estigma do bairro. (...) "Morumbi Sul" já virou nome de farmácia, de restaurante por quilo, de faculdade, de escola. Segundo corretores de imóveis, a vantagem da região são os condomínios de R\$ 300 em apartamentos de três dormitórios vendidos por menos de R\$ 200 mil. A palavra Capão Redondo é proibida nos estandes das construtoras. (MANSO & ZANCHETTA, 2009)

E “o metrô chegou ao Capão Redondo”, neste capítulo foi dito que da estação Capão Redondo, de ônibus, em cerca de 10 minutos se chega à favela Jd. São Bento Velho. O caminho percorrido pelo ônibus tem sido o mesmo do mercado imobiliário, que tem encontrado nas últimas décadas, nos extremos da cidade espaço para se instalar.

*Estação de Metrô Capão Redondo – Favela Jd. São Bento Velho
Fonte: Google Maps*

Aos moradores da Favela Jd. São Bento restou somente a promessa da CUEM no próximo quadriênio. Como informado, a única possibilidade jurídica que restou foi a de por meio de ofícios solicitar aos órgãos superiores que fiscalize as ações da Prefeitura, no entanto, como demonstrado, o MP-SP já se manifestou dizendo que não cabe a Prefeitura viabilizar moradia às famílias e o TJ-SP, mesmo que não unanimemente, se manifestou de acordo com o MP-SP, no que diz respeito ao prazo do Mandado de Segurança, colocando assim em segundo plano, o direito à moradia das famílias e o consequente risco que correm por conta da área que estão instaladas. As obras estão chegando e com elas o medo do futuro tem somente se ampliado.

Na última reunião que acompanhamos entre moradores e a Sehab, em outubro de 2013, Luciana (informe verbal)²⁷, antiga moradora, bastante emocionada dizia ao coordenador da Habi-Sul:

A casa é tudo na família, a última gestão criou estratégias para dispersar a população, já que os moradores tiveram que arcar com o aluguel em outros locais mais baratos... Morar lá não era opção. (Luciana, informações concedida em 01 de outubro de 2013)

O coordenador da HABI – Sul Carlos Pellarini (informe verbal)²⁸, nesta mesma reunião, informou que assim que houvessem mais unidades habitacionais, elas seriam passadas para os moradores da área, mas que até o momento seria priorizada famílias que estão em pior situação. Sobre o valor de cinco mil reais no início das negociações, a Prefeitura disse que há muitos anos que a Habi-Sul não fornece este tipo de atendimento. Ao insistirmos sobre o assunto, nos informou “a não ser que seja opção das família (...) foi o atendimento que deu e que o povo aceitou” (PELLARINI, informação concedida em 01 de outubro de 2013).

Em Janeiro de 2014, segundo Zenaide, em reunião com a Prefeitura disseram que sairia o “bolsa aluguel” para ela, “mas como tem uns apartamentos saindo, eles vão ver se me encaixam nesses apartamentos, não explicaram se vou ter que pagar alguma coisa”. Se não tiver o apartamento, conforme informado pela Prefeitura, Zenaide receberá o “bolsa aluguel” no valor de R\$ 400,00, valor abaixo dos aluguéis na região.

Não se acha um aluguel por este valor. Minha amiga, tem 5 filhos e mais um neto, conseguiu uma casa de 600 reais fora água e luz. A luz aqui veio até cento e tantos reais. Relógio novo, só fica meus 2 meninos em casa. Eu não gasto tudo isso de água, lavo roupa de 8 em 8. Reclamei, esse mês já abaixou. Luz aqui é um absurdo, tem pessoas

²⁷ Informações concedida por Luciana em [01.10.2013].

²⁸ Informações concedida por PELLARINI, Carlos em [01.10.2013].

aqui que já pagou 300 reais de luz. Aqui a única coisa que deixo ligada é o ventilador. (SANTOS, entrevista concedida em 23 de março de 2014)

Zenaide, incansável, terminou a entrevista dizendo que precisava ir atrás de uma possibilidade de receber algum tipo indenização do Poder Público por conta da última chuva que levou boa parte de seus pertences, mais uma vez. O Capão já foi pior, mas parece que ainda tem muito que melhorar.

2.2. Favela Parque Cocaia I

Mais de duas horas de carro e até quatro horas de ônibus era em média o tempo que demorávamos para chegar da região central da cidade ao Parque Cocaia I. Conseguimos diminuir um pouco este tempo indo de trem, no entanto, para chegarmos até a estação mais próxima da favela – Estação Grajaú – a última da linha 9 – Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), precisávamos torcer para não sermos esmagados dentro do vagão, dependendo do dia e horário (as reuniões eram marcadas geralmente no começo da noite ou aos finais de semana) e depois pegarmos um outro ônibus. Descíamos na Av. Belmira Marin e após caminhar cerca de 15 minutos, chegávamos ao destino na R. Dr. Nuno Guerner de Almeida a caminho da Represa. O caminho da Av. Belmira Marin até a R. Dr. Nuno Guerner não trazia muitas surpresas: escolas, pequenos comércios, casas de alvenaria, ruas asphaltadas. À medida que nos aproximávamos da Represa, este cenário mudava e a precariedade das moradias começava a se revelar. Barracos de madeira e o chão de terra molhado compunha agora este cenário.

*Vista para a Represa Billings
Fonte: Arquivo EM-PUCSP*

*Caminho da Av. Belmira Marin à Represa Billings
Fonte: Arquivo EM-PUCSP (Foto Henrique Yasuda)*

A aproximação dos moradores do Parque Cocaia I com DPE-SP começou na 2ª Jornada de Moradia Digna, em outubro de 2008. Este evento é uma ação promovida pela DPE-SP em parceria com movimentos sociais e instituições que lutam diretamente ou indiretamente pelo direito à moradia. A ideia desta Jornada é ser um espaço coletivo de formação e mobilização para a garantia dos direitos da população tendo dois momentos distintos, um de ida às favelas – chamado de pré-jornadas, cujo objetivo seria de articular favelas de diversas regiões que passam por situações adversas no que se refere à Regularização Fundiária e a criação de um grupo de moradores responsável pela sua articulação e informação sobre a situação atual – e outro de um grande encontro em um espaço onde teriam atendimentos jurídicos coletivos e individuais, oficinas e palestras sobre um determinado tema, assim como exibição de vídeos. No caso da 2ª Jornada, o tema escolhido foi Moradia e Meio ambiente.

Um dos locais escolhidos para a realização da pré-Jornada foi o Parque Cocaia I. A equipe organizadora foi até o local para iniciar um trabalho de atuação jurídica e social junto a uma comissão de moradores que a partir daquele momento, atuaria em parceria com diversas organizações vinculadas a luta pela garantia do direito à moradia.

Nesta primeira ida à favela estavam presentes, além dos movimentos de moradia, como União dos Movimentos de Moradia (UMM) e Grupo de Articulação para Moradia do Idosa da Capital (Garmic), instituições como Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA – Interlagos), DPE-SP e EM-PUCSP, moradores de outras regiões que passavam pela mesma situação de insegurança, como Jd. Edith e Jurubatuba, ambos instalados na região Sul da cidade. Mais de 100 moradores lotavam uma igreja onde aconteceria a atividade. Neste momento, foi lembrado de que este dia deveria ser um marco inicial para a organização e a compreensão da realidade social e jurídica da favela.

A história do Parque Cocaia I é uma história antiga, de mais de 30 anos. Mas, como relatado, a procura por uma garantia jurídica de direito à moradia, começou no fim de 2008.

Essa história se confunde com a história de Maria Gorete Barbosa (informe verbal)²⁹, moradora e liderança da favela. Gorete diz que o interesse por informações referentes ao direito à moradia começou por meio do CEDECA Interlagos, que levou alguns panfletos informando que haveria algumas mudanças na região podendo atingir a favela. Até então todos viviam tranquilamente e a insegurança na posse não era uma questão a se preocupar naquele momento. A partir desses panfletos, participaram de uma reunião no Jd. Lucélia, bairro vizinho ao Parque Cocaia I, e lá funcionários do CEDECA explicaram o que iria acontecer: “ia ter remoções, ia sair 50 metros da represa, minha casa tava incluída. Através do CEDECA que começamos ir atrás” (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

Gorete sempre acreditou ter o direito à moradia,

Todo mundo tem direito à moradia, saúde, educação, pagamos imposto, tudo sai do nosso bolso. Eu moro lá há quase 30 anos, 26 anos, eles deram todas as condições de ficar, água, lixo, a gente tem coleta de lixo, só não tem esgoto, só falta esgoto, só no nosso lado. (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

A favela Parque Cocaia I é composta por mais de 2.000 famílias. Está instalada em área pública e existe há mais de 30 anos, portanto, tem os requisitos necessários para solicitar a CUEM. Porém, esta favela está envolvido em outra questão bastante debatida atualmente: a questão ambiental, pois se situa em área de Mananciais³⁰, mais

²⁹ Entrevista concedida por BARBOSA, Maria Gorete. Entrevista. [29.04.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

³⁰ Para aprofundar esta questão cf. MARTINS, 2006.

precisamente às margens da Represa Billings, um dos mais importantes reservatórios de água da região metropolitana de São Paulo. A área faz parte do Programa Mananciais de 2005, desenvolvido pela Sehab, cujo objetivo é recuperar e conservar a qualidade das águas e melhorar a qualidade de vida dos moradores do entorno. As propostas do Programa são: pavimentação total da rua principal (Rua Doutor Nuno Guerner de Almeida), plantio de árvores, saneamento básico, coleta de lixo, implantação de vielas no interior da favela, abastecimento de água e construção de um parque com *playground*. Porém, diversos despejos e notificações para a saída imediata dos moradores foram realizados de forma irregular por parte da Prefeitura, sem explicação alguma e sem alternativa de moradia definitiva para eles.

Em conversa com os moradores na pré-Jornada, Carlos Loureiro, Defensor Público do Estado de São Paulo, que naquele momento era também o coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da DPE-SP informou que a Regularização Fundiária deveria ser um processo de articulação e participação popular. Sendo assim, qualquer proposta de mobilização tem que ser acatada coletivamente para que, de fato, haja um envolvimento de todos os moradores.

Segundo o Defensor, aos moradores que estão nos limites da represa até 30 metros, provavelmente não permanecerão no local, já que é uma área de proteção permanente. A partir do momento que o Direito de posse for reconhecido, deverão, segundo a lei, exercer esse Direito em outro local (sem pagar nada mais por isso), eventualmente com a participação da população na escolha deste local. Para aqueles que estão além da faixa dos 30 metros deverá haver a possibilidade do direito de posse ser exercido no local, no entanto, isso dependerá da Lei da Billings, discutida em Assembleia Legislativa. Nela haverá regras que irão disciplinar os limites de uso e ocupação do solo na área da Billings. Ainda segundo Loureiro, a luta pela garantia do direito à moradia digna deve ultrapassar as especificidades individuais, tem que ser uma luta de todos (estejam a menos ou mais de 30 metros da Represa), já que todos que estão a mais de cinco anos no local têm o direito de posse da terra.

Para além dos instrumentos processuais, a DPE-SP, assim como seus parceiros, insistiu para que o processo de participação e mobilização da favela fosse o principal instrumento de pressão para a garantia do direito à moradia. A questão ambiental é ainda um entrave para a manutenção das famílias no local, já que na maioria dos casos que envolvem essa problemática, o MP-SP tem se manifestado contra a permanência da população no local. O grande problema desta decisão é que não dialoga com a realidade

dos moradores inseridos nessas áreas. Geralmente, como é o caso do Parque Cocaia I, as famílias são de baixa renda, estão há décadas no local instaladas em áreas consolidadas, com escolas, postos de saúde, comércio, etc. e a remoção implicaria em um problema sem possibilidade de solução no que diz respeito a uma realocação de forma digna, em áreas regulares.

Já nas áreas onde os barracos estavam instalados na beira da represa, a remoção seria necessária para não colocar os moradores em risco. Nestes casos, o processo de participação se deu por meio de tentativas de diálogo com o Poder Público. Moradores da região se mobilizaram numa manifestação, diante do fato de que os barracos que estão mais perto da margem da Represa estarem frequentemente inundados, visando obter da Subprefeitura alguma solução para essa situação. Isso fez com que a Subprefeitura aceitasse receber uma comissão, iniciando a negociação e um longo processo de tentativa de solução e desgaste por parte dos moradores.

Nesse contexto, em março de 2009 a DPE-SP entrou com uma Ação Civil Pública³¹ que visava condenar o Município de São Paulo e o Consórcio EIT – Santa Bárbara a parar as intervenções na favela até que fosse garantido um processo de participação dos moradores na formulação e execução de um projeto de regularização fundiária e urbanística sustentável, previsto pelo Plano Diretor. Segundo a Ação proposta, diversas irregularidades estavam presentes nas ações da Prefeitura e da construtora:

(...) a população não foi, nem ao menos, notificada da necessidade de desocupação de seus lares ou da existência do referido projeto, recebendo, tão somente, às vésperas da intervenção, um “aviso importante” sobre realização de cadastro dos domicílios. Além disso, para realização desta intervenção urbanística, o Município, a despeito de ter obtido o licença de viabilidade do empreendimento, nos termos da Resolução SMA 39/2008, ainda não obteve a licença metropolitana, necessária para a execução do empreendimento. Nos termos do cronograma das obras do Programa Mananciais, a intervenção urbanística na Favela Cocaia I, que envolve a Favela da Toca, se daria a partir de 01/04/2008, beneficiando 648 famílias (Cocaia I), e 450 famílias (Toca), sem prever, a princípio, qualquer modalidade de atendimento para as demais famílias moradoras da Comunidade. (LOREIRO & PANNAIN, 2009, p. 13)

³¹ Ação Civil Pública é um instrumento processual previsto na Constituição Brasileira, em que algumas instituições tais quais Ministério Público e Defensoria Pública podem se utilizar para a defesa de interesses difusos e coletivos, não podendo ser utilizada para interesses puramente privados. Atualmente não há um consenso sobre a legitimidade da Defensoria Pública no que diz respeito ao uso deste instrumento.

Ainda, segunda a Ação, o Consórcio EIT – Santa Bárbara incentivou a saída dos moradores dando-lhes cheques para cerca de 170 famílias instaladas no Jardim Toca caso desistissem de seus direitos.

Além disso, a Ação pedia que o Município garantisse aos moradores o direito de utilizar a área como CUEM.

Com efeito, conquanto a Comunidade da Favela Cocaia I (que inclui a Favela da Toca) exerçam posse na área pública, superior a 250 m², a mais de cinco anos, inclusive antes de 1996, ininterruptamente e sem oposição, não sendo possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, não sendo os integrantes da Comunidade proprietários ou concessionários de outro imóvel, a qualquer título, tem direito a concessão de uso especial coletiva, inclusive, no local, eis que, apesar de o terreno envolver área de preservação permanente, é possível a aplicação de um processo de regularização fundiária sustentável, que compatibilize o direito à moradia com o direito ao meio ambiente. (LOREIRO & PANNAIN, 2009, p. 14)

Nos dizeres da Defensoria, não há incompatibilidade, no caso apresentado, entre moradia e meio ambiente, contanto que haja um projeto sustentável que garanta a participação da população:

Ora, conquanto tais ocupantes desta Comunidade de baixa renda tenham direito a concessão de uso especial coletiva, no mesmo local, inclusive, mediante a utilização dos instrumentos de regularização fundiária sustentável, que compatibilize o direito à moradia com o direito ao meio ambiente, a intervenção urbanística, projetada sem qualquer participação da Comunidade, e que envolve a remoção de parte dos ocupantes da Comunidade, em detrimento dos seus direitos à regularização fundiária e urbanística sustentável, viola um direito coletivo à ordem urbanística, como consequência de uma política de desenvolvimento urbano sustentável. (LOREIRO & PANNAIN, 2009, p. 14)

A decisão (14.11.2013) dada pela Juíza Carmen Cristina Fernandez Teixeira e Oliveira foi absolutamente desfavorável aos moradores³², já que além de afirmar a impossibilidade de permanecerem na área por conta dos riscos ambientais, colocou como facultativo o dever do Poder Público em realocar esses moradores em áreas sem risco ambiental. A juíza alega que, por se tratar de área de preservação permanente e de risco, o Poder Público não é obrigado a conceder a CUEM aos moradores e que, sendo assim, a realocação destes deverá ser uma “decisão a ser tomada no âmbito de oportunidade e conveniência da administração na qual, como é cediço, veda-se a ingerência do Poder Judiciário, sob pena de violação ao Princípio da Separação de

³² Juíza Carmen Cristina Fernandez Teixeira e Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, no dia 14/11/2013

Poderes” (OLIVEIRA, 2013). A juíza ainda alega que, conforme pesquisas acadêmicas³³,

Há necessidade de que os moradores das Favelas estabelecidas no entorno do Rio Cocaia sejam removidos das áreas de preservação permanente. Não estão presentes, portanto, os requisitos legais necessários à compatibilização da permanência dos moradores no local, com a recuperação ambiental, ou em outras palavras, não há como estabelecer a regularização fundiária sustentável na área. Sendo assim foi afastado o pedido de concessão de uso especial formulado na inicial e, por consequência, o pedido subsequente, a saber, de garantia de posse tranquila dos moradores. (OLIVEIRA, 2013)

Ainda, no que diz respeito às formas de como o Poder Público ofereceu compensações financeiras para que os moradores saíssem de suas casas:

Nada há de ilegal ou imoral no oferecimento de recompensas financeiras àqueles que se dispuserem a deixar a área definitiva e voluntariamente. Trata-se apenas de um incentivo, ou melhor, de oferecer alguma condição financeira para que estas pessoas busquem moradia em local apropriado, devendo ser ressaltado que nenhum dos moradores está obrigado a aceitar a oferta, inexistindo notícias de que estejam sendo compelidos a tanto. (OLIVEIRA, 2013)

A decisão colocou fim nesta discussão.

Veremos que o caso do Parque Cocaia I é bastante complexo, pois há distintas realidades jurídicas e sociais envolvendo a luta pela moradia dentro da favela. Há tanto barracos bastante precários, quanto casas de alvenaria, bem estruturadas.

2.2.1. Jardim Toca

Em 2009 uma parte da Favela denominada Jardim Toca, por conta de obras que ocorreram no local, teve alguns de seus moradores removidos, sendo assim, firmou-se com a Sehab um Termo de Compromisso com a garantia de retornarem às suas moradias após o término das obras ou, caso não fosse possível o retorno, a realocação definitiva em área próxima. Durante o período das obras, os moradores receberiam auxílio-aluguel para se manterem. O que de fato aconteceu.

³³ Segundo a decisão da Juíza Carmen Cristina Fernandez Teijeiro e Oliveira “(...) extrai-se do trabalho realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, passível de verificação na rede mundial de computadores, que a grande maioria das favelas instaladas às margens da Represa Billings, notadamente ao longo do Cocaia, não estão localizadas em ZEIS. Não há, outrossim, possibilidade de regularização fundiária sustentável naquela área de preservação permanente. De fato, trata-se de ocupação situada às margens da Represa Billings, que tem causado “... compactação e impermeabilização excessiva do solo, poluição pontual e difusa contaminando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos e o próprio solo, assoreamento dos corpo dá-agua, eutrofização dos mananciais e acúmulo excessivo de resíduos gerados pelos moradores das ocupações.” (fls. 232)”. A juíza não menciona em sua decisão o trabalho a que se refere.

A forma como a Prefeitura agiu nesta situação pode ser ilustrada pela reportagem realizada pelo Brasil de Fato, no dia 16 de março de 2009, nela o repórter Danilo Dara a partir da fala de seu Irineu, demonstra a falta de clareza e transparência do Poder Público nos processo de remoção. Vale a longa citação:

Seu Irineu chegou a São Paulo, ao bairro do Cocaia, há quase 30 anos, fugindo da seca do sertão pernambucano. Constituiu família, construiu sua casa de alvenaria com suas próprias mãos, o que lhe deixava orgulhoso. Junto à esposa, criou seus oito filhos, *"à custa de muito trabalho e sacrifício"*. Numa quinta-feira no início de 2009, recebeu a visita de uma pessoa que se dizia assistente social da prefeitura, e que prometia benfeitorias para a favela. Seu Irineu conta que ela pegou seu nome, documentos, e *"disse que eu devia assinar um cadastro. Era muito simpática a moça, de fala bonita"*. Menos de uma semana depois, viu uma algazarra, um falatório, uma aglomeração. Aproximou-se e lá estava a mesma mulher num palanque, dizendo para todas as pessoas, reunidas num campinho de futebol enlameado, que eram obrigadas a deixar suas casas num prazo de dez dias, que eram invasores, que tudo ali seria derrubado. *"E como fica nossa situação?"*, questionou seu Irineu. *"Um cheque de 8 mil reais: é isso, ou sair sem nada!, foi o que disse a mulher"*, relembra o homem. Ele conta ter visto muitos moradores confusos, os quais, com medo, aceitaram o cheque, que já vinha com o nome de cada um, assinado pelo *"Consórcio Santa Bárbara"*. *"A prefeitura queria dar só 5 mil, mas a empreiteira deu mais 3 mil para não ter problema; é pegar ou largar!'", pressionava a mulher"*. Seu Irineu pegou, e, cinco dias depois, tinha em mãos diversas passagens rodoviárias: sem alternativa, iria mandar toda sua família de volta para sua terra natal, em Pernambuco. Todos, menos ele, porque o dinheiro não dava para a mudança e passagem de todos. *"Vou morar de favor, até conseguir comprar minha passagem"* (DARA, 2009)

Apesar do baixo valor oferecido pela Prefeitura – oito mil reais – que não arcaria nem com as despesas de todos da família para retornarem a terra de origem de Seu Irineu, o que dirá comprar ou construir uma nova casa, este valor estaria acima do normalmente oferecido em casos de remoção.

A remoção foi realizada com violência, casas foram demolidas e explicações não foram dadas. Insegurança e medo eram os sentimentos da maioria dos moradores.

A favela, organizada e mobilizada, foi atrás de seus direitos e por meio de seus representantes solicitou uma reunião junto à Sehab para reivindicar um documento que desse alguma garantia de que teriam seu direito à moradia respeitado. Nesta mesma reunião foi firmado um compromisso de que técnicos da Sehab, juntamente com assistentes sociais, se reuniriam com representantes do Parque Cocaia I, para discussão do projeto de intervenção urbanística que seria implementado na região.

Remoção Jd. Toca

Fonte Arquivo EM-PUCSP (foto: Henrique Yasuda)

Adiantaram que o motivo da remoção no Jd. Toca diz respeito a uma obra de drenagem a ser executada na área.

Por fim, a “solução” para o caso se deu mais de um ano depois. Após, como relatado, toda a violência, desinformação e descaso dado aos moradores, fruto de muita luta, o cheque de oito mil reais foi substituído por um termo de compromisso firmado com a então Superintendente de Habitação Popular da Sehab, Elisabete França. Neste Termo, a Prefeitura garantia um auxílio-aluguel – como atendimento provisório, no valor de R\$ 400,00 reais com a promessa de retorno assim que se finalizassem as obras no local. Além disso, conforme o termo:

Seria realizada uma vistoria no imóvel das famílias para atestar suas condições atuais, de modo a garantir que qualquer dano que seja provocado ao imóvel em decorrência das obras seja imediatamente sanado, por meio de reforma ou indenização, podendo o laudo servir de critério para o pagamento de indenização. (SEHAB, 2009)

Em setembro de 2012, a então gestão da Prefeitura de São Paulo “liberou” conforme acordado os apartamentos para os moradores que recebiam o auxílio-aluguel. Esta conquista só foi possível por conta da organização e luta popular dos moradores da

favela. No entanto, vale lembrar que esta conquista tem que ser avaliada, e de forma alguma desmerecemos a luta dos moradores do Jd. Toca, mas é importante percebermos os limites que a atual conjuntura coloca aos trabalhadores no que diz respeito a conquista de seus direitos. As famílias do Jd. Toca viviam na região há mais de 20 anos, sendo assim, construíram seus laços de amizade e relações sociais neste longo período, além de construírem suas casas, muitas vezes de forma comunitária. Após serem violentamente despejados, muitas vezes vítimas de situações constrangedoras com o Poder Público – chamados de criminosos por viverem em área de proteção ambiental – conseguem um atendimento habitacional depois de dois anos. Este atendimento é um financiamento que as famílias deverão arcar por muitos anos, em um local de difícil acesso ao que se encontravam – ou seja, deverão recriar suas vidas sem ter escolhido esta situação.

2.2.2. Vila Madeirite

Dentre as distintas realidades que abarcam a favela Parque Cocaia I, um dos casos mais complexos é o da Vila Madeirite, instalada às margens da Represa Billings em uma área bastante instável, com moradias totalmente precárias construídas com madeirite e sobre chão batido. Neste caso, as entidades e movimentos que atuam na região, entendem que há a necessidade de realocação, contudo, os preceitos do Estatuto da Cidade deverão ser respeitados, garantindo assim o direito à moradia dessas famílias.

Desde o início de 2010 os moradores da Vila Madeirite se organizaram para solicitar ao Poder Público uma garantia de segurança de suas moradias, mesmo que isso implicasse na remoção de todos os moradores instalados na área, no entanto, passados quatro anos, nenhum atendimento foi dado e os moradores continuam no local, mesmo correndo o risco de morte. Aqueles que saíram, estão sem atendimento habitacional e sem o respaldo do Poder Público.

Barracos à beira da Represa Billings
Fonte: Arquivo EM-PUCSP

Barracos à beira da Represa Billings
Fonte: Arquivo EM-PUCSP

Em reunião dos moradores com a Subprefeitura da Capela do Socorro ocorrida em fevereiro de 2010 com a presença do Superintendente da Sehab explicou-se aos moradores as tramitações necessárias para o atendimento emergencial: segundo Sehab, após o cadastramento e entrega da documentação necessária junto à equipe social composta por profissionais tanto da Sehab quanto da subprefeitura, os documentos saem da subprefeitura em direção à Sehab onde são verificados e passam a fazer parte da lista financeira para o pagamento da auxílio-aluguel. A Sehab garantiu que muitas etapas dessa burocracia seriam supostamente queimadas, pois a situação seria grave já que as chuvas proporcionaram fortes enchentes e situações críticas para os moradores. Foi ainda falado da importância dos atos de interdição e intimação junto à documentação do cadastro para a auxílio-aluguel. Esses documentos seriam feitos por um engenheiro e por um fiscal da prefeitura respectivamente.

Como encaminhamento a subprefeitura comprometeu-se de até fevereiro de 2010 efetivar o cadastramento feito no Parque Cocaia I e Madeirite. Algumas questões foram levantadas na tentativa de esclarecer algumas dúvidas como, por exemplo, sobre a obtenção do auxílio-aluguel vinculado a uma alternativa de moradia definitiva, já que depois de terminado o período de vigência do auxílio os moradores continuariam sem habitação sendo obrigados mais uma vez a ocuparem um lugar onde as condições não são adequadas para a vida digna. Foi ainda perguntado sobre o “Programa Mananciais” e um de habitação definitiva para os moradores do entorno da represa Billings, como resposta a Sehab informou que por conta das emergências não podiam dar conta de continuá-lo. Após a passagem da época das chuvas o projeto seria novamente colocado em pauta.

Como nenhuma providência foi dada, os moradores se organizaram solicitando outra reunião com a Sehab em março de 2010, sem a presença da subprefeitura. Reivindicou-se sobre o fato de que a Prefeitura estar agindo com grande morosidade no processo de atendimento aos moradores que se encontram em área de risco. Os moradores contaram que o Pq. Cocaia I foi subdividido em outras áreas pela Prefeitura e que o tratamento dado a cada área seria diferenciado, visto que a área denominada Brejinho que se encontra na mesma situação do Madeirite, ou seja, inundada pelas chuvas, já assinou um termo que garante auxílio-aluguel por quatro meses, renovando-se até que a solução definitiva seja dada.

Frente a esta situação, os moradores solicitaram uma ata assinada pela Sehab onde se responsabilizaram em agilizar o processo de atendimento aos moradores em

situação de risco, que também receberiam um auxílio-aluguel até que fiquem prontas suas novas residências, tudo isso garantido contratualmente.

Ata da Reunião entre Moradores e Sehab
Fonte: Arquivo Rede Extremo Sul

Mais uma vez nada foi feito e em maio de 2010, os moradores foram à Subprefeitura da Capela do Socorro apresentar a ata assinada pela Sehab, conforme relatado acima, no entanto, a Subprefeitura informou que não se responsabilizaria pelas promessas da Sehab e pôs assim, fim ao diálogo.

Após um ano sem respostas e com mais estragos causados pelas chuvas do início de ano, foi feita mais uma tentativa de diálogo com a Sehab em maio de 2011. Os moradores da Vila Madeirite que estavam com suas casas inundadas em função do aumento do nível das águas da Represa Billings exigiram o cumprimento de um acordo firmado com a Sehab, que lhes garantia um atendimento habitacional. A Sehab informou que o procedimento da Subprefeitura da Capela do Socorro foi irregular, e que iriam se esforçar para corrigir os erros e apresentar uma posição em uma nova reunião.

Em nova reunião, a Sehab comprometeu-se em 15 dias cadastrar os moradores do Madeirite e encaminhá-los ao Bolsa-aluguel, mas nada foi feito e os moradores

continuam sem atendimento habitacional, apesar do constante risco que ainda se encontram.

Após tantas tentativas de diálogo com o Poder Público sem nenhuma solução, mesmo que provisória aos moradores, além dos desgastes das reuniões, muitas vezes truculentas e desrespeitosas aos moradores, os moradores decidiram não mais insistir em reuniões com o Poder Público.

A falta de respostas do Poder Público dificultou bastante o processo de mobilização da favela. A Rede Extremo Sul, movimento popular autônomo que atua em diversas favelas da periferia sul da cidade, importante movimento social da região, iniciou sua atuação no Parque Cocaia I apoiando a luta pela moradia. No entanto, após tantas derrotas e dificuldades de diálogo com o Poder Público, o debate com os moradores sobre a luta pelo direito à moradia tem sido evitado para não gerar mais frustrações. A Rede atualmente tem se focado em eventos culturais (cinema, música, dança e teatro), debates com a juventude, trabalho com famílias da população encarcerada e atividades com as crianças.

Festas populares, passeatas por transporte público e saúde, vídeos elaborados pelos próprios moradores têm sido instrumentos importantes de resistência e luta da população que vive na favela, impulsionando a luta e consequentemente a organização popular. O resgate da memória desta favela por meio de vídeos onde os moradores reconstróem a sua história deu força para se reconhecerem enquanto agentes ativos, já que sozinhos, sem o auxílio do Estado, mas enquanto comunidade construíram a estrutura possível para buscarem uma vida digna – água, luz e asfalto foram frutos da luta desses moradores, que agora, deverão lutar para permanecerem no local que construíram.

Acredita-se que novas formas de atuação ou que a reinvenção de antigas formas, como a luta cotidiana por melhorias no bairro, são mais eficazes no processo de luta dos moradores do que uma que aparece atualmente como perdida, como a luta pela moradia, conforme histórico apresentado.

*Faixa de protesto no Bairro do Grajaú
Fonte: Rede Extremos Sul*

Para Gorete que atua ativamente na Rede, com a chegada da Rede Extremo Sul, houveram muito mais respostas do Poder Público “Muitas coisas que conseguimos foi por causa das lutas que fizemos, se não fossem as lutas a gente já teria saído, oito mil reais não dá para fazer nada. Com a Rede estamos resistindo” (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014).

Além disso, há um trabalho de solidariedade entre as favelas, onde diversos moradores trocam experiências de luta pela moradia.

Faço muito isso, de ir para outras comunidades, incentivar as famílias que podem lutar, brigar pelos direitos delas, para sentir que não estão sozinhos, que fulano vai lutar por eles também. Foi o nosso caso, no despejo do Toca, a gente não sabia o que fazer, veio gente da zona leste, zona norte para nos ajudar, foi aí que a gente sentiu que poderia brigar e lutar, que ia conseguir alguma coisa. É importante e se as pessoas vieram nos ajudar a gente ajudar também. (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

2.2.3. Breve história do Parque Cocaia I³⁴

Como já mencionado, há mais de três décadas iniciou a história da favela Parque Cocaia I. Alguns moradores, como tantos paulistanos por adoção, vieram de outras partes do país ou moravam de aluguel e sem condições de arcar com o valor do aluguel,

³⁴ Conforme vídeo independente realizado pela Rede Extremo Sul As Histórias e as Margens realizado em 2010 com os moradores do Parque Cocaia I: <http://redeextremosul.wordpress.com/2013/05/10/a-luta-de-todo-dia-do-pq-cocaia-i/>

tiveram como única opção ocupar terrenos no extremo sul da cidade. Alguns foram viver na casa de parentes na região e tiveram oportunidade de comprar algum lote para construir suas casas, primeiro de madeira e depois, de acordo com as possibilidades, conseguiram construir casas de alvenaria. Neste processo de ocupação da área, o Estado fechou os olhos para a situação. A área proibida para construção foi, segundo dados do IBGE, uma das mais adensadas no ano de 1997. A compra dos lotes de grileiros nunca foi proibida na prática e muitos dos atuais moradores só conseguiram suas moradias por esta forma. Não havia água, luz e na beira da represa só havia mato – plantações de banana e batata doce. As crianças brincavam na lama e se banhavam na represa, onde podiam até comer os peixes que lá habitavam. Era um lugar bonito e pessoas de várias regiões da cidade visitavam o local como passeio.

A aparente calma que permeava o início da ocupação foi dando lugar a outro cenário. No meio da década de 90, com uma gestão bastante conservadora, o mercado imobiliário teve espaço para se expandir a partir de gigantescas obras viárias. Erminia Maricato, em reportagem da Folha de São Paulo em 1997 afirma que

O caso mais impressionante de desprezo pelo social e pelo meio ambiente, na gestão de São Paulo, se deu por meio da parceria público-privada que promoveu operação de remoção de aproximadamente 40 mil pessoas -muito mais do que o Cingapura abrigou- das margens do córrego Água Espraiada. Se as condições de moradia eram ruins, ficaram piores. Numa operação que lembra as reformas urbanas do começo do século, quando os pobres eram varridos das áreas centrais mais valorizadas, uma parte daquelas favelas foi removida para a área de proteção dos mananciais. (MARICATO, 1997)

Ou seja, o próprio Poder Público incentivou a ocupação de áreas de Proteção Ambiental, já que expulsou os moradores de uma área “promissora” sem garantia de conseguirem moradia na “cidade legal”, tendo como única possibilidade, ocupar áreas irregulares. Neste momento, a área às margens da Represa Billings, era considerada uma das mais violentas da cidade, além de todo o descaso com a infraestrutura – saneamento básico, transportes, etc.

Gorete chegou ao Parque Cocaia I em 1989. Morava no Ceará, quando tinha três anos sua mãe morreu, foi criada pela avó até os 12 anos e com quase 16 anos foi para São Paulo. Em 1977 chega a São Paulo com o pai dos seus filhos e um amigo dele, moraram em Osasco e depois foram para Raposo Tavares, ambos na Região Oeste da cidade, o marido veio no intuito de encontrar o irmão dele, assim que o encontrou foram

morar na Vila Dionisia, na Zona Norte e depois no Jardim Aeroporto, Zona Sudoeste, lá ele começou a trabalhar em uma madeireira, moravam no local de trabalho do marido, numa “*casa boa de três cômodos*” e tiveram seus filhos. Dia 20 de fevereiro de 1989 o marido foi assassinado em um assalto à madeireira. Gorete foi com os filhos para a casa que mora até hoje, no Parque Cocaia I “A situação financeira ficou difícil, eu não trabalhava, quando ele morreu eu não sabia o que fazer, viúva, 6 filhos pequenos, arregacei as mangas e fui para luta, trabalhei como feirante, passadeira, faxineira, vendedora, estoquista.” (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

Gorete comprou a casa em Janeiro de 1985, deixou uma comadre morando lá até o falecimento do marido, antes dela a casa já teve dois donos.

Grajaú era gostoso de morar, não tinha muita casa, a água era limpinha, as pessoas iam fazer piquenique, tinham poucas casas. A pessoa tinha um terreno grande, ia vendendo pedaço, foi aumentando e de repente não tinha nem lugar para andar. Não ficou muito espaço para construir, foram construindo uns barracos na beira da represa. Com o passar dos anos foi ficando violento, foi aumentando o número de família... perdi meu filho de 18 anos que foi assassinado pela polícia. (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

Para Gorete há muita discriminação policial

Até você se explicar, vão achar que você faz parte do crime também, tem que estar com o documento. Só porque você mora na favela eles acham que é bandido. 4h da manhã ta subindo um trabalhador, eles acham que é do crime, até você explicar que é morador já tomou uns tapas. Muitos saem 4h da manhã para trabalhar, tanto homem quanto mulher (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014).

O que se pode perceber ao longo desse processo de luta jurídico-social dos moradores do Parque Cocaia I foi que as leis referentes ao direito à moradia da população pobre residente na cidade de São Paulo, apesar de bastante avançadas, não foram suficientes para garantir a segurança de seus moradores. Somente por meio da organização popular e ações organizadas de enfrentamento de ações do Poder Público, os moradores continuam no local.

No entanto, ainda não há garantia de quanto tempo terão forças para resistir. Nessa conjuntura, fica evidente que para além da própria lei, tem sido fundamental a pressão popular por meio de ações focadas em temas diversos, ultrapassando os limites dos espaços institucionalizados, para que a permanência dos trabalhadores na cidade de forma digna seja escrita de forma efetiva no país.

Para a advogada do EM-PUCSP que acompanhou o caso até o final de 2013, Rachel Taveira (informe oral)³⁵, diversos problemas se somam a esta questão. Primeiro que apesar da tentativa do EM-PUCSP em realizar um trabalho jurídico-social, dentro da atual conjuntura, com uma equipe composta por quatro advogados populares e apenas dois assistentes sociais, onde acompanham moradores de quase 60 favelas (cerca de 30 mil famílias no total), não é possível um trabalho efetivo de mobilização, o que gera expectativas frustradas tanto nos moradores, quanto nas organizações populares que atuam no local. Podemos exemplificar com uma questão simples, mas de difícil solução. Para as ações propostas, muitas vezes se colocou como necessário pelo EM-PUCSP o preenchimento de um perfil socioeconômico para buscar outras formas de sensibilização do judiciário (como, por exemplo, mostrar o número de crianças que moram e estudam no local). No entanto, por conta da não proximidade no cotidiano dos moradores e a consequente falta de vínculo entre equipe jurídico-social e favela, essa tarefa se coloca como quase impossível, já que muitos moradores estão cansados de preencher cadastros e não conseguem nenhum atendimento, pelo contrário, estão profundamente desconfiados e acreditam que provavelmente ao fornecerem seus dados, isso poderá prejudicá-los. No entanto, a equipe do EM-PUCSP necessita desses dados e não consegue por falta da efetivação de um trabalho ideal de atuação jurídico-social.

Outro importante entrave apontado por Rachel é a falta de preparo dos chamados “operadores do Direito” no que diz respeito à tutela coletiva.

O judiciário não está preparado. O profissional do direito não tem formação para atuar na área social e nem em tutela coletiva. Ninguém está preparado, nem juiz, nem advogado popular, nem defensor. Não temos profissionais do direito preparados para o avanço das leis. (TAVEIRA, entrevista concedida em 10.04.2013)

Para a advogada há muitas formalidades no Direito que “engessam” a atuação dos advogados e defensores. O judiciário em sua maioria, na prática, ainda não aceita outros meios de prova que não seja documental, “*que não seja o papel escrito, firmado...*”. O filme, o hip hop, o rap, as fotos, são provas que ainda não são aceitas...

2.2.4. Outros atores

Apesar do incentivo indireto às ocupações em áreas de proteção ambiental por conta do baixo valor do terreno, essa realidade pode estar mudando... Neste sentido vale

³⁵ Entrevista concedida por TAVEIRA, Rachel. Entrevista. [10.04.2013]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2013

trazer para a reflexão, uma reportagem de Agosto de 2010 do Jornal O Estado de São Paulo intitulada “*Kassab libera prédio popular em área verde*” (ZANCHETTA, 2010), onde aponta a possibilidade de aprovar um decreto cujo objetivo seria facilitar a construção de conjuntos populares verticais nas áreas próximas das Represas Billings e Guarapiranga, dado que estaria em andamento há três anos (anteriores a 2010) um projeto para a reurbanização de 64 favelas, nas quais moram cerca de 1 milhão de pessoas.

A reportagem aponta que o Plano Diretor de 2002 veta qualquer construção em área de preservação. No entanto, a CDHU e a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) poderão erguer conjuntos populares perto das principais represas da cidade se tiverem autorização da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Segundo a Sehab, com o decreto, os prédios populares também poderão ser liberados nessas áreas. O apartamento em prédio de HIS, construído com isenções fiscais que podem deixar o imóvel até 60% mais barato, pode ter até 67 metros quadrados, conforme o novo "desenho universal" adotado pela CDHU e Cohab. Antes, a metragem máxima para o recebimento dos incentivos era de 52 m².

Sendo assim, podemos prever que caso haja construções a margem da Represa Billings, de apartamentos com a metragem apontada, não serão os moradores originais do Parque Cocaia I os beneficiados por essas construções, já que, essas habitações, mesmo que em parte, subsidiadas pelo Poder Público, serão adquiridas por meio de financiamentos pelos quais a maioria dos moradores que hoje lá residem, não poderão arcar.

Ninguém quer sair. Tudo é perto, escola, creche, EMEI, atacadão. Quando comprei a casa não tinha asfalto, o barro ia na canela, a gente ia com um sapato e quando chegava na avenida trocava por outro que a gente levava. Agora tá bom, por isso as pessoas estão brigando para não sair. Ao invés deles tirarem as duas mil famílias, se tirassem só uma parte para fazer esgoto, saia só um tantinho, poderiam colocar em uma moradia, que é o certo, não precisava ficar 4 anos no aluguel social, tem famílias que ainda estão no aluguel. O aluguel subiu, antes pagava em um quarto cozinha, 150, agora paga 350 em um quarto cozinha, os proprietários das casas não querem aceitar famílias que estão no aluguel social, tem medo que a prefeitura pare de pagar. (BARBOSA, entrevista concedida em 29.04.2014)

Até agora, os moradores, que sempre resistiram, não sabem ao certo o que irá acontecer. A possibilidade de regularização fundiária, conforme visto, foi negada pelo judiciário. Apartamentos na Chácara do Conde são promessas (e são para tantas outras

favelas, para tantas outras famílias incertas do futuro). Por enquanto, segundo Gorete, nada tem acontecido, tudo está como sempre foi, não há nenhuma promessa, nenhuma possibilidade. A vida continua, trabalho, trem lotado, casas a espera de serem acabadas, mas quando? Até quando?

2.3 Favela Dezenove

Wilson Barbosa de Araújo (informe verbal)³⁶ chegou do Paraná ainda criança e foi morar na Vila São José, zona sul de São Paulo. A escolha do bairro se deu pela proximidade de parentes que já estavam no local. Quando um raio atingiu a cabeça de uma vizinha e a matou, a família apavorada se mudou para a Favela Vinte, por conta da avó de Wilson, que possuía alguns terrenos. Em um desses terrenos seu pai construiu um barraco. O pai e a avó brigavam muito e por isso o pai resolveu comprar outro terreno, na favela ao lado. Wilson tinha cinco anos na época, o ano era 1976, desde então vive (na verdade, vivia, pois foi expulso de sua casa há quatro anos por conta de projetos de reurbanização na área) na Favela Dezenove.

Eu cheguei quando tinha cinco anos, não tinha nada, era uns barracos de madeira feios, não tinha luz, não tinha água, só mato, não tinha asfalto, esgoto era a céu aberto, água só no poço. A primeira melhora foi trazer a luz, não era nem água, era luz mesmo. Uma mulher lutou muito, ela morreu porque traiu o marido, se ela tivesse viva a comunidade seria outra, aqui é cada um por si (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014).

O “cada um por si” marca a vida de Wilson, para ele essa é a resposta por terem que sair de suas casas. Toda uma vida construída e por fim, ver a casa levada pelos tratores.

O que marca na gente é que foi a mudança de nossa história, vi tudo ser construído, vi a avenida ser duplicada... O Estado não pode falar que não sabia que a gente tava ali, a gente saiu de um jeito que o Estado não deu a menor assistência, o Estado tratou a gente como lixo que está atrapalhando o progresso, foi jogando para debaixo do tapete (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014).

³⁶ Entrevista concedida por ARAÚJO, Wilson Barbosa. Entrevista. [29.03.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014.

pública estaria próxima ao córrego, que em épocas de chuva tinha problemas com enchentes. Com famílias moravam em cima do córrego, somando com as outras se tem um total de quatrocentas famílias, das quais compõem um total de aproximadamente 1000 crianças e 200 idosos. À direita da Favela está a represa Guarapiranga e à esquerda a Represa Billings.

Favela Dezenove
Fonte: Google Earth

Desde janeiro de 2010, a Prefeitura tem realizado obras no local. A Favela então foi removida e seus moradores receberam mensalmente da Prefeitura R\$350,00 de auxílio-aluguel. A proposta inicial é que esse valor seria disponibilizado pelo período de seis meses enquanto se realizassem as obras.

A gente vai para onde depois que sair? Podem ficar tranquilos, vocês vão voltar para cá – disse o cara da construtora. Vocês vão ficar em uns contêiner até construírem suas casas aqui mesmo. (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

No entanto, segundo boletim da Subprefeitura (Subprefeitura Capela do Socorro, 2011), a proposta é que construam 100 casas nas áreas urbanizadas das Favelas

Dezenove e Vinte, deixando assim, grande parte dos antigos moradores sem respostas para onde irão:

Boletim da Subprefeitura

Favelas 19 e 20? Não, bairros

Erguidas uma ao lado da outra, na área central do distrito de Cidade Dutra, as comunidades 19 e 20 passam, desde 2010, por obras de urbanização para melhorar a qualidade de vida dos moradores. As ruas estão sendo pavimentadas e iluminadas; abrem-se novas ruas. Os córregos estão sendo canalizados e o bairro recebe áreas de lazer. Muitas famílias foram retiradas, já que a ocupação, próxima ao córrego, favorecia inundações. Com casas serão construídas para receber de volta parte das famílias removidas. Com as obras, a região deixará de ser conhecida como favela e passará a integrar os bairros vizinhos, Rio Bonito e Cidade Dutra. A Prefeitura investe R\$ 11,3 milhões; outros R\$ 3,4 milhões vêm do Governo Federal.

As antigas comunidades transformam-se, com pavimentação e outras melhorias

Boletim da Subprefeitura da Capela do Socorro

Fonte: Prefeitura de São Paulo

Quatro anos se passaram e os moradores continuam recebendo auxílio-aluguel, agora no valor de R\$ 400,00 e ainda não sabem para onde vão. A promessa da Prefeitura era de que assim que as obras fossem concluídas, os moradores retornariam para a favela, futuramente urbanizada. Além disso, conforme prevê o Plano Diretor do Município de São Paulo, o projeto proposto para a área deveria ser apresentado aos moradores, o que não aconteceu e eles não sabem para onde irão, já que há um laudo técnico informando que a área está contaminada e por isso não poderá ser construído unidades habitacionais no local. O laudo foi realizado pela mesma empresa que fez as remoções das famílias da área. A Prefeitura apresentou um laudo pericial ambiental, que busca provar que aquela área conta com índice de contaminação superior ao estabelecido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). O resultado do laudo indica que os valores de intervenção superiores se referem à água, alumínio, chumbo, ferro e cromo. O EM-PUCSP solicitou a apresentação de um laudo pericial ambiental alternativo, pois, através do laudo seria possível verificar qual parcela da população que habitava o local estaria realmente em condição de risco tanto pelas enchentes quanto pela contaminação do solo, como alegou a Prefeitura. Além de avaliar a situação ambiental do local, pode-se também com o laudo através de uma análise crítica das condições socioeconômicas, da infraestrutura urbana e do meio físico indicar alternativas para alguns dos problemas ambientais do local.

O próprio laudo apresentado pela Prefeitura recomendou estudo mais aprofundado para que se investigasse a contaminação e sua respectiva veiculação. Ressalte-se ainda que a existência de um laudo alternativo poderia ser um argumento utilizado para fundamentar o pedido de utilização da área na construção de moradias populares, uma vez que como dissemos, consta haver no terreno área de ZEIS.

Até o momento³⁷ não foi realizado outro laudo e com as obras e remoção das famílias perdeu-se a oportunidade de ter em mãos novas possibilidades de construir alternativas de moradia às famílias expulsas de suas casas, instaladas há mais de 30 anos, mesmo com o solo contaminado...

No início deste processo³⁸, os moradores se organizaram e solicitaram, por meio de reuniões com a Subprefeitura da Capela do Socorro e a Sehab, respostas sobre o projeto de reurbanização, porém, nenhuma resposta concreta foi dada. Segundo a DPE-SP os moradores teriam requisitos necessários para entrar com um pedido de CUEM, mas para isso, seria necessário que houvesse uma organização para que a ação fosse proposta de forma coletiva, fortalecendo a Favela e ampliando as possibilidades de sucesso da Ação.

Como informado, atualmente, os antigos moradores estão recebendo o auxílio-aluguel, mas os atuais R\$400,00 fornecidos pela Prefeitura não são suficientes para arcar com o valor dos aluguéis, já que as famílias são numerosas e as casas em que moram atualmente são alugadas por um valor muito acima do auxílio fornecido.

Diversas tentativas de rearticulação na favela foram feitas por meio de movimentos e organizações sociais para exigir uma resposta sobre o futuro dos moradores. No entanto a dispersão que se deu por conta das remoções, assim como a vinculação de algumas lideranças aos interesses da Prefeitura, limitaram a atuação desses movimento, tornando praticamente impossível a sua rearticulação. No entanto, uma longa batalha foi travada, como veremos adiante.

2.3.1. Histórico Jurídico-social

O início da atuação jurídico-social do EM-PUCSP na Favela Dezenove se deu por conta de uma avaliação da DPE-SP de que, como já havia um acompanhamento ao Parque Cocaia I, haveria a possibilidade de uma articulação entre as lutas e as ações. Em junho de 2009 houve a primeira visita ao local, atestando que as casas eram em sua

³⁷ Agosto de 2014

³⁸ Conforme relatórios disponibilizados pelo EM - PUCSP

maioria de alvenaria, mas estavam construídas em becos e vielas de difícil acesso, com pouca iluminação e, segundo moradores, essas vielas ficavam inundadas em épocas de chuva.

Em assembleia na Favela realizada pelos profissionais do EM-PUCSP explicou-se as formas de atuação e foi solicitado aos moradores o preenchimento de um perfil socioeconômico com o intuito de um aprofundamento da realidade daquele local. Comissões de moradores se formaram para que esta tarefa fosse realizada.

Após esse momento, Fabiana, uma das moradoras do Pq. Cocaia I que estava presente (junto com Gorete), deu o seu depoimento sobre a importância do preenchimento do perfil como instrumento para a construção e o fortalecimento da Associação e também da necessidade de união entre os moradores, já que esta não é uma luta individual, mas fundamentalmente coletiva. Como Fabiana estaria passando por um processo semelhante de luta pela regularização fundiária, os moradores da Favela Dezenove presentes naquele momento puderam enxergar nela uma referência e identidade dessa luta.

Os documentos foram entregues dois meses após esta reunião com alguns problemas de preenchimento e com a promessa de início da proposição da CUEM. Mas para isso, seria necessária a formação de uma associação de moradores. Paralelamente o Programa Mananciais estava parado, mas segundo a DPE-SP poderia ser iniciado a qualquer momento, desabrigoando a população. Por conta disso, marcou-se uma reunião com a Sehab para possíveis esclarecimentos.

Segundo o engenheiro Ricardo Sampaio, coordenador naquele momento da HABI-Mananciais o projeto de intervenção na área estaria sendo finalizado, e não havia previsão de início de obras. Somente após a conclusão do projeto é que se poderia falar em remoções e realocações, quando a equipe social da Prefeitura passaria as informações para os moradores.

Ainda segundo Ricardo Sampaio todo projeto de intervenção prevê no mínimo 10% de remoções, mas ainda não haveria como informar que seria este o percentual de remoções para a área, pois o projeto ainda não havia sido finalizado. As obras seriam realizadas através do consórcio EIT e Santa Barbara, que naquele momento estariam em outras obras na mesma região.

Ainda segundo assistente social da Sehab, presente nesta reunião, houve a interdição de barracos, os quais estavam em situação de risco, tendo sido seus proprietários notificados. Foi aberto um processo na Sehab para incluir estas famílias

como demanda do projeto, segundo moradores presentes na reunião, realmente houve o oferecimento de auxílio-aluguel de seis meses a estes moradores no valor de R\$1800,00, face a situação de emergência, com possibilidade de renovação, sendo que estas famílias receberiam um termo de compromisso da Prefeitura de que receberiam atendimento habitacional futuro e definitivo. Os imóveis que seriam objetos da intervenção passariam por uma avaliação para que as famílias optassem por receber atendimento habitacional neste local, em que o valor avaliado seria abatido do imóvel construído, ainda poderiam receber verba para voltarem para suas cidades de origem ou algum valor para irem para onde quisessem. Informaram que quando o projeto estivesse concluído a equipe social da Prefeitura iria à Favela conversar com grupos de moradores para explicar o que estaria acontecendo e de que forma seria realizada a intervenção, qual é o projeto e o que estaria previsto, fornecendo todas as informações para tranquilizarem os moradores.

Enquanto isso, com o propósito de avançarem para a solicitação da CUEM por meio de uma associação de moradores da Favela, o EM-PUCSP organizou uma assembleia para a eleição dos moradores que comporiam a gestão desta Associação. Houveram duas chapas para concorrer, em um momento, as chapas se apresentaram para os moradores e marcaram uma data para a eleição. No entanto, no dia marcado para as eleições, um morador conhecido como “Gordão” informou aos funcionários do EM-PUCSP que as chapas estavam unificadas e as eleições já estavam organizadas para o fim de semana seguinte, em um churrasco proposto por ele. Apresentou-se afirmando que conhecia muito bem essa área de luta política, pois trabalhava com um vereador da região e já haviam várias propostas pensadas para efetivar uma associação. Em relação ao trabalho oferecido pelo EM-PUCSP – de auxílio na formação da Associação – o “Gordão” informou que não seria necessário e que só precisaria dos funcionários do EM-PUCSP para possíveis contatos junto à Prefeitura, colocando um ponto final na atuação.

Após esta conversa, em Dezembro de 2009, os profissionais do EM-PUCSP junto à DPE-SP acharam necessário que o limite imposto fosse respeitado. Enquanto isso, setenta famílias já haviam sido retiradas do local e entraram no programa de auxílio-aluguel, faltando ainda aproximadamente 230, segundo informe da Sehab passado aos moradores. Os moradores informaram ao EM-PUCSP que a construtora impediu que eles obtivessem uma cópia dos papéis assinados no ato de aceitação do auxílio-aluguel – que constava o compromisso de atendimento definitivo futuro. A

mesma construtora atuava em toda região e segundo moradores de outras áreas, essa seria parte da prática de não deixar nenhum tipo de documento com os moradores que aceitassem o acordo. Cerca de cinquenta crianças estariam fora da escola pelo fato de estarem em situações emergenciais. Mais uma reunião com a Sehab foi marcada com o intuito de obter esclarecimentos por parte da Prefeitura, que estaria intervindo nas áreas do extremo sul sem apresentar nenhum projeto executivo, além de, sob o argumento da situação emergencial, retirar moradores de suas residências sem garantir atendimento habitacional definitivo. Moradores do Parque Cocaia I também estariam presentes na reunião.

A reunião só foi realizada em março de 2010. Ricardo Sampaio assumiu que a população não estava sendo atendida corretamente devido à situação de chuvas em toda a cidade. Ao ser questionado sobre a omissão do projeto executivo, afirmou que ainda não havia sido elaborado e que a Prefeitura apresentaria uma prévia com questões técnicas, para posteriormente discuti-la com os moradores, porém, não soube prever quando essa prévia ficaria pronta. Além disso, Sampaio falou sobre a existência de um terreno nas proximidades que segundo ele, seria destinado à construção de habitação popular a fim de realocar a população que fosse removida, mas não soube especificar o local do terreno. Disse que a obra começaria em dois meses. Neste momento, os moradores já tinham informações sobre a possibilidade de não retornarem ao local por conta da possível contaminação. Essa informação foi dada inicialmente de forma extra-oficial pelos funcionários do Consórcio Santa Bárbara. Em resposta, Ricardo Sampaio não esclareceu esta questão, assim como se omitiu sobre o destino dos moradores removidos.

Em abril, um dos moradores da Favela foi ao EM-PUCSP informar que as remoções não cessaram e que a Prefeitura entregou um documento assinado pela Superintendente de Habitação – Elisabete França, documento este que garante pagamento do auxílio-aluguel por seis meses totalizando R\$ 2.100,00 podendo ser prorrogado até o atendimento habitacional, porém o documento não especifica se o atendimento habitacional seria uma unidade habitacional definitiva. Segundo o morador a assinatura do documento é digital e não haveria nenhum carimbo da superintendente.

A partir disso, profissionais no EM-PUCSP junto aos moradores foram visitar o canteiro de obras instalado na Favela para que conhecessem o projeto de remoção e reassentamento da área conforme firmado na última reunião com a Sehab. No entanto, chegando ao local foram informados pela Assistente Social da Prefeitura que a pauta

seria a definição da Associação de Moradores que representaria a comunidade no acompanhamento do projeto. Esta mesma Assistente Social iniciou a reunião explicando a história das obras na região. Em gestões anteriores houve um projeto de Terminal de Ônibus, porém não foi concretizado. As modificações começaram há cerca de dois anos com uma proposta de urbanização na área, onde seriam construídas unidades habitacionais para os moradores removidos da Favela, porém durante as obras foi descoberta uma bacia hídrica abaixo do terreno ocupado o que impossibilitou a concretização da obra, além do escoamento da água da chuva ser diretamente na região ocupada, pois o bairro é verticalizado. Em meados de dezembro de 2009 e janeiro de 2010, o projeto precisou ser revisto e naquele momento esperava pela aprovação na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Sobre a produção do projeto sem a participação efetiva dos moradores, não somente para decisão de como seria a área de lazer, mas sobre o que mais importa a eles: as remoções. Informou-se que as remoções seriam imprescindíveis por conta das características físicas do território e elas seriam feitas gradualmente para que os moradores conseguissem encontrar um local para alugar, já que receberiam (ou já recebem – para quem se mudou) o auxílio-aluguel. Houve o questionamento pelos moradores acerca desse valor, pois com o aumento da procura as imobiliárias haviam aumentado o valor do aluguel na região, a assistente social respondeu que esse valor foi analisado por especialistas e que ele poderia ser revisto de acordo com novas avaliações. Além disso, o benefício só seria entregue aos moradores que assinassem o termo para remoção onde consta, segundo ela, o valor do auxílio e a futura realocação para moradia definitiva. A assistente social insistiu que não adiantaria alguém tentar falsificar o termo, pois os termos estariam de acordo com os cadastros e as documentações da Prefeitura. Além de toda a situação constrangedora e de incertezas, a assistente social insistiu que deveria se realizar um trabalho individual com os moradores para que aqueles que recebessem o auxílio *“direcionem o dinheiro ao pagamento do aluguel e não gastem com outras coisas como bebidas ou extravagâncias como uma viagem à Bahia”*. Se esquivando a todo o momento dos questionamentos sobre o projeto executivo e em nenhum momento respondeu com clareza as perguntas. Em alguns momentos, os moradores entendendo a importância da apresentação do projeto, pressionaram a profissional para que obtivessem informações mais concisas acerca das remoções. Fizeram perguntas de como o benefício seria concedido para aqueles que ainda não estavam contemplados, qual seria o tempo desse benefício e o principal, onde iriam ser realocados definitivamente. Para responder, recapitulou toda a

história desde o começo do projeto e informou que naquele momento quatro novas áreas com unidades habitacionais seriam construídas, mas que não teriam data para a entrega destas unidades, nem mesmo soube informar quais áreas seriam destinadas a estes moradores, portanto os moradores ficariam com o benefício até serem realocados definitivamente. As unidades habitacionais seriam apresentadas para os moradores para que escolhessem se ficariam com elas ou continuariam com o benefício. Essas unidades seriam na região, mas não no mesmo lugar já que a construção ali era impossível por conta das características do terreno.

No mês seguinte a esta atividade, nova reunião com os moradores foi marcada com o objetivo de compreender as formas de atuação e organização a partir da situação de insegurança que viviam frente às obras da Prefeitura. Os moradores estavam bastante desmotivados e sem forças para resistirem. A advogada do EM-PUCSP falou a respeito da dificuldade que tem sido o processo na favela Dezenove devido à falta de representação dos moradores perante a Prefeitura. Logo no início da reunião muitos moradores queriam falar, justificar e fazer questionamentos a respeito da desocupação. Havia uma discórdia entre as opiniões dos presentes ao se tratar do processo de desocupação, entre resistir ou sair. Os moradores informaram que o principal problema no que diz respeito à representação se daria pelo motivo que existia uma divisão entre a parte de cima e parte de baixo da Favela. Os moradores de cima não tinham ordem de despejo e por isso não deram muito apoio para o preenchimento das fichas de cadastro solicitadas pelo EM-PUCSP no início da atuação jurídico-social. Todos reconheciam que esse processo já poderia estar muito mais avançado se todos tivessem colaborado desde o início. Os moradores relataram que os tratores da prefeitura e da construtora Santa Bárbara entravam na favela às 7h da manhã e que ficavam até mais que às 18h demolindo as casas que já foram desocupadas. Todos estavam se sentindo pressionados e algumas mulheres com filhos e senhoras de idade que ainda resistiam estariam com muito medo. Alguns questionaram se eles precisariam desocupar o local assim que recebessem a notificação. A advogada presente esclareceu que se eles assinarem a notificação seriam obrigados a sair no prazo legal estabelecido. Porém se eles não concordassem com o laudo poderiam recorrer à ação.

Marcaram então uma reunião com a DPE-SP para informar sobre as remoções e pensarem juntos o que poderia ser feito. Os moradores informaram que a maioria das famílias da Favela Dezenove havia sido removida, restando apenas vinte famílias no local.

Diante do apresentado, a DPE-SP informou que com apenas vinte famílias no local não seria possível entrar com solicitação de ZEIS, porém insistiria com a Ação solicitando a CUEM, caso fosse possível a rearticulação dos moradores para colherem documentos, já que a Ação seria coletiva.

Em junho de 2010, houve no Auditório do CEU Vila Rubi uma reunião com representantes da Secretaria de Habitação com os moradores da Favela Dezenove com a finalidade de apresentar o Projeto de Reurbanização da Prefeitura.

A reunião foi elaborada e organizada pela Sehab que a iniciou com um técnico apresentando detalhadamente o projeto de um parque linear (com quadras para a prática de esportes, pistas de skate, área de lazer para crianças, etc.) no local onde foram removidas 200 famílias.

Em seguida Elisabete França abriu sua fala dizendo sobre o processo de reurbanização que a Prefeitura teria para a Favela. Ela afirmou que o início do projeto de urbanização se deu em 1996 e que aquela área começou a ser ocupada pelos moradores em 1999 – contrariando os próprios dados disponibilizados pela Prefeitura. Afirmou também que aquele sempre foi um solo contaminado por se tratar de um aterro. As manifestações da comunidade começaram a partir desse momento quando muitos moradores que estão no local há mais de 30 anos se movimentaram inquietos com as afirmações. Foi apresentando à França³⁹ um comprovante de endereço de um morador datado por volta de 1980. Irredutível, a Superintendente da Sehab continuou a afirmar que aquele era um solo contaminado, ignorando as manifestações dos moradores.

³⁹ Interessante pensarmos que na nossa experiência e nas relações diárias com a então superintendente de Habitação, como pudemos perceber em alguns exemplos dos casos apresentados, houve uma grande dificuldade de encaminharmos respostas que de fato garantissem uma segurança e tranquilidade aos moradores. A falta de preparo de muitos profissionais do Poder Público especialmente na última gestão Municipal (2009-2012) dificultaram as ações dos atores envolvidos, no entanto, paralelo à realidade vivida por estes moradores – sem respostas, humilhados, por vezes criminalizados – a superintendente foi chamada pela Revista Monolito de “a guerrilheira urbana”, conforme matéria publicada, por conta de seu papel “revolucionário” na habitação social da cidade de São Paulo. Segundo site: “Na edição dedicada Habitação Social em São Paulo que evidencia um dos mais graves problemas da metrópole, a primeira reportagem mostra a rotina de Elisabete França que é responsável pela Secretaria na prefeitura de São Paulo (Sehab), e que está há sete anos na “espinhosa trincheira de favelas, loteamentos ilegais, cortiços e áreas de mananciais” (revista Monolito, nº 7, A Guerrilheira Urbana, pág 19). O sucesso de seu desempenho está baseado na combinação de um orçamento mais robusto, (cresceu 12 vezes em oito anos) antes de assumir o orçamento era de 150 milhões e hoje passa dos 1,8 bilhões” Fonte:

<https://arquiteturascontemporaneas.wordpress.com/2013/03/19/revista-monolito-2/>. Na prática, infelizmente, esse sucesso de sua atuação não se concretizou na vida dos moradores das favelas estudadas.

EXPOSICÃO
ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.

Rua Chi Xavier de Toledo, 23 - São Paulo
COC 61.895.227-0001-83

NOME	Nº DA CONTA			CDD	MÉDIDA			CONSUMO	LITROS	APPROXIMADO	VENCIMENTO		
	LOCAL	USUÁRIO	INSTALAÇÃO		NÚMERO	CONDIÇÃO	LEITURA				KWH	DIAS	MÊS
CLAUDOMIRO S DE ARAUJO	7458	25200	16000	53	4205745	1	0145	50	2689	8609	06	03	10
VIELA SÃO JUDAS 36	7458	25200	16000	53	4205745	1	0145	50	2689	8609	06	03	10
FUMO OU SAÚDE. A ESCOLHA É SUA. TRATAMENTO GRATUITO. FONE - 2542147													

CEP: 0126-030 RUA: 330706 VALOR: 1.281,00C REC

O RECIBO SO SERA VALIDO COM AUTENTICAÇÃO MECANICA OU CHANCELA DO RECEBEDOR AUTORIZADO

AS CONTAS NÃO PAGAS ATÉ A DATA DE VENCIMENTO ENTRA EM DEBITO SOBRE O VALOR LIQUIDADO. O SUPORTE DEBEM SER PAGOS A PARTIR DO 1º DIA APÓS O VENCIMENTO. PORTARIA DINAL Nº 005 DE 10/11/81.

Conta de luz da Favela Dezenove – 1983

Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado

Por diversas vezes durante a reunião, os moradores exigiram da Prefeitura o laudo que confirme que solo sempre foi contaminado. A Superintendente se comprometeu em uma próxima reunião apresentar o estudo do solo realizado.

A primeira pergunta que surgiu por parte dos moradores foi a respeito do retorno das 200 famílias para a Favela após o termino das obras do parque. A maior parte dos moradores removida do local estaria morando em casas de familiares ou de aluguel. Durante toda a reunião os moradores colocaram para as representantes da prefeitura a situação de estarem pagando um valor mais alto de aluguel do que o oferecido pelo auxílio. Essa situação não foi respondida pela Sehab. A superintendente esclareceu aos moradores que ninguém que foi removido ou que fosse removido voltaria a morar na Favela quando o projeto fosse implementado. Segundo ela os moradores receberiam da prefeitura algum tipo de atendimento habitacional que fosse mais adequado à demanda de cada situação. Essa maneira de atuação da prefeitura desarticula a problemática mais ampla dos moradores da Favela Dezenove “resolvendo” a questão de forma individualizada.

Um dos moradores munido de um jornal questionou a superintendente sobre o art. 183 da Constituição Federal que trata da CUEM, em resposta a Superintende disse que esse é um direito dos cidadãos e que a prefeitura não tem problemas em alterar o

projeto caso os moradores não concordem com a sua implantação. Porém a maior parte da favela já foi removida e as demolições já haviam sido iniciadas.

Após diversos debates, ficou definido que a Superintendente iria remarcar esta reunião com a proposta de apresentar o projeto de moradia e o laudo sobre o solo do terreno.

De fato, até hoje, nenhuma ação foi proposta. Montou-se uma Associação de Moradores que não representou a Favela, desarticulada com a luta pela moradia e que se instaurou a partir de interesses divergentes aos dos moradores. Um deles, que esteve desde o começo da atuação jurídico-social acabou a luta se unindo à Prefeitura nos processos de remoção, pressionando os moradores que resistiam. Não sabemos se de fato esse morador se beneficiou, mas gerou uma cisão em um espaço difícil de ser articulado, já que sem resistência, as remoções aconteceram e não sobrou ninguém no local, segundo Wilson:

Não vou citar nomes, mas alguns moradores tiveram benefícios financeiros na remoção, tinham contato com o poder público, com os vagabundos da quebrada. Através deles que o poder público entrou, a gente não queria sair, eles ficavam ameaçando na nossa porta, fomos os últimos a sair, o trator passava bem do lado da casa, cortaram minha água, minha luz. Os funcionários da construtora diziam: *se não vai sair por bem, então vai sair por mal*. A pressão foi muito grande, se ainda a gente tivesse um grupo para resistir, mas brigar sozinho é muito difícil. Sozinho contra o Poder Público não dá. (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

Maria Ângela Silva (informe verbal)⁴⁰, esposa de Wilson disse que não aguentaria mais viver naquela pressão:

A gente saiu com o cheque na mão, eles já estavam com o nosso cheque na mão, as assistentes sociais estavam todo dia na nossa casa, fui pressionada para sair, pelos engenheiros da obra, pelos moradores que estavam com a Prefeitura, foi muita pressão muito forte. (SILVA, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

Paralelo a esta realidade, não foi possível entrar com a ação de CUEM devido a dificuldade em agrupar documentos e coletivizar as ações. Na visão de Wilson, as informações sempre foram desconstruídas, os moradores nunca acharam que de fato iriam sair, já que inicialmente a Prefeitura dizia que estava no local para cuidar do córrego e que no máximo quarenta famílias seriam removidas pois estavam correndo

⁴⁰ Entrevista concedida por SILVA, Ângela Maria. Entrevista. [29.03.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

risco ao se manterem ali, no entanto, todas as famílias foram removidas, nenhuma foi realocada no local, que, segundo Wilson “virou uma praça de noia, de ladrão” (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014).

Nas visitas que fizemos na área após a remoção, uma área “vazia” se instaurava, espaços de concreto que substituíram as casas não tinham sido acolhidos pelo entorno.

Área urbanizada da Favela Dezenove
Fonte: Arquivo EM-PUCSP

Área urbanizada da Favela Dezenove
Fonte: Arquivo EM-PUCSP

Na história de Wilson, nunca houve uma preocupação em regularizar a área, dado que sempre estiveram lá, construíram suas vidas, suas casas e, no máximo, de quatro em quatro anos aparecia algum vereador ameaçando, mas nunca houve nada que os deixassem inseguros, de fato.

A gente não acreditava, falavam que ia regularizar na época de eleições... Maluf esteve lá, acabava a eleição, sumia e a vida continuava. (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

A falta de união e de uma liderança forte e de confiança limitou as ações dos moradores, segundo Wilson. Além disso, há um muro entre a população e o Poder Público difícil de ser ultrapassado.

A gente só escuta promessa, vai indo, cansa, perde a confiança até em si mesmo. A gente, para ser visto, precisa obstruir uma rua, tem que quebrar um orelhão. Se a gente faz uma manifestação aqui na Prefeitura ninguém atende a gente, mas se a gente quebra um orelhão... Fizemos uma manifestação na Subprefeitura, ficamos quase o dia inteiro lá esperando e ninguém atendeu. Fomos embora... . (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

Essa mesma Subprefeitura que nós, enquanto pesquisadores, ligamos para marcar uma reunião e nos responderam que podíamos ir quando quiséssemos e na hora que quiséssemos por que estariam prontos para nos receber. Um peso e duas medidas no acesso às informações do Poder Público...

Hoje Wilson, que foi um dos últimos a sair, recebe R\$ 400,00 para alugar uma casa de três cômodos para sete pessoas.

A casa é o nosso lar, é onde a gente se encontra, é tudo... A casa da gente é uma coisa, casa dos outros é outra. Já é a quarta mudança. Você mora de aluguel até a hora que o dono pede a casa de volta. A gente que tem uma família grande, tem cachorro, filho adolescente, aí colocam um monte de restrições. Fomos alugar uma casa perto do Sesc e o cara disse: *você é louco, acha que vou alugar minha casa para sete pessoas?* São sete pessoas, não são sete bichos. Cheguei em casa chorei, é muito humilhante. Você quer morar não consegue, morávamos em uma casa e a proprietária morava em cima, ela queria tirar a gente de lá, soltava cachorro na gente, jogava panela às 5h da manhã... Minha casa tem muito moleque, soltava os cachorros em cima da molecada. É a quarta casa que eu moro... (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

Além dessa dificuldade o próprio recebimento do auxílio é dificultado, segundo Ângela:

Para receber é uma humilhação danada, o dia inteiro debaixo do sol, tem que ir até a Av. Guarapiranga, eles não depositam, eles te dão um papel de autorização e marcam um dia para receber, às vezes não tem o dinheiro, eles não avisam que não vai receber, a gente liga e eles falam que ainda não liberaram o dinheiro. Eles dão um papel lá na Guarapiranga. Aí a gente vai no banco com a data marcada para ver se tem o dinheiro. As vezes não tem o dinheiro, aí vai no dia seguinte para ver se tem dinheiro... Na Guarapiranga é uma fila, chego cedo, saio umas duas e meia da tarde. Pergunto se eles vão aumentar, mas ninguém sabe de nada. Nesta gestão (*Haddad*) ficou pior, atrasa mais,

ficou mais lento, sempre acontece alguma coisa no sistema. (SILVA, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

Enquanto isso a Sehab diz que vai “encaixá-los” no Programa Minha Casa Minha Vida. Alguns moradores voltaram a se reunir depois das remoções para propôr algum tipo de ação contra a Prefeitura e enquanto isso não acontece, parece que não há pressa para resolver o problema por parte do Poder Público.

Várias comunidades estão nessa situação. Quatro anos no auxílio-aluguel, não deram previsão, não tem nem projeto, não conseguiram comprar terreno, onde está a verba para realocarem a gente? (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014).

Wilson diz que a maioria dos moradores ficou com medo e não foi atrás de informações para resolver o problema, aceitou o auxílio-aluguel, arcou com as despesas para além do valor recebido. Ele acredita que a falta de informação potencializou este medo e que a única forma de avanço possível seria a de coletivizar as ações, o que até agora parece bastante distante, assim como parece distante a possibilidade de se fixarem em um local.

Problema de moradia não é de hoje, ninguém nunca deu apoio, o governo nunca ligou, pobre só serve na época de eleição, tinha que ter um Che Guevara da vida. A população acreditou muito no Lula mas se decepcionou... Eu vi o Ulisses, vi o Lula, vi o Sócrates, na época a gente queria ter o direito de votar. (ARAÚJO, entrevista concedida em 29 de março de 2014)

De fato, o problema de moradia não é atual, é fruto de uma herança histórica de uma sociedade marcada pela divisão entre proprietários e não proprietários, mas para compreender este problema, é necessária uma longa reflexão, como veremos adiante.

3. A QUESTÃO DA MORADIA

3.1 A questão da luta pela moradia

A moradia é uma das condições básicas para se garantir a reprodução para os trabalhadores enquanto força de trabalho. Além disso, ela tem também um papel simbólico de conquista e dignidade, propulsora de novas oportunidades; sem uma casa, as possibilidades de se avançar para uma vida digna parecem nulas.

A dificuldade do trabalhador em adquirir sua moradia na cidade de São Paulo é algo histórico e estrutural e não está limitada a um local ou a algum movimento social específicos. Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de conhecer diversas favelas e consequentemente diversas histórias de muitos moradores buscando saídas, ainda que imediatas, para a situação de precariedade e insegurança que viviam. Foi possível perceber que as imagens e os relatos se encontravam e se confundiam. Muitas vezes ao visitar algum dessas favelas tínhamos a nítida impressão de que não era a primeira vez que estávamos naquele lugar... No entanto, as histórias atuais não lembravam aquilo que estava idealizado em nosso imaginário: trabalhadores se colocavam em marcha fechando avenidas e exigindo seus direitos. A luta pela moradia é na realidade uma luta cotidiana, com todas suas contradições, medos, derrotas, favores, vitórias, trabalho, avanços e retrocessos. O cotidiano aparece como um dos “nós” da mudança, havendo assim a necessidade de transformá-lo para transformar a sociedade. Segundo Lefebvre (1969), é nele que podemos conceber propostas de transformações; para isso, se faz necessária a compreensão deste cotidiano através de suas objetividades e subjetividades. O resíduo, a miudez, o dia a dia – compreendidos como uma expressão da totalidade social – serão o nosso referencial. Para Lefebvre, a vida cotidiana é o concreto, é onde a dor é sentida, é a sobrevivência, é o momento. Mas como fazer este “resíduo” ter sua importância no grande plano? O cotidiano é a resposta à vida que lhes foi roubada na esfera da produção, ou melhor, o local ou o momento em que são formulados os problemas concretos da produção. “*Fio condutor para conhecer a sociedade*” é o que parece como insignificante, mas que dá forma ao real e ao concreto (LEFEBVRE, 1969).

Em São Paulo, a luta pela moradia foi a luta dos perdedores, a luta vivida de todos os dias, em que morar dignamente seria o “passaporte” de uma vida prospera, em que a vergonha seria lentamente substituída pelo orgulho, pela conquista da casa

própria. Ouvimos inúmeras vezes nas conversas com os moradores de favelas a frase “*moradia é tudo*”. E de fato é.

As conquistas fora de casa, no trabalho, são necessárias e estão ligadas à sobrevivência; já a casa é o reconhecimento do outro, e como vimos, em uma sociedade marcada por valores patrimonialistas, é no outro, no privado que as relações nos espaços públicos se efetivam, se potencializam. Estabilizar-se em uma moradia adequada é o “atEstado” de que a vida vai bem, de que tudo melhorou e que se conquistou uma certa estabilidade. Para os migrantes que chegaram a São Paulo, principalmente os de mais baixa renda, o que ascendeu socialmente é aquele que melhorou suas condições de moradia, ou seja, a melhoria da casa está intimamente ligada ao fracasso ou derrota na vinda para São Paulo. É em torno da conquista da casa, do lugar de morar que se estabelecerão os laços sociais.

(...) a habitação constitui um bem de consumo de tipo especial. Além de ser base de consumo individual – abrigo e lugar material para a existência familiar – é também base de consumo coletivo: ele condiciona, por sua localização, o uso dos transportes, do ambiente físico, dos serviços públicos existentes (SADER, 1988, p. 111)

As formas de atuação dos moradores nesta luta tiveram diversas consequências, já que distintas foram suas estratégias na busca pelo seu objetivo. As vitórias e resistências com relação à conquista da moradia nos apareceram intimamente ligadas à pressão popular e à aceitação ou não aos limites impostos. Obviamente, a conjuntura tem um papel determinante neste processo, por isso, se faz necessário, antes de voltarmos a nossa realidade e darmos atualidade a esta discussão, revermos um pouco essa luta e as origens das contradições que a geraram.

Vimos nos casos estudados que a luta pelo espaço teve contornos específicos em cada favela. Na São Bento, Pedro Alencar, Seu Pedrinho (informação verbal)⁴¹, grande homenzinho de não mais de um metro e meio de altura, com seus mais de 80 anos de idade, diz que em 1980 começou a trabalhar em algumas favelas da cidade de São Paulo junto com o Dito, militante da UMM e advogado do Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia (Seu Pedrinho, na entrevista pergunta: *Conhece o Dito?* Ao que respondo: *Sim, conheço, quem não conhece?*). Assim como tantos, chegou da Paraíba na década de 1970, se instalou nos bairros da Zona Sul trabalhando como servente de pedreiro. Quando virou metalúrgico se mudou para o Capão Redondo e ali ergueu a

⁴¹ Entrevista concedida por ALENCAR, Pedro Ricardo. Entrevista. [05.04.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

Associação de Moradores Jardim Comercial e Adjacências. Sua vida se confunde com as histórias do Capão, desde a construção de ruas, a instalação da luz feita pelos próprios moradores, a vida marcada pela violência do bairro, a chegada de novas famílias, as mesmas famílias indo embora... No que se refere à luta pela moradia, o Mutirão, iniciado pela gestão Mário Covas (1983-1986) e, conforme vimos, fortalecido pela gestão Erundina foi marco fundamental para a efetivação do direito à moradia para as famílias da região. No entanto, nem todas as casas conseguiram ser regularizadas, como relatado nos casos apresentados. A associação, da qual o S. Pedrinho é o atual presidente, tem diversos trabalhos com jovens e crianças e se mantém por meio de convênios de instituições públicas e privadas. Em sua fala nos pareceu que as lutas travadas há mais de 30 anos para a garantia de uma infraestrutura básica para o bairro, além da luta pela moradia, foram sendo substituídas, lentamente, pela necessidade de fortalecimento da Associação e de garantia de convênios para a continuidade dos trabalhos existentes. Essa relação institucionalizada gera algumas contradições e pode ter como consequência uma fragmentação da luta. Podemos ilustrar com um exemplo: Seu Pedrinho nos diz que a CDHU “ofereceu” à Associação um terreno no Jardim São Luiz, também na Zona Sul de São Paulo:

Fui na CDHU... o pessoal tá acampado no terreno, me ligaram para avisar. Quem vai assumir para tirar é a CDHU, não sou eu que vou tirar o povo, afinal tá todo mundo precisando de casa. Dez anos para fazer esse projeto eles não constrói [sic], não sou eu que vou brigar com o povo lá, eu vou lá e vou conversar com o pessoal, vou mostrar que é um projeto nosso, a prefeitura embargou porque fizeram um serviço mal feito. O governo tem que abrir espaço para moradia... (ALENCAR, entrevista cedida em 05 de abril de 2014).

Seu Pedrinho compreende a situação dos trabalhadores que vivem sem moradia na cidade, para ele a moradia é tudo, “a primeira coisa que a família tem que ter é um teto para morar, porque a calamidade maior é a pessoa ganhar um salário mínimo e pagar o aluguel para viver parcamente” e como vimos em sua fala anterior “não sou eu que vou tirar o povo, afinal tá todo mundo precisando de casa”, se solidariza com aqueles que ocupam os terrenos vagos da cidade. No entanto, a necessidade de garantir que o “seu” projeto seja implementado faz com que a luta de Seu Pedrinho, ao menos naquele momento, não seja a daqueles que ocuparam o “seu” terreno. Isso não diz respeito somente a uma possível desarticulação dessas lutas, mas sobretudo à forma com que o Poder Público se valeu das brechas deixadas pelos movimentos, muitas vezes

fruto de uma falta de unidade na luta ou de sua institucionalização cujo fim se tornou a conquista do financiamento de uma moradia popular.

Benedito Barbosa, (informação verbal)⁴², o Dito,⁴³ presente desde o início junto ao Seu Pedrinho e um importante articulador da luta no Parque Cocaia I – assim como em tantas outras lutas da cidade –, acompanhou como militante e advogado popular os avanços e retrocessos da luta pela moradia na cidade, sua vida está imbricada nesta luta e como a vida de tantos outros lutadores se mistura e se confunde com ela. Assim como Seu Pedrinho, Dito está no movimento de moradia desde o início da década de 1980; esteve presente junto ao grupo em torno da Erundina nesta época, foi militante da Pastoral de Favelas e participou da articulação para a criação de um movimento que abarcasse as demandas de toda a cidade chamado Movimento Unificado de Favela. Naquele momento, segundo o Dito, havia duas pautas prioritárias – a aprovação da CDRU (tratada no caso da Favela São Bento) com o fim de garantir a regularização da posse dos moradores de favelas e moradias precárias e a ligação de água e luz. Apresentaram um projeto de Lei na Câmara dos Deputados em 1988 que não foi aprovado. Dito diz que naquela conjuntura havia uma forte atuação dos movimentos

⁴² Entrevista concedida por BARBOSA, Benedito. Entrevista. [25.02.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014.

⁴³ No momento em que esta dissertação é escrita, Dito ao acompanhar uma reintegração de posse na Rua Aurora, centro de São Paulo, foi duramente reprimido pela ação truculenta da polícia, vale aqui a longa transcrição do texto de João Sette Whitaker Ferreira publicado em seu blog “Cidades para quem” onde explicita o abuso policial sofrido por Dito assim como as razões que o geraram: Benedito Barbosa, o Dito, liderança histórica e respeitada do movimento, foi à uma ocupação na Rua Aurora, centro de São Paulo, que estava sofrendo uma ação de reintegração de posse. Sempre vale lembrar que, no nosso país, o direito à propriedade, mesmo que ilegal (pois prédios vazios e abandonados há anos não cumprem sua função social e desrespeitam o Estatuto das Cidades) é colocado invariavelmente pela justiça acima do direito constitucional fundamental à moradia.(...) Além de atuar há anos no movimento de moradia, o Dito é advogado. Atua como advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em defesa dos movimentos. Chegou lá como advogado, cumprindo constitucionalmente seu papel. Apresentou a carteirinha da OAB, e disse ao soldado que ia entrar conversar com seus clientes, que estavam, ao que se soube, assustados, com crianças chorando, uma tensão enorme no ar. Ia ajudar a negociar a reintegração e a saída pacífica de todos. Mas o soldado provavelmente não acreditou naquele jovem senhor de 53 anos, negro. Não tem o perfil de advogado. Não é branco, não anda de gravata. Não está dentro dos "parâmetros" que devem ser passados a esses soldados, todos pobres e muitos deles negros, em seus treinamentos. Se tem cara de quem é dos movimentos, não merece respeito. (...) Deu-lhe uma chave de pescoço, sufocando-o, que ele achou que ia morrer. Jogaram-no no porta-malas do camburão, outro ato ilegal. Não lhe permitiram ligar para ninguém. Levaram-no à delegacia, onde respondeu por desacato e resistência à prisão (ninguém lhe dera voz de prisão, aliás). Tudo na mais perfeita ilegalidade. Mas não faz mal. Quem se importa? A noite, algumas horas depois, tínhamos um debate juntos no SESC Santana, o Dito, o Guilherme Boulos do MTST e eu, sobre "Copa e Moradia", aliás uma interessante iniciativa do SESC. Jurava que o Dito não iria. Faria todo o sentido. Acho que ninguém iria depois de passar por uma dessas. Menos o Dito. Tranquilo, dentro do possível, apareceu por lá. Disse que tinha aquele compromisso, e que falar da questão da moradia para um público amplo era essencial. Que não poderia deixar-nos na mão. Fez uma fala linda, sobre a situação dos moradores das favelas da Av. Roberto Marinho expulsas pelo monotrilho da Copa, que ele acompanha e apoia. Nós nos importamos. Precisamos de milhões de Ditos. Não há Ninja que segure a sua vontade de justiça e dedicação à causa da moradia. Dito, estamos com você.

para a construção de leis que garantissem à classe trabalhadora o acesso à moradia e à infraestrutura básica. Transformar as demandas dos movimentos em políticas públicas estava na pauta do dia.

Toda essa discussão entre mobilização e legislação teve um (?) muito forte no Brasil, o tema da mobilização e da proposição da legislação sempre andaram muito juntos (...) essa agenda é histórica, desde 1978 com a luta dos loteamentos irregulares e clandestino de São Paulo, o movimento da panela vazia, já tinha essa visão da institucionalização de instrumentos e ferramentas da regularização fundiária. Todo esse processo foi meio que junto. Em 1988 com a Constituição, já havia proposições no legislativo de acesso à terra, ligadas à pauta da reforma urbana (BARBOSA, entrevista cedida 25 de Fevereiro de 2014).

O passo seguinte a esta luta foi a concretização das leis, ou seja, elas foram conquistadas e os movimentos deveriam se organizar para que fossem aplicadas. A judicialização da luta marcou profundamente os movimentos sociais urbanos nas últimas décadas; no entanto, não podemos criticar esta forma de atuação sem compreendermos a conjuntura e a correlação de forças daquele momento. Dito nos auxilia mais uma vez nesta discussão dizendo que os movimentos sociais urbanos não foram os únicos a apostar nesta estratégia; a própria universidade e seus professores progressistas foram de fundamental importância para a implementação desta agenda de lutas. Não se pode ignorar a história e fazermos a simples crítica de que a judicialização ou a institucionalização da luta serviu apenas para amortecer o movimento de classe e para cooptar suas lideranças. *Calma*, adverte Dito. A correlação de forças aparece em sua fala como ponto principal para a conquista dos direitos sociais da classe trabalhadora dado o limite histórico de seu acesso à terra no Brasil.

Tem que entender o que está acontecendo, o passo seguinte da cobrança vem muito em função do esgotamento desta agenda. Porque você já costurou sob a visão dos marcos regulatórios todos os instrumentos, mas as coisas não funcionaram na prática. Duas coisas: uma é a discussão do ponto de vista mais conceitual da autoaplicabilidade da legislação brasileira no que diz respeito às leis urbanísticas; ela sempre remeteu para uma aplicação futura, até porque você só aplica uma lei se tem força política para pressionar sua aplicação. (...) Acaba ficando um monte de legislação que você pensa, e agora, para que serve tudo isso?. (...) O fato de ter boas leis não significa que tenha boas práticas e o fato de ter uma boa agenda de luta, não significa que tem correlação de forças para enfrentar um contrapeso tão grande (BARBOSA, entrevista cedida 25 de Fevereiro de 2014).

Nossa pesquisa não tem o objetivo de analisar profundamente as táticas e estratégias dos movimentos na luta pela moradia, mas nos deteremos na reflexão sobre a

ausência de ações para além das vias institucionais, a partir das experiências concretas e dos limites impostos pela realidade e pelos custos à classe trabalhadora.

Conforme relatado, muitas vezes por conta da dificuldade em avançar politicamente dada a conjuntura desfavorável, os movimentos sociais urbanos se limitaram a uma decisão jurídica ou a luta pela moradia chegou até a um financiamento subsidiado. Nos casos estudados a via institucional foi fundamental para o início do processo de luta e resistência,

“É a ação da resistência dos moradores que produz o espaço de conflito muitas vezes nebuloso por estar atravessado pelas relações de alienação e fetichização do espaço. Mas é apenas e tão somente pela resistência à expropriação, exploração e espoliação que se constroem os momentos de experiências dos moradores, onde o confronto se transforma em momento de compreensão da desigualdade e construção de estratégias renovadas de resistência” (RIBEIRO, 2012, p. 143)

No entanto, os limites e derrotas impostos por esta luta, muitas vezes, engessaram a ação de seus moradores que encontraram dificuldades em ir além; como se a assinatura do juiz dizendo-lhes *não* fosse a derrota e o fim.

Obviamente que em uma conjuntura marcada pelo refluxo das lutas de massas, que não se constituem em um processo unitário com uma nova estratégia, e num momento em que a culpa das mazelas vividas por grande parte da classe trabalhadora é vista pelo senso comum de forma individualizada, alheia aos contornos políticos e sociais, colocar em pauta o problema dialogando com o avanço das leis a favor dos trabalhadores é de fundamental importância. Além disso, ainda dialogando com a conjuntura e também com a realidade vivida pelos trabalhadores latino-americanos, o próprio ato de viver em uma cidade cindida que sempre privilegiou um setor da sociedade é um ato de transgressão e resistência (RIBEIRO, 2012). No entanto, nos parece necessário revermos ou reavaliarmos o que fazer a partir deste momento.

Outro ponto fundamental é sobre como a população se apropriou dos conteúdos das leis, assim como de seu histórico de construção. Avanços foram conquistados, no entanto espaços institucionalizados de participação popular em vez de levarem a cabo os objetivos pelos quais foram criados – o de garantir a deliberação de alguma decisão coletiva –, têm servido como legitimador de interesses divergentes dos da população (DAGNINO, 2002). A participação obrigatória tem gerado espaços vazios, despolitizados, palco para o Poder Público se afirmar como democrático. No caso da Favela Dezenove, as audiências públicas a fim de pensar coletivamente os projetos

naquela área mais desmobilizaram que organizaram os moradores. O formato da audiência onde as falas dos moradores são limitadas, enquanto os técnicos expõem suas ideias de forma absolutamente incompreensível para a maioria das pessoas presentes acaba por legitimar como democrático e participativo algo totalmente impositivo.

A luta institucional não deve estar deslocada da mobilização popular, sendo que a primeira é instrumento politizador importante. No entanto, se isolada, é alvo fácil para ser barrada pelo limite dos interesses da classe dominante.

Observamos que a história da luta pela moradia das favelas estudadas esteve intimamente ligada com o papel conservador das últimas gestões municipais (2005-2011), que como vimos através dos casos, foi negligente em sua atuação no que toca à garantia de moradia. No entanto é necessário pensar se uma gestão municipal progressista pode garantir que leis sejam cumpridas e os direitos dos trabalhadores respeitados. O *Estatuto da Cidade*, conforme veremos adiante, avançou no sentido de garantir maior autonomia às cidades, garantindo assim as especificidades de cada local e suas prioridades. Nesse sentido, nos parece que uma Prefeitura que zele pela dignidade de seus cidadãos pode ser um avanço para a realização da justiça social.

Contudo, como pudemos perceber, há outros atores para além da Prefeitura que são determinantes neste cenário em que estamos vivendo. Não podemos ignorar o fato de que há uma forte influência das forças do capital imobiliário nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional (TAVARES, 2011). O Estado ainda é um espaço de disputa para os movimentos sociais. Conquistas dentro da institucionalidade são grandes vitórias, mas não resolvem de todo o problema. Provavelmente uma gestão pública aberta ao diálogo com os movimentos e organizações sociais abra espaço para a construção de melhorias para a população empobrecida; entretanto, na história recente de nosso país, isso não tem solucionado a questão.

Podemos exemplificar com a experiência da prefeitura do PT de 1989, sob a gestão de Luisa Erundina; dos 1.500 de seus funcionários da SEHAB, 2/3 eram responsáveis pela região central da cidade e o restante ficava com a grande massa geográfica das periferias. Além disso, em apenas quatro anos, ou no máximo oito, não é possível reconfigurar uma estrutura já engessada. Vale lembrar também que, conforme visto, a estrutura das relações em nosso país substitui a política de direito pela política

do favor, fortalecendo um Estado enraizado na tradição clientelista de exercer sua função (informação verbal)⁴⁴.

Dado o histórico apresentado houve no último período, ainda de forma fragmentada, uma reversão da atuação de muitos movimentos sociais, e segundo a avaliação de Dito, as manifestações que ocupam as ruas da cidade têm aparecido como possível forma de atuação em diversas organizações; o tema do acesso a terra e dos conflitos em função dos despejos está na pauta do dia e o modelo de desenvolvimento tem sido questionado; os próprios movimentos, que por anos se mobilizaram para a efetivação das leis que ajudaram a criar, têm se questionado sobre se incluir parte da população por meio de financiamentos subsidiados é suficiente para realizar uma inversão nas classes ou se a relação entre dominador e dominado, caso as reivindicações sejam atendidas, se manterá no mesmo patamar. No que diz respeito aos financiamentos para habitação popular, não podemos desvalidar a efetivação de uma política pública, mas nos limitarmos a ela sem enxergar no horizonte uma solução ampla e consistente pode ser um retrocesso. Para Luiz Kohara,⁴⁵ coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos,

(...) dentro da conjuntura atual e de uma lógica individual, o financiamento subsidiado é uma vitória. A pessoa pode ter um financiamento, (...) mas quando você olha no todo das pessoas que faltam, isso pode resultar em outro problema. Eu vejo por exemplo o Minha Casa Minha Vida, lógico que é um avanço ter um número grande de habitação (*popular*), só que além do problema da localização, da inserção urbana, o próprio financiamento é gerador da valorização imobiliária, que exclui as pessoas, na verdade acaba alimentando uma lógica perversa... é uma lógica no nível pessoal, familiar, às pessoas que estão sendo atendidas, mas na estrutura de fundo do problema da moradia ela acaba não sendo uma vitória porque acaba alimentando uma perversidade. Há um ganho em cima da valorização imobiliária. Defendo a locação social neste sentido, porque se todos tivessem acesso, que não fosse propriedade privada, que pudesse ser locação social isso ajudaria muito... Uma casa que vale 70 mil no Minha Casa Minha Vida quando está pronta passa a valer 200, então a gente vê que isso gera uma contradição, uma vitória no nível particular, mas no nível habitacional não é uma vitória. Isso não resolve, à medida que ocorre a valorização outras pessoas vão perder a moradia. Entre 2000 e 2010, o salário mínimo real cresceu quase 10%, a população cresceu aproximadamente 11% e a favelada cresceu mais de 70%, então aumentou a renda, mas a população favelada cresceu mais de 5 vezes em relação à população brasileira. Então o problema da moradia não é só uma questão de renda, é a

⁴⁴ Informação fornecida por Erminia Maricato no Encontro dos movimentos e grupos que atuam na luta por moradia no centro em 12 de Maio de 2008.

⁴⁵ Entrevista concedida por KOHARA, Luiz.. Entrevista. [10.02.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

questão do acesso a terra, aumenta a renda mas diminui o acesso a terra, há uma contradição. Eu penso que o financiamento ajuda a alimentar essa contradição. (KOHARA, entrevista cedida 10 de fevereiro de 2014)

No caso do Jardim Toca, no Parque Cocaia I, a realocação dos moradores para outra áreas, dentro da conjuntura apresentada, foi uma vitória, uma garantia da efetivação da pressão e resistência dos moradores. Cabe aqui refletirmos se este é o fim de uma luta ou apenas o primeiro passo para o avanço de uma conquista que seja para todos. Neste sentido, vale pensarmos no “pós-realocação”, ou seja, como se dá o acompanhamento das famílias que, com muita luta, conseguiram um lugar para morar. Qual o passo seguinte?

O pessoal acompanha até o processo de reassentamento, algumas famílias se mantêm no movimento depois que são assentadas, mas o percentual geral não é tão grande daquelas que conseguem a moradia e continuam na luta, à medida que continuam na luta há um acompanhamento. Agora eu não vejo muito no geral, até por que a lógica do movimento está muito na conquista... chegar até o financiamento: direito à moradia virou direito ao financiamento, apesar do discurso ter avançado, muitas vezes a conquista do financiamento parece que você já conquistou o direito à moradia, mas tem toda a questão da localização, do tipo de moradia, do tipo de relações, do risco social daquele ambiente, vários outros elementos no discurso, mas que parece que no limite a conquista do financiamento se finaliza com a conquista das quatro paredes. (KOHARA entrevista cedida 10 de fevereiro de 2014)

O acompanhamento das famílias que conquistaram uma moradia no Capão de Seu Pedrinho, como estratégia para o avanço da luta também não se efetivou e hoje existe apenas um acompanhamento simbólico, segundo suas palavras. Para aqueles que ainda não conquistaram suas casas, novas lutas começaram, muitas vezes sem o apoio necessário dos antigos moradores.

As lutas nas ruas, lembradas por Dito, têm colocado em pauta a possibilidade de construção de um novo momento. Neste século, a militância que atua junto aos movimentos populares buscou construir formas de luta em uma conjuntura onde *o velho ainda não morreu e o novo não nasceu*. O mês de Junho de 2013 surpreendeu muitos desses militantes ao colocar novos atores nas ruas, (vale lembrar que não apenas por vias mais populares), propiciando a possibilidade de uma forma espontânea de ação – que não se via desde o fim da ditadura nas mobilizações pelas diretas-já, inesperado até pelos setores mais progressistas. Com a pauta inicial de revogação do aumento de R\$ 0,20 da passagem de ônibus da cidade de São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL),

agregou diversas outras lutas de diferentes setores da sociedade do Brasil inteiro. A vida insuportável das grandes cidades brasileiras e o desgaste das formas de representação política foram características importantes para a juventude se colocar em movimento, mesmo que ainda sem uma pauta comum. Esse momento histórico colocou para os setores mais progressistas a tarefa de reavaliação de suas formas de lutas e a necessidade de criar formas para aproveitar este momento,

(...) o tensionamento máximo de contradições pode levar a regressão do estágio atual que o limite indica, ou pode apontar para a superação do horizonte objetivo, num movimento ascensional que se configura como um salto de qualidade estrutural, se comparado ao estágio anterior. O desafio é superarmos o limite atual, que já não mais suporta as contradições estruturais que as opções por este modelo de governabilidade forjou, sendo as forças de esquerda capazes de erigir novas trincheiras, novos limites, no horizonte da luta de classes. Nesse sentido, saber preservar o legado do que foi construído, sem fazer nenhuma concessão à pauta liberal e regressiva, e avançar em conquistas conjunturais e estruturais da luta democrática é uma providência não apenas necessária, como fundamental. (VILLAS BOAS, 2013)

A Rede Extremo Sul, da qual Gorete do Parque Cocaia I se tornou militante, viu nas ruas e na criação de novas estratégias de luta, antes mesmo do “Junho de 2013”, a possibilidade de conquista dos direitos para os trabalhadores superexplorados dos cantos da cidade. Nos quatro anos de existência da Rede, comemorados em junho de 2014, as ações diretas, o povo na rua e um endurecimento frente às ações do Poder Público têm marcado sua atuação na periferia longínqua da cidade de São Paulo. Interessante notar que durante um encontro de avaliação dos quatro anos de luta, a Rede se encontrava em um processo de resistência contra uma liminar de despejo que foi derrubada por 6 meses. Segundo informativo da Rede,

A ameaça de despejo foi combustível porque é caso exemplar no interior de uma conjuntura que coloca aos militantes a impossibilidade de restringir suas lutas à esfera dos direitos sociais. Tais direitos estão nas leis, enquanto vivemos entre mortos, feridos, ruínas de nossas próprias construções, transporte-mercadoria de quinta categoria, saúde com gestão privatizada, trabalhadores desempregados pela negação de direito à greve, militantes presos e violentados pela negação do direito à manifestação e por aí vai. É urgente a tarefa de assumirmos nossa atual situação, e deixar de lutar por reformas isoladas e por concessão de direitos pelo Estado – que assim como os concede, sob várias condições, retira-os quando é necessário. Ao contrário, temos que assumir conscientemente a construção de lutas autônomas e revolucionárias. (REDE EXTREMO SUL, 2014)

No entanto, duas semanas depois da liminar ser derrubada⁴⁶, a CDHU, o governo estadual e a tropa de choque despejaram de forma truculenta os moradores que ocupavam o terreno. Esta área está localizada no mesmo Jd. São Luiz em que S. Pedrinho tinha um terreno cedido pela CDHU esperando para ser desocupado e reocupado pelos cadastrados pela sua Associação. Não sabemos se é o mesmo.

Formas mais direta de atuação, como ocupar terrenos ou prédios vazios na cidade foi a tática de muitos movimentos na década passada, porém com o aumento da criminalização dos movimentos sociais, essa possibilidade foi perdendo força e sendo substituída por novas formas de pressão. Apesar disso, assim como a Rede Extremo Sul, outro movimento tem chamado a atenção pela sua forma de atuação, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O MTST atua em São Paulo e em mais seis Estados, sendo que em Brasília sua atuação tem sido marcante, principalmente pela forte repressão sofrida – com prisões e tentativas de homicídios de suas lideranças. Segundo entrevista dada por Guilherme Boulos, liderança do movimento, à *Revista Fórum*, cerca de 20 mil pessoas nesses sete Estados compõe o MTST. Em São Paulo, berço do movimento, a construção se deu de forma mais articulada garantindo um trabalho de base. Para Boulos a cidade dá condições de acúmulo de força social pela forte contradição entre as classes, promovida pelo avanço da pobreza principalmente nas favelas localizadas nos extremos da cidade. Suas formas de luta estão ligadas às experiências latino- americanas e vão para além da luta pela moradia,

O MTST não é um movimento de moradia, nós não nos definimos como um movimento de moradia. Somos um movimento territorial, que atua nas periferias urbanas, com muita referência do que foi o movimento dos piqueteiros, na Argentina; os movimentos comunitários, na Bolívia; vários movimentos que surgiram nos últimos 20 anos na América Latina e que são resultados do fato da segregação territorial mais profunda nos grandes centros urbanos. Podemos fazer uma analogia: do mesmo jeito que o capitalismo concentrou, no século XIX, os trabalhadores na grande indústria e criou condições para o surgimento do movimento operário, no século XX, o capitalismo concentrou os trabalhadores nas periferias urbanas e criou condições para um movimento territorial de novo tipo, que é o que tem surgido nos últimos anos. Por isso, e é nesse sentido que não nos colocamos como movimento de moradia, o MTST toma a pauta da moradia como seu foco, seu centro, mas é um movimento que tem uma proposta mais ampla de conquista de direitos sociais, de reforma urbana e de construção de poder popular. (BOULOS, 2014)

⁴⁶ REDE EXTREMO SUL, 2014

Podemos perceber que cada movimento, cada luta, cada trabalhador, cada militante, cada morador favelado teve seu papel e sua força dentro de cada momento histórico. Desvalidar uma vida inteira construída junto aos esforços coletivos de construção de uma nova sociedade em uma cidade (e mesmo um país) com características específicas tão difíceis de serem desvendadas e com uma história marcada pela superexploração da força de trabalho de grande parte dos que aqui vivem não contribui para termos um espaço que seja de fato, de todos. A proposta que se coloca aqui é perceber o movimento da história e os diversos olhares de quem realmente esteve presente neste processo, e buscar a partir da conjuntura os possíveis nós a serem desatados. Esta é uma tarefa coletiva e se individualizada corre-se o risco de cada vez mais se repetir os mesmo erros e contribuir para o enfraquecimento e fragmentação de uma luta que é de todos.

3.2. A questão das políticas habitacionais

A política de regularização de áreas públicas iniciou-se na gestão municipal de 2000-2004 da então prefeita Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo pesquisa realizada pelo Observatório dos Direitos do Cidadão, coordenada pelo Instituto Pólis em parceria com a PUC-SP, a gestão seguinte, iniciada por José Serra e finalizada por Gilberto Kassab (2005-2008) deu continuidade aos processos de regularização fundiária iniciados na anterior. Entre 2000-2004 foram efetivadas 140 concessões de uso e segundo dados oficiais da Prefeitura, até o final de 2006, foram entregues 41 mil unidades habitacionais em áreas públicas.

A última gestão municipal, que seria uma continuidade da anterior, iniciada por José Serra e finalizada por Gilberto Kassab, reelegendo este último, mostra em seu site oficial a proposta da Secretaria Municipal de Habitação para Programas de Regularização Fundiária. Segundo informações dadas pelo site:

A Prefeitura de São Paulo desenvolve um importante trabalho social por meio do Programa de Regularização Fundiária. Elaborado e gerenciado pela Secretaria Municipal de Habitação, o programa regulariza áreas municipais ocupadas irregularmente na cidade. É uma forma de promoção de qualidade de vida para os seus moradores, que passam a ter direito aos serviços públicos e ao exercício da cidadania. O trabalho é dividido em processos jurídico, administrativo e urbanístico. Este último compreende intervenções físicas, tais como solução de situações de risco, oferta de infraestrutura e de novas moradias. A esfera jurídica envolve o equacionamento da base

fundiária e a legalização da posse dos moradores, proporcionando seu ingresso no registro de imóveis. O aspecto administrativo inclui a oficialização de logradouros, a inscrição dos imóveis nos cadastros municipais e a definição de normas de urbanização e construção. Os três processos se complementam, garantido à assentamento uma participação nas rotinas da cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011)

Segundo a Sehab, o programa partiu das premissas do *Estatuto da Cidade*, que garantiu para a população de baixa renda alguns caminhos processuais assegurando acesso à população ao direito à moradia de forma coletiva. A promessa é que o Programa de Regularização beneficiasse 23 mil famílias em 108 assentamentos. Para a comprovação dos requisitos da CUEM, a Prefeitura utilizou foto aérea para a comprovação do tempo de moradia e conta com “articulação de diversos agentes envolvidos na regularização fundiária, externos e internos à administração municipal” (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011), mas não especifica quem são esses agentes.

O programa de regularização fundiária da Prefeitura esteve sob intervenção do Programa de Urbanização de Favelas, grande aposta da gestão Serra-Kassab (2004-2008; 2009-2012). A Urbanização de favelas, segundo a Sehab teria o objetivo de:

(...) transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo a seus moradores o acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos. O programa também inclui o reassentamento de famílias – em caso de áreas de risco – e a recuperação e preservação de áreas de proteção dos reservatórios Guarapiranga e Billings, além de melhorias habitacionais. (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, grifo nosso)

A proposta oficial desta última gestão da prefeitura não está, de forma alguma, em desacordo com as premissas do *Estatuto da Cidade*; nem tão pouco com as reivindicações dos moradores em áreas precárias. A esses moradores, reivindica-se a melhoria de suas condições de moradia, sem, contudo serem obrigados a perder os laços sociais que construíram ao longo de suas vidas. No entanto, na prática, como pudemos observar, os preceitos do *Estatuto da Cidade*, assim como do Plano Diretor Municipal não foram respeitados.

No que toca à atuação em áreas de mananciais, a Prefeitura previa, dentre suas ações, o reassentamento das famílias, a construção de unidades habitacionais, o acompanhamento social junto à população moradora do local e a regularização fundiária

mediante aprovação das Leis Específicas de Proteção e Recuperação dos Mananciais Guarapiranga e Billings (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011)

Na prática, a Prefeitura atuou de forma ambígua promovendo despejos em algumas áreas com a justificativa de proteção ambiental, enquanto outras, nas mesmas condições no que se refere às questões ambientais, não sofrem qualquer tipo de ameaça.

Nas áreas de Mananciais, como no caso do Parque Cocaia I, a situação é bastante complexa, já que muitas das decisões jurídicas colocam a preservação ambiental como ponto crucial para a não permanência da população local. Novamente ignoram o histórico da cidade, cuja impossibilidade de construção de habitação em áreas “legais” incentivou a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as de mananciais, por moradores de baixa renda. O Estado “ignorou” a ocupação da população empobrecida nestas áreas por muitas décadas.

É importante mencionar que foge aos objetivos de nossa pesquisa uma análise mais aprofundada sobre os Programas Habitacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo. No entanto, vale ressaltar que nos caso estudados, a luta travada só tem tido perdedores, conforme demonstrado no histórico da longa caminhada pelo direito à moradia das favelas.

Nesses últimos anos, famílias perderam as suas casas e muitas delas não obtiveram qualquer resposta objetiva da Prefeitura, arcando com as despesas de moradia que não entravam anteriormente nos gastos mensais. Para os moradores que perderam suas casas, a forma de se manter foi, não raro, contar com a solidariedade de amigos e familiares.

As políticas públicas de habitação nunca promoveram um processo radical de superação da segregação socioespacial. O que se tentou até agora, mesmo que de forma avançada, é fazer valer alguns instrumentos jurídicos para a inserção dos trabalhadores no espaço sem muito sucesso; não se construiu força suficiente para barrar o mercado ou para disputar de forma igualitária os espaços valorizados, até por que “espaço valorizado” está muito conectado com que tipo de habitante está nele inserido.

Em reportagem intitulada “Prédio de alto padrão ocupam terrenos destinados a habitação social” do Jornal *Folha de S.Paulo* (12/04/2013), alguns exemplos deixam claro a dificuldade de se concretizar efetivamente uma política que beneficie a classe trabalhadora. Condomínios de alto padrão, vendidos de 500 mil a 1 milhão de reais, conseguiram alvará para construção mesmo instalados em áreas demarcadas como de

interesse social. Esse tipo de construção irregular tem um percentual bastante significativo como é possível perceber nos mapas a seguir:

Terrenos vazios subutilizados fora das áreas centrais
 Fonte: Jornal A Folha de São Paulo

Neste caso, mesmo em uma área menos valorizadas, quase 7% foram destinadas a condomínios de alto padrão. Nas áreas centrais, a demarcação que poderia ser uma forma de diminuir a segregação socioespacial, a realidade foi ainda pior:

Terrenos vazios ou subutilizados dentro das áreas centrais
 Fonte: Jornal A Folha de São Paulo

Mesmo em áreas já ocupadas de forma precária pela população a urbanização e regularização praticamente não se efetivaram:

Terrenos vazios ou subutilizados dentro das áreas mais centrais
 Fonte: Jornal A Folha de São Paulo

Para Eduardo Della Manna, diretor do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP) que representa o setor imobiliário, a maioria das construções destinadas às unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) licenciada de 2002 a 2012 foi construída pelo setor privado, demonstrando o interesse nesse mercado (DELLA MANNA, 2013). No entanto para o presidente deste mesmo sindicato, Claudio Bernardes, a exigência de que as unidades construídas em ZEIS se destinem para a população de baixa renda inviabiliza a construção. “Tem que ser viável financeiramente para acontecer. A iniciativa privada não é filantropia”. De fato, se pensarmos que o lucro anual de algumas grandes construtoras se aproxima de 1 bilhão de reais (G1, 2014), é possível compreender por que o mercado destinado à população de baixa renda não é um grande atrativo.

Na atual gestão municipal a promessa do Poder Público é a de realocar as famílias despejadas por meio de programas habitacionais. Entretanto, o próprio Poder Público tem visto limites em sua atuação e o problema parece sem possibilidades de solução em curto e médio prazo. Segundo Márcia Terlizzi (informação verbal)⁴⁷,

⁴⁷ Entrevista concedida por TERLIZZI, Márcia. Entrevista. [05.05.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

Assessora Técnica de Planejamento e Pesquisa na Sehab, a demanda da Prefeitura se divide em dois conceitos – o de déficit e o de inadequação habitacional. O primeiro diz respeito às famílias que não têm onde morar ou que estão em área de risco; e o segundo aos moradores de favelas e moradias precárias. Segundo o Plano Municipal de Habitação 2009-2024 (2011), elaborado na última gestão, a proposta da Prefeitura é sanar o problema até 2024. Segundo Terlizzi esta proposta é impossível de ser realizada, já que ao dialogarmos com a realidade e olharmos quem são os atores e interesses envolvidos, nos parece óbvio que o prazo de 10 anos para resolver um problema secular é irreal, gerando expectativas que serão frustradas e partindo de um pressuposto idealizado. Além disso, para Terlizzi, há questões ideológicas a serem superadas, conceber a habitação como direito ainda é uma discussão recente. O favelado é visto pelos setores conservadores como invasor, como oportunista que não paga impostos e não tem direito nenhum. Essa ideologia tem sido quebrada aos poucos, mas ainda há uma forte resistência para que o direito à moradia seja equiparado aos outros direitos sociais. Do ponto de vista institucional, não há percentual de recurso considerado pelo orçamento. Segundo a assessora, por incrível que pareça, um dos maiores percentuais de investimento na política pública de habitação dos últimos anos foi na gestão de Gilberto Kassab, 4%, sendo que historicamente os investimentos não passavam de 1%; na atual gestão houve uma queda neste nível (diminuiu percentual), o percentual orçamentário hoje para a habitação passa pouco dos 2%. Terlizzi explica que como o programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal não contabiliza o percentual do orçamento municipal, o programa “vem de graça”. Esta opção efetiva uma política que, na verdade, não é uma política habitacional, mas um programa de produção habitacional. Atendem-se as faixas de renda que estão dentro do “Minha Casa Minha Vida”, mas programas como urbanização de favelas, locação social, cortiços, ficam desprovidos de recursos. Terlizzi acredita que o grande entrave interno vivido atualmente pela Sehab se deu por uma parceria inusitada entre partidos historicamente antagônicos – PT e PP (Partido Progressista). Este último, com uma forte atuação junto aos interesses do mercado imobiliário no que diz respeito à produção de habitação na cidade, “ganhou” da atual Prefeitura a Secretaria da Habitação, uma derrota imensa aos movimentos populares ligados à luta pela moradia.

As eleições sempre limitam as ações. O prefeito, como todo mundo, tem seu limite de conhecimento... No caso da habitação ele foi assessorado pelo seu segundo escalão em uma gestão que precisou ser loteada. O prefeito não vai colocar na mão um dinheiro de quem não é

do partido, aí fica tudo concentrado na política federal... Ter que se eleger com esse custo, foi muito alto, estamos pagando até hoje. Escutamos dentro da Sehab, em uma gestão eleita pelos movimentos coisas do tipo: “bando de folgado, de invasor...”. Falta informação, conhecimento... Falta saber lidar. (TERLIZZI, Entrevista cedida em 5 de maio de 2014)

BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

BRASIL MUNDO ENTREVISTA CULTURA EDITORIAL OPINIÃO CHARGES VÍDEOS

Assine Doações Nas bancas Expediente Contato Anuncie nacional Anuncie regional Receba o boletim

Início » Haddad cumpre promessa e entregará a Secretaria de Habitação para PP de Paulo Maluf

Haddad cumpre promessa e entregará a Secretaria de Habitação para PP de Paulo Maluf

Estados do Brasil: São Paulo

Foto: Rodrigo Nunes

Pacto entre prefeito eleito de São Paulo e ministro das cidades, Aguinaldo Ribeiro (à dir. na foto), do partido de Maluf, gerou decepção entre os líderes dos movimentos de moradia; a existência do acordo só foi revelada após Haddad ter sido eleito

07/12/2012

Reportagem sobre a parceria entre Prefeito Haddad e o Partido Progressista

Fonte: Jornal Brasil de Fato

Essa parceria é sentida pelo Seu Pedrinho, que percebe uma dificuldade muito grande no diálogo com o Poder Público:

Agora, tive um encontro como o prefeito Haddad no sábado, lá na faculdade... aí ele veio aí, todo mundo cobrou saúde, transporte, habitação... (...) Agora que tá se abrindo, até o dialogo tá difícil, cada mês ele vai fazer reunião com todo mundo. Ele disse: juro para vocês que eu tô mudando, tô melhorando... O cara é muito estudado, ele disse não tenho nenhuma tendência de partido. Tá difícil os convênios por aqui, a Sub é muito devagar, o movimento pressiona, vai pressionar para fazer alguns trabalhos, lá dentro a gente tem alguns conhecidos que tá dentro da administração que ajuda a gente. Tô

achando o Haddad muito devagar... Nossa, quando era a Erundina e a Marta, fazia o trabalho de base. O Haddad trancou aquela expectativa do povo, nos bairros têm muita carência, cada entidade tem que fazer o seu trabalho, representar a comunidade. Saiu aquela crítica do IPTU, IPVA, pode ser que agora com as audiências públicas ele pode melhorar um pouquinho, ele garantiu de melhorar... o secretariado dele estava disponível para trabalhar pela população (ALENCAR, entrevista cedida em 05 de abril de 2014)

Erminia Maricato, em *O Impasse da política urbana no Brasil*, (MARICATO, 2011) avalia os avanços e retrocessos da política urbana a partir da conjuntura em que eles se realizaram. Esta análise está conectada com a própria experiência pessoal da autora, que participou de duas gestões ditas progressistas, uma municipal e outra federal. Ela explicita os grandes avanços na gestão de municipal de 1988, com Luiza Erundina, como Secretária de Habitação; posteriormente, no Ministério das Cidades, reconhece os avanços da gestão do PT em relação ao governo anterior, pois o Estado ganhou mais força, perdida nos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, Maricato destaca seus limites e até retrocessos na garantia dos direitos dos trabalhadores, principalmente no que toca ao acesso à moradia digna. Vale ressaltar o papel do mercado imobiliário em parceria com as empresas de construção no financiamento de campanhas eleitorais, o que inegavelmente subordina os interesses da maioria da população aos das grandes empreiteiras e construtoras.

O capital imobiliário mantém profissionais para o acompanhamento do orçamento público e da legislação urbanística já que eles incidem nos preços das localizações e, portanto, na valorização ou desvalorização de terrenos. Mas as empresas de construção pesada também exercem forte influência nas decisões sobre as obras de infraestrutura urbana. A relação entre empreiteiras de construção, a visibilidade de grandes obras viárias (cujo prazo deve manter uma lógica em relação aos prazos eleitorais) e as doações para o financiamento de campanhas eleitorais parece ser uma chave que explica muito do investimento público nas cidades (MARICATO, 2011, p. 81)

Se a cidade é a produção histórica da sociedade
sua apropriação privada define o lugar de cada um na classe e no
lugar, no espaço e no tempo. Tal processo funda a segregação.
Ana Fani Carlos

A experiência junto aos trabalhadores na luta pela moradia na cidade de São Paulo, em especial nas favelas da Zona Sul e Extremo Sul, dado o histórico apresentado, nos mostra que o estar na cidade para a classe trabalhadora é ainda uma incógnita.

Chegar em São Paulo, como foi mostrado nas histórias dos seus moradores, foi um sonho daqueles que construíram essa cidade; eles foram, contudo, jogados e “esquecidos” nos extremos ou para os lugares deteriorados. Essa condição foi a solução da classe dominante para calar a classe trabalhadora, pois mesmo com os baixíssimos salários que impediam os moradores das periferias de adquirirem legalmente a sua moradia, essas famílias estavam abrigadas; e apesar de todas as inseguranças referentes a um possível desemprego que assombrou a vida desses trabalhadores, a casa que construíram com as próprias mãos era a certeza do lugar para morar. Mas a cidade segue crescendo, se destruindo e se (re)construindo, com os seus moradores acostumados com o barulho das máquinas, dos tratores e britadeiras, do cinza do cimento, enxergando o imenso canteiro de obras como uma paisagem natural onde os trabalhadores, ainda vindo dos outros cantos do Brasil ou como filhos daqueles que já estiveram “ao norte” do país, perpetuam a condição de superexplorados de seus pais e avós. A racionalidade desta desorganização teve consequências fundamentais. O trabalhador explorado, ameaçado de despejo que mora no Grajaú, apesar das especificidades de cada área, tem a mesma vida miserável de outro morador explorado, ameaçado de despejo que mora na Brasilândia (Região Noroeste da cidade). A condição enquanto classe trabalhadora destituída de seus direitos fundamentais é a mesma; a luta também e apesar do esforço e de possíveis estratégias de transformá-la dos extremos em uma só, as dificuldades são infinitas e os limites sempre parecem intransponíveis. Em conversa recente com um morador de uma área irregular na Cachoeirinha (Zona Norte de São Paulo), ele nos disse: *“vocês estão sempre lutando na Zona Leste e Sul e esquecem da Zona Norte”*, na hora não foi possível responder por que acreditávamos que de fato isso acontecia, sem perceber que na verdade, a luta de um era a luta de todos (ou deveria ser). Percebemos, com isso, que a segregação da cidade era a segregação da luta, era a divisão dos espaços na cidade entre movimentos que melhor estavam organizados em sua região, e cada vez mais essa luta corria o risco de ir se “setorizando”, mesmo dentro da moradia. Na Favela Dezenove era a luta para garantir algum tipo de resposta sobre as famílias removidas; no Parque Cocaia I, a luta pela permanência e pelo atendimento dos que estavam à beira da Represa; na favela São Bento, a luta por uma vida mais segura, no lugar possível, mas próximo de suas vidas. Lutas tão iguais dentro de tanta desigualdade, luta diária sendo segregada, e de alguma forma limitada, assim como a cidade que se expande limitando o acesso a uma grande parte daqueles que a construíram.

A cidade portanto se constrói e se reconstrói em seu cotidiano, cindida de sua história. Nasce uma cidade construída a partir de uma lógica que a define, definindo assim o lugar do trabalhador enquanto classe neste espaço onde a segregação é inerente a esta lógica. Não é a segregação que exclui os trabalhadores do direito à moradia; o direito à moradia é antes de tudo, o direito ao consumo da moradia. Esta, assim como a cidade, se constitui como mercadoria, e o acesso a ela será de forma individualizada, fruto de uma sociedade edificada na propriedade privada, potencializada em sua forma e valores e geradora da segregação (CARLOS, 2006). A luta pela moradia da classe trabalhadora ao mesmo tempo que aprofunda uma visão individualizada ao acesso a um bem que deveria ser coletivo – o acesso à cidade – coloca em contradição a sua realização, já que a apropriação privada deste bem é a própria impossibilidade de efetivação deste direito enquanto classe.

4. A QUESTÃO DO DIREITO

*Pedaco de um casa demolida no Jd. Toca
Fonte: Arquivo EM – PUCSP (Foto Henrique Yasuda)*

4.1. A questão do Direito e da Propriedade

- Se a Senhora tivesse a sua propriedade ficaria satisfeita se as pessoas invadissem a sua casa?
 - Olha Senhor Juiz, se eu tivesse minha casa eu não ficaria com dívida de IPTU e não ia abandonar ela, eu estaria morando na casa e dando uma destinação para ela.
- Conversa entre juiz e Arlete, liderança popular
no momento da reintegração de posse*

O juiz não conhece a lei. Essa frase a princípio pode parecer contraditória, pois no imaginário de nossa sociedade é o juiz quem sabe a lei, é aquele que, a partir dela, dará o veredicto final. O fato de afirmarmos que o juiz não conhece a lei não é fruto do acaso, principalmente no que diz respeito ao direito à moradia.

Na sociedade moderna, as questões referentes às relações sociais e históricas eram compreendidas a partir da concepção jurídica em vez do conhecimento científico.

Tal fato traz consequências fundamentais, pois pelo direito não era possível enxergar as contradições entre as classes, colocando todos como iguais perante a lei. Os movimentos operários, portanto, se engessaram a partir dessa visão de mundo, neutralizando a luta entre Capital e Trabalho. Marx só avança no sentido de superar esta contradição com a crítica ao Direito.

(...) Marx vai procurar o fundamento do jurídico nas condições de vida real dos homens, nas relações de produção e nas forças produtivas. Por isso, é que ganha um sentido extraordinário a passagem de Marx (...) na qual é afirmado que o direito “não tem uma história própria”, pois ela bloqueia as ilusões de autonomia e os voos cegos especulativos que fazem do direito a tradução da vontade, da ideia ou das forças místicas, e não condicionado pelas condições materiais de produção (NAVES, 2014, p. 24).

Neste contexto, a dominação de uma classe sobre outra não deve ser analisada tendo como parâmetro conceitos como justo ou injusto, mas a partir da sua dinâmica de funcionamento que consiste em uma forma de se organizar a produção e a reprodução da vida. O capitalismo não é algo injusto que deverá se tornar justo a partir de uma nova denominação, não há espaço, neste sentido, para tal juízo de valor. A melhora na condição de vida dos explorados só é possível a partir da transformação dessas condições de produção e não pela condenação moral de seus atores. Neste sentido, o Direito não pode ser o instrumento de luta dos trabalhadores que fundará a justiça social, já que ele é apenas a troca de equivalentes entre não iguais.

O direito pode (...) aparecer pelo que ele é, sem as esperanças de redenção da humanidade do “socialismo jurídico”. Que as palavras belas e vazias das declarações dos direitos do homem e o cálculo frio e falso da razão normativa não nos iludam. O direito é esse mecanismo subterrâneo de assujeitamento tão obscuro e poroso que, mesmo quando nos opomos a ele, é nele e por ele que existimos. Um mecanismo sem sujeito – embora o “sujeito” seja a sua categoria principal –, inserido na própria estrutura social como um dos seus elementos fundamentais, e “suportado” pela organização da psique humana, que elabora as condições de sua efetividade (NAVES, 2014, p. 102).

O Direito, que não é neutro, já que serve a classe que está no poder (e não somente ou coincidentemente aquele que ocupou um dos aparelhos do Estado). Vale pensar porque dentro de tal constatação acredita-se que os interesses da classe trabalhadora serão efetivados a partir dos escritos das leis, sendo que todas as evidências comprovam o contrário.

Como vimos no início desta dissertação, a classe dominante, portadora do Estado e dos espaços institucionais manda e desmanda umbilicalmente ligada “aos seus”. É na sua identidade com o outro que ela opera, assim como na negação daquilo que “não se é”. Dentro deste contexto é a propriedade seu maior instrumento. O direito à propriedade privada, sagrado à classe dominante, ganhará, de longe, sobre o direito à moradia.

É certo que mesmo limitando as ações da classe trabalhadora de forma direta ou indireta, econômica ou ideologicamente, abriram-se algumas brechas para que essa tradição fosse superada. No entanto no que toca à questão da moradia, elas foram preenchidas pelas próprias forças que a geraram. A questão jurídica aparece para a classe trabalhadora como única forma de segurança na vida dos moradores, já que o poder institucionalizado é o único legitimado nesta sociedade. No caso da moradia é a propriedade e não a posse que dará segurança aos trabalhadores. A contradição está no fato de que a luta pela moradia na conjuntura atual, e nas nossas tradições históricas, necessita do aval de um judiciário intrinsecamente ligado à classe dominante e aos seus interesses. Quando o juiz diz à liderança popular de forma ríspida que é um absurdo ela invadir o imóvel, o problema em questão não é o desconhecimento das leis, elucidado pela “invasora”, mas o fato de que naquele momento ele é o porta voz dos seus interesses, ele fala não como juiz, mas como proprietário.

<http://educador.brasilescola.com/estrategias-ensino/a-questao-terra-no-brasil.htm>

Segundo Ermínia Maricato (2008), a apropriação privada da terra – urbana ou rural – é um nó difícil de desatar. A urbanista recorda que há um acúmulo de leis que não foram efetivadas no intuito de democratizar a terra no Brasil. O aprisionamento da terra em substituição ao escravo,⁴⁸ ou seja, a transformação da terra em mercadoria e sua distinção entre o que seria público e privado – gerou um cenário marcado pelo acesso fraudulento de uma camada da sociedade à propriedade da terra. Essa “divisão” teve consequências tanto na apropriação da terra rural como na urbana, aprofundando privilégios de classe no processo de transferência do trabalhador rural que, sem acesso à terra e com a modernização da economia, precisa da cidade para sobreviver. A partir desta transferência forçada houve um inchamento das favelas constituindo cidades absolutamente segregadas territorialmente. Sendo assim, a luta pela terra aparece como uma bandeira histórica de libertação do trabalhador anteriormente escravizado. Parece, portanto, que as condições explicitadas pela situação de espoliação e exploração vivida pela classe trabalhadora só serão superadas quando este nó for desatado.

Com isso, no Brasil, a nona economia do mundo, a questão da terra continua a se situar, mas de forma renovada, no centro do conflito social. Ela alimenta a profunda desigualdade (em que pese a recente pequena distribuição de renda) e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico. (MARICATO, 2008)

4.2. A questão da judicialização das demandas

Mas vamos com calma, nem tudo está perdido. Para nos valermos de uma expressão do professor Florestan Fernandes, a revolução dentro da ordem e contra ela se coloca como necessária em uma sociedade em que a burguesia, historicamente revolucionária, não cumpriu seu papel de garantir as reformas de base que marcaram, no berço do capitalismo, a sua consolidação como dominante. Mencione-se entre outras a não democratização da terra no Brasil, por exemplo, fruto de reforma agrária e urbana,

⁴⁸ Segundo o professor Miguel Lanceloti Baldez: “Duas leis, rigorosamente articuladas entre si, são os fundamentos dessa transformação: a Lei Euzébio de Queirós, de extinção do tráfico antigo negreiro, e a Lei nº 601, de 18 de setembro, ambas de 1850, regula a das terras, pelo Decreto nº 1.318, de 30.01.1854. Vale uma ligeira leitura do teor de ementa da Lei nº 601: ‘Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara’ (BALDEZ, 2003)

ainda não realizadas. Um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) compreendeu que a reforma agrária só seria efetivada como fruto da luta e pressão popular e não como benesse do Estado. Fez de sua luta, até hoje já que a reforma agrária ainda não se realizou, um enfrentamento constante contra a propriedade privada da terra⁴⁹.

No caso da cidade, como pudemos ver, as ações dentro da ordem buscaram a criação e a efetivação de leis juntamente com ações de enfrentamento mais direto como a ocupação de imóveis vazios em pontos estratégicos da cidade. O que nos interessa neste momento é refletirmos sobre algumas leis que foram criadas e os possíveis avanços dentro dos casos apresentados.

O ponto de partida para esta discussão será o *Estatuto da Cidade*, resultado da luta de muitos trabalhadores e expressão máxima das conquistas institucionais referentes ao direito à moradia, garantido desde a Constituição Federal de 1988. O *Estatuto da Cidade*, lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, tem dentre suas diretrizes principais a realização plena do desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana; a regularização fundiária; e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. Além disso, conquistaram-se alguns “remédios” processuais para viabilizar o direito à moradia, tais como a usucapião urbana – instrumento de regularização fundiária para população que vive em áreas particulares há pelo menos cinco anos – e a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) – instrumento de regularização fundiária para população de baixa renda que vive em áreas públicas há pelo menos cinco anos antes de 2001. O *Estatuto da Cidade* aprimorou esses instrumentos prevendo a possibilidade coletiva dessas ações como forma de efetivar o Direito à Moradia nas comunidades inseridas em assentamentos urbanos informais.

Nos casos estudados, por estarem inseridos em área pública, o principal instrumento jurídico utilizado foi a CUEM que consiste em uma forma de garantir a efetivação do Direito à Moradia da população pobre. Assegurada com a edição da Medida Provisória 2220/01 que dispôs sobre a possibilidade da Concessão de Uso Especial em áreas públicas federais, estaduais ou municipais. Uma das formas de os

⁴⁹ No VI Congresso do MST, em fevereiro de 2014, quando completou 30 anos, estabeleceu como tática de luta a construção da reforma agrária popular, sintetizada na palavra de ordem: “Lutar, construir reforma agrária popular”. Uma vez que a reforma agrária nos moldes clássicos já não se mostra mais possível no Brasil, tendo em conta o grau de desenvolvimento tecnológico no campo brasileiro – sobretudo, na produção de *commodities* (soja, milho, cana de açúcar, celulose) para serem exportadas – e o papel do agronegócio no capitalismo dependente brasileiro.

moradores entrarem com uma ação solicitando a CUEM seria formar uma Associação para que esta seja a representante de todos interessados na ação. A Defensoria Pública e o Ministério Público também podem solicitar a CUEM para os moradores. Vale ressaltar que a CUEM coletiva só pode ser concedida à população de baixa renda. Nos casos de risco, áreas de proteção permanente, áreas de preservação ambiental ou em áreas em que o Poder Público tenha definido a forma de utilização, chamadas de “áreas afetadas”, a CUEM não será concedida na área ocupada. O Poder Público deverá então concedê-la em outro local, preferencialmente em uma área próxima à da ocupação, conforme preceitos do Estatuto da Cidade. A CUEM não é um registro de propriedade, é uma declaração que reconhece o direito ao uso; constitui um título no qual o Poder Público concede ao morador o direito de permanecer exercendo sua moradia no terreno público, podendo ser declarado diretamente pelo Poder Público ou pelo juiz.

O *Estatuto da Cidade* prevê também que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes devem, obrigatoriamente, fazer seu Plano Diretor: uma lei municipal que tem como princípio realizar as diretrizes do *Estatuto da Cidade*. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo⁵⁰ foi aprovado em 2002 e trouxe, como um de seus princípios e principal avanço, a garantia da participação dos moradores nos projetos de urbanização que os afetam diretamente.

Vale aqui debatermos brevemente o Plano Diretor de São Paulo, suas expectativas e avanços, já que este se constituiu como um dos instrumentos de luta dos movimentos e uma das principais reivindicações nos casos estudados.

A possibilidade de limitação da propriedade privada por meio da garantia de sua função social, ou seja, a condicionalidade imposta para que além de privilégios haja o dever do proprietário em garantir que sua propriedade tenha um fim dentro do contexto urbano segue como um importante avanço dentro de uma sociedade pautada por privilégios patrimoniais.

Para a propriedade urbana atender sua função social, o Estatuto da cidade aponta as seguintes diretrizes de ordenação e controle do solo, no inciso VI do artigo 2º, visando a evitar: a) A utilização inadequada dos imóveis urbanos; (...) c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana (...) e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização (...) g) a poluição e degradação ambiental (Estatuto da Cidade, 2001, p. 46)

⁵⁰http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php

Para isso, cabe ao Plano Diretor a “simples” tarefa de construir mecanismos que possibilitem:

a) Democratizar o uso, ocupação e a posse do solo urbano (...); b) promover a justa distribuição dos ônus e encargos decorrentes das obras e serviços da infraestrutura urbana; c) recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público; d) gerar recursos para o atendimento da demanda de infraestrutura e de serviços públicos provocada pelo adensamento decorrente da verticalização das edificações e para a implantação de infraestrutura em áreas não servidas; e) promover o adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos, sancionando a sua retenção especulativa; de modo a coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor. (Estatuto da Cidade, 2001, p. 47)

Entretanto, a própria lei prevê inúmeras formas de reverter o processo de desapropriação do imóvel que não exerce sua função social. Após receber pessoalmente o aviso da ilegalidade cometida pela subutilização de seu imóvel, há uma margem de possibilidades para que isso seja feito em um prazo bastante alargado se considerados os problemas urbanos consequentes desta ação:

O caso da exigibilidade da função social dos imóveis urbanos é então emblemático de como o aparato jurídico pode servir para postergar o exercício de um direito “garantido”. (...) exige a legislação vigente à notificação do proprietário que possuir imóvel não edificado, subutilizado ou não edificado para que o mesmo cumpra as obrigações listadas. (...) o próprio Estatuto da Cidade elege o prazo mínimo, ou seja, pode ser perfeitamente estendido pela legislação local, de 01 (um) ano após notificação para que o proprietário do imóvel protocole projeto de parcelamento, de edificação ou de utilização junto ao órgão municipal competente. A partir deste momento, permite ainda o inciso II do parágrafo 4º do já citado artigo 5º do Estatuto, novo prazo mínimo de 02 (dois) anos, após a aprovação do projeto, para que o referido proprietário inicie as obras do empreendimento. Note-se ainda que esses prazos acima listados podem sofrer nova ampliação por previsão expressa do parágrafo 5º do mesmo artigo. Segundo o citado dispositivo, “em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional”, lei municipal específica (mais uma) poderá dilatar esses prazos na conformidade de conclusão da obra em etapas. Concede-se mais fôlego quando o agente descumpridor de suas obrigações constitucionais for detentor de uma grande área. (SILVA, s/d, p. 6)

Outro mecanismo previsto no Estatuto da Cidade para garantir a função social da propriedade é o IPTU progressivo no tempo, que prevê a cobrança de valores cada vez mais altos para imóveis que não cumprem sua função social. No entanto, apesar de sua relevância ele nunca foi aplicado na cidade de São Paulo.

Outro problema se dá sobre a interpretação do que é função social. Quem diz se de fato há ou não o cumprimento da lei é o município.

O imposto progressivo é ferramenta fundamental, mas não suficiente, segundo Kliass. O professor marxista vê nas relações de forças entre serviço público, burguesia e trabalhadores a necessidade de se entender que a justiça tributária só se dará quando a cidade tiver como função a democratização do espaço e serviços públicos urbanos. No mesmo caminho, arremata Ermínia Maricato: ‘a democracia atrapalha o mercado’. (MENDES & SARACK, 2013)

Os proprietários de imóveis vazios que não o negociam esperando a valorização proporcionada por investimentos públicos no entorno causam um grande ônus à cidade como um todo. Quando não se garante a função social da propriedade, os chamados especuladores imobiliários travam a democratização da cidade por meio da “prisão” de seu imóvel. A espera da valorização imobiliária faz com que o Poder Público não tenha muitas opções de efetivar o direito à moradia com habitação popular em áreas de maior infraestrutura, mantendo o histórico de construção nas franjas da cidade, aprofundando a segregação e necessitando que os gastos públicos se revertam para a criação de infraestrutura na instalação de novas unidades habitacionais, sendo que poderiam reverter estes gastos para a criação de políticas públicas em diferentes setores, como transporte, saúde e educação, entre outros, beneficiando a cidade como um todo. A Zona Sul da cidade de São Paulo é um exemplo; com a escassez de terra e com terrenos vazios, sem uso, esperando valorização, a saída foi o que se chamou popularmente de política “arrasa quarteirão”, ou seja, desapropriar quadras inteiras para construir.

Ao que nos parece, a pressão popular tem sido mais eficiente na efetivação de direitos do que a construção de novas leis. Visto deste modo, como adiantamos, a participação popular está como um dos princípios norteadores do Plano Diretor; a institucionalização deste recurso aparece como uma grande conquista para os trabalhadores e está constantemente presente nas ações coletivas de regularização fundiária. Conforme §4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deverá garantir:

- I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (*Estatuto da Cidade*, 2001, p. 49)

Apesar do grande avanço, a dificuldade em garantir uma participação de forma qualificada dos movimentos populares nestes espaços geraram mais um entrave, segundo Luiz Kohara (informe oral)⁵¹:

(...) muitas vezes o movimento achava que essa ocupação seria suficiente pra mudar a relação de forças dentro da máquina pública e mesmo da sociedade, e hoje temos claramente que é insuficiente, ali é só um pedaço, decidindo uma coisa muito específica. A própria máquina pública tem a capacidade de absorver a participação sem que a participação fosse um instrumento realmente de questionamento ou mudança na estrutura pública. (...) a participação é super importante mas é insuficiente se não estiver respaldada em pressão social, e o representante ter clareza que ele está respaldado por um grupo com capacidade de pressão, sem isso sinto que não tem nenhuma efetividade. (KOHARA, entrevista cedida em 10 de fevereiro de 2014)

No caso das audiências públicas, muitas vezes o modelo endurecido e não efetivamente participativo serviu apenas para legitimar decisões autoritárias travestidas de democráticas. Não são raros os exemplos em nossa experiência que comprovam esta afirmação. Nos casos estudados, a estratégia dos movimentos que atuam no extremo sul, dadas as experiências negativas nestes espaços, foi inicialmente de rejeitar essa forma de participação. Segundo os moradores, as audiências foram polos desmobilizadores, pois pelo excesso de discursos técnicos e pela pouca abertura para falas não institucionais, restou a eles assinarem uma ata de participação contrária a tudo que buscavam em termos de efetivação de políticas públicas habitacionais.

Além disso, quando os profissionais que atuavam em defesas das favelas, como a Defensoria Pública e advogados populares insistiam nesta forma de pressão, criava-se uma tensão na relação com os movimentos e moradores que acreditavam que esta forma de atuação já havia chegado ao limite.

Nesta conjuntura percebeu-se a necessidade de construção de debates preparatórios para as audiências públicas que seriam uma forma de qualificar a atuação dos moradores. Entretanto, na maioria das vezes os debates se direcionaram na insistência de judicializar as demandas em vez de aprofundar a participação popular, reforçando o desgaste sofrido por aqueles que por anos insistiram nesta forma de enfrentamento. Por outro lado, algumas experiências positivas se realizaram. Constatada a dificuldade da população em falar e ser ouvida nos espaços institucionais, o EM-PUCSP propôs, estrategicamente, antes de qualquer reunião deste molde um espaço de

⁵¹ Entrevista concedida por KOHARA, Luiz.. Entrevista. [10.02.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

preparação. O resultado foi de fato uma participação mais qualificada gerando um processo de compreensão coletiva do problema. Esta atuação, porém, se dava junto aos advogados populares, o que de alguma forma garantia uma segurança maior aos moradores, ao mesmo tempo que atestava uma certa dependência em relação a presença destes interlocutores. Segundo Daniella Bonilha⁵²

Antes das reuniões, a gente se preparava, fazia reuniões no Escritório, chamava as lideranças, pegava a pauta das últimas reuniões, liamos a ata e então analisávamos ponto por ponto das questões sem respostas. Perguntávamos o que eles queriam saber, que tipo de informações eles tinham para dar para o Poder Público e então a gente qualificava a participação desses moradores, porque muitas vezes nem direito a voz a gente tinha enquanto representantes desses moradores. Aí a gente percebeu em alguns meses que este espaço mudou de cara, o Poder Público se colocava de forma mais defensiva, as reuniões passaram a ser mais frequentes, deixaram de ser desmarcadas... Percebemos essa experiência como um avanço, mas ainda assim a dificuldade é enorme e aí a gente acaba ficando naquela preocupação: a gente fez todo esse trabalho com eles, de preparar junto, de qualificar a participação, e qual o momento da gente recuar? Por que tem essa dificuldade também, de você realmente empoderar aquele sujeito. Por diversas vezes quando a gente falava que não daria para acompanhar eles ficavam mais inseguros... também tem toda esta dificuldade, o Poder Público lida de forma muito diferente quando tem um advogado e quando tem um morador falando (...) eles se sentem mais acuados... (BONILHA, entrevista cedida 31 de janeiro de 2014)

Percebendo os limites na aplicação do Plano Diretor, organizações populares atuaram fortemente para que houvesse uma revisão de alguns pontos fundamentais, com o propósito de garantirem a pressão para sua efetivação.

O processo de revisão do Plano Diretor Estratégico da capital paulista começou em 27 de abril do ano passado. Foram 12 audiências públicas, organizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de avaliar o que havia de bom, e deveria permanecer, o que precisava ser mudado, o que tinha avançado, o que havia sido abandonado e quais as sugestões da sociedade para o novo texto. Após o processo foi elaborada uma minuta do plano, que também passou por audiências públicas nas 33 subprefeituras da cidade. O plano final do executivo municipal, Projeto de Lei 688/2013, foi entregue à Câmara Municipal em 26 de setembro de 2013. Na Câmara, o texto passou por 61 audiências públicas, até culminar no substitutivo da Comissão de Política Urbana da casa, aprovado em 30 de abril deste ano. Depois disso, foram mais dez audiências, e muita pressão de movimentos sociais e de outros setores da sociedade, até a votação de hoje. (GOMES, 2014)

⁵² Entrevista concedida por BONILHA, Daniella. Entrevista. [31.01.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

O texto base para a revisão foi elaborado pelo vereador Nabil Bonduki (PT) e dentre os principais avanços na área de moradia popular podemos destacar a ampliação de áreas de ZEIS. A obrigação das construtoras de empreendimentos a partir de 20 mil metros quadrados destinarem 10% da área para moradia popular (em área ou em recurso para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – Fundurb) pela primeira vez coloca como tarefa do Poder Público a construção de moradias através de recursos do Fundurb voltado para a locação social.⁵³

Outra grande aposta para resolver o problema habitacional foi a criação do Programa Minha Casa Minha Vida. Segundo documento oficial de divulgação, o Programa está no bojo das ações do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), criado em 2007 para garantia de investimentos em saneamento, urbanização de favelas e obras de infraestrutura econômica e social.

O programa Minha Casa Minha Vida se propõe a atender todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes e também aqueles que estão na faixa dos 50 mil e 100 mil e atestam déficit habitacional. O programa foi lançado no ano de 2009 pelo governo federal e atua em parceria com governadores e prefeitos. Com a proposta de construção de 1 milhão de moradias, ele se divide entre famílias com renda de até R\$ 1.395,00 com construções de 35 a 42 m² – estimativa de construção de 400 mil unidades. As outras parcelas atendidas pelo programa se dividem entre aqueles com renda de até R\$ 4.650,00, as construções por meio de associações e cooperativas e habitação rural. Um dos objetivos do Programa, além da construção das moradias, seria de gerar emprego e renda por meio do investimento nas construções. Segundo Erminia Maricato, em entrevista (“É a questão urbana, estúpido”) o Minha Casa Minha Vida foi uma parceria entre governo federal e empresários da construção, suas consequências estão diretamente ligadas a esta característica – ou seja, não nasce como construção coletiva dos movimentos sociais ligados ao direito à cidade. O avanço do mercado imobiliário está intimamente ligado à implementação do Programa:

Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades. Enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, contrariando a tendência anterior, em 2010 o crescimento nacional foi de 7,5% e o da construção civil, de 11,7%.

⁵³ João Sette Whitaker Ferreira em seu blog “Cidades para quem?” nos apresentou que este avanço no Plano Diretor, em sua prática, não efetiva aquilo que os movimentos sociais buscavam com sua aprovação – o de efetivar uma democratização da cidade, já que segundo o autor, há diversas formas de “cumprir a lei” não cumprindo-a – dada as características patrimonialistas de nosso Estado. Para aprofundar: <http://cidadesparaquem.org/blog/2014/11/29/o-patrimonialismo-e-as-leis-facultativas-o-caso-da-cota-de-solidariedade-em-so-paulo>

Em seis regiões metropolitanas, o desemprego, que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012. A taxa de desemprego da construção civil no período diminuiu de 9,8% para 2,7%. O investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões em 2011, e os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$ 784.727 para mais de R\$ 5,3 bilhões em 2011. (MARICATO, 2013)

A questão habitacional passou a ser resolvida por meio de construções limitadas pela vontade do especulador imobiliário. Assim, restou aos trabalhadores continuar morando nos locais onde a terra é mais barata, sem a infraestrutura necessária. Márcia Terlizzi (informe oral)⁵⁴, expressa como tem sido resolvida a questão habitacional no âmbito municipal a partir do Programa:

O Mercado imobiliário sempre foi o nosso inimigo, mas isso mudou. Existe hoje um grande nível de empresário que são super parceiros na construção de habitação popular. Eles têm agilidade, constroem, a gente indica demanda e está resolvido. O contra é que não existe política urbana, ele vai fazer onde a terra é barata. A Prefeitura é que vai comprar o terreno e ele constrói onde a prefeitura quer. Atualmente, o mercado é parceiro, já que dentro do Programa vão manter sua margem de lucro e vão fazer tudo direitinho o que a gente mandar. (TERLIZZI, Entrevista cedida em 5 de maio de 2014)

Mais uma vez, o problema da localização e da garantia do direito à cidade está submetido às leis do mercado, ao preço da terra. Segundo o coordenador do Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia:

A principal reivindicação é que tenha uma política habitacional efetiva nos termos da localização. O Minha Casa Minha Vida é gestado na Caixa e realizado pelos empresários. O que acontece é que o valor é fixo, o que os empresários conseguem ganhar é com o valor da terra, ou seja, procuram onde a terra é mais barata. Reproduzindo prática de construir grandes conjuntos habitacionais em áreas sem infraestrutura gerando toda a segregação da população mais pobre. Sem equipamento social, sem mobilidade... Criam-se guetos com uma segregação fortíssima, então uma das maiores reivindicações hoje é assegurar a moradia onde tenha maior infraestrutura. Eu acho que cada vez mais está ficando forte nos movimentos, não só ter a casa no sentido do imóvel, mas que favoreça o acesso. (KOHARA, Entrevista cedida em 10 de fevereiro de 2014)

Ainda segundo Maricato, para além dos empregos gerados na construção civil, as consequências do Programa estão longe de garantir aquilo que, ao menos no discurso, se propôs:

⁵⁴ Entrevista concedida por TERLIZZI, Márcia.. Entrevista. [05.05.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

Em São Paulo, o preço dos imóveis aumentou 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit. Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um Judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras. (MARICATO, 2013)

Esse aparente retrocesso apenas confirma uma lógica em que as leis são construídas e efetivadas a partir de interesses de classe. O programa, ao que nos parece, não foi feito para atender os interesses da população, ainda que o faça parcialmente, mas sim para atender prioritariamente o dono do terreno, aquele que vende, que constrói, ou seja, os que participaram da construção da lei ou os que dialogam diretamente com os gestores das políticas públicas.

O Minha Casa Minha Vida tem que ser compreendido não como uma política habitacional, mas como uma política de construção de habitação. Há, portanto, uma grande diferença nesta questão desde o momento em que se redige a lei até a sua aplicação. O Programa ocupa um espaço “vazio” – a ausência de política urbana – e o faz de uma forma que não resolve o problema, tanto que apesar dele há ainda um grande déficit habitacional. No entanto, ele abriu espaço para uma nova luta dentro dos movimentos sociais, que é de pressionar o Governo para que seja de fato um Programa que atenda a população mais necessitada.

4.3. A questão dos operadores do direito

Uma importante vitória dos movimentos sociais, em sua estratégia de proposição e de aplicação de leis, foi conquista tardia da Defensoria Pública no Estado de São Paulo em Janeiro de 2006. A DPE-SP foi uma demanda trazida pelos movimentos sociais que criaram o “Movimento pela criação da Defensoria”, em 2002. A autonomia administrativa desse órgão possibilita que ele empreenda ações mais combativas. No entanto, pelo grande demanda existente, há também um déficit de atendimento que é suprido, mesmo que de forma provisória, por convênios com outras instituições, entre as quais pode-se mencionar o EM-PUCSP.

A luta pela moradia nas favelas estudadas, conforme pudemos observar, está intimamente ligada à luta jurídica iniciada pelo sentimento de insegurança na posse – seja por conta de ameaças, seja pela falta de informação e clareza sobre os direitos de seus moradores – travada junto a esses órgãos institucionais, no caso DPE-SP e o EM-PUCSP

Trabalharemos neste momento a partir das nossas experiências pessoais e das inúmeras tentativas de se buscar respostas para os problemas apresentados.

O Núcleo de Prática Jurídica: Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da Faculdade de Direito da PUC-SP nasce em cumprimento à Portaria 1886/94 do Ministério da Educação, no que se refere ao seu art. 10º, §1º que prevê a necessidade de Núcleos de Práticas Jurídicas em todas as faculdades de Direito. Em 2006 concretizou-se uma parceria firmada pelo convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP). O trabalho do EM-PUCSP dividia-se em duas grandes frentes: casos individuais (contencioso) e casos coletivos (projetos sociais). A segunda, especificamente, trabalha em parceria com o Núcleo de Habitação e Urbanismo da DPE-SP.

Apesar de funcionar como uma extensão universitária da Faculdade de Direito da PUC-SP a equipe de trabalho é formada não só por advogados e estudantes desta área, mas por profissionais como assistentes sociais, sociólogos e psicólogos. Nas ações coletivas, sobretudo casos de regularização fundiária, a atuação de outros profissionais foi necessária, porque se acreditava que a luta pela moradia envolvia diversos atores. Inicialmente, ainda com uma visão limitada, os assistentes sociais exerciam uma função burocrática de recolher e organizar documentos dos moradores para serem anexados nas ações propostas. Percebeu-se, no entanto, que alguns avanços conquistados dialogavam com a capacidade de mobilização desses profissionais. Neste sentido, o protagonista de todas as ações passou a ser os próprios moradores, com vistas a potencializar sua força para o avanço das ações jurídicas. Adiante trabalharemos com maior profundidade os limites das leis e do judiciário na luta pela moradia.

Contudo, pelo histórico apontado, pudemos perceber que, muitas vezes, ações “no papel” desarticuladas da história de vida de cada morador da favela são apenas papéis, as respostas já estão prontas. Colocava-se como necessário, naquele momento, buscar formas de mudar essas respostas prontas por diversos outros meios, tais quais a pressão direta ou a própria sensibilização do judiciário. Para isso, era fundamental conhecer profundamente as especificidades de cada favela e dar a devida importância a

um processo de formação em direitos e até mesmo formação política dos moradores – articulados com outras frentes de atuação – para que a pressão fosse cada vez mais qualificada e mais efetiva.

A partir deste diagnóstico, o EM-PUCSP “montou” sua metodologia de atuação dialogando com a experiência da luta pela moradia de uma favela em Fortaleza-CE.⁵⁵

METODOLOGIA DO TRABALHO JURÍDICO SOCIAL DO ESCRITÓRIO MODELO PUC-SP⁵⁶

1º passo: A comunidade entra em contato com os advogados e equipe social (assistentes sociais e socióloga) que a partir daí levarão aos moradores da comunidade o conhecimento do que é a Regularização Fundiária levantando o histórico da comunidade e o histórico fundiário da área.

Obs.: esta atividade é feita no Escritório Modelo com ao menos um profissional do Direito e um da equipe social.

2º passo: Os advogados e a equipe social auxiliam os moradores para obtenção da regularização fundiária, verificando junto a eles quais são as demandas da região e qual o perfil dos moradores que serão beneficiados com a regularização. Esse perfil dos moradores é obtido pelo próximo passo.

Neste momento a atuação de todos os profissionais junto aos representantes da comunidade é fundamental, já que diversos olhares serão necessários para tomarmos a atitude mais pertinente de acordo com cada caso.

3º passo: Cadastramento dos moradores da área. O cadastro da situação socioeconômica da família é fundamental, porque será a partir dessas informações que o processo de regularização caminhará de maneira específica para cada comunidade.

A construção, assim como a aplicação do cadastro, é feita por toda a equipe, desde o debate sobre a pertinência das questões para nossa atuação jurídica e social, até a melhor forma de aplicá-lo.

Além disso, fazemos também a tabulação e análise dos dados que serão base fundamental de nossa atuação jurídico-social.

4º Passo: Após essa verificação, os profissionais jurídicos e sociais analisam quais medidas e instrumentos são mais adequados para a Regularização Fundiária do local.

5º Passo: Chegando-se à conclusão conjunta do instrumento mais adequado à regularização fundiária, é feita uma reunião com toda a comunidade para explicar a ação proposta e para verificar se os moradores estão de acordo com a solução encontrada para a regularização fundiária da área, colhendo suas opiniões, sugestões e alternativas.

Neste momento, a metodologia utilizada será a “Ação participativa”, ou seja, cursos e oficinas sobre os temas trazidos pelos moradores, dialogando com o objetivo comum (nosso e da comunidade) que é a regularização fundiária.

6º passo: Com a conclusão final dos moradores e profissionais que os auxiliam sobre o instrumento utilizado para a regularização da área, é informado à comunidade quais os documentos necessários de serem juntados na ação proposta.

Todos os documentos deverão ser entregues para os profissionais o mais rápido possível. Nesta fase, o comprometimento da comunidade é muito importante, pois enquanto os documentos não

⁵⁵ Experiência vivida pelo Núcleo de Habitação e Meio Ambiente (Nuhab) no processo de Regularização Fundiária da favela Terra Prometida (2007).

⁵⁶ Material disponibilizado pelo EM - PUCSP

forem entregues não será possível entrar com qualquer ação ou tomar qualquer outra providência em favor da comunidade.

Uma comunidade ciente da ação, articulada e empenhada na luta pela garantia de seus direitos fará com que esta fase seja bastante simples e rápida.

Da decisão do melhor instrumento até a efetivação da regularização, o EM acompanha a associação de moradores (representante jurídico da comunidade) periodicamente nas ações junto à comunidade, assim como nas reuniões com o Poder Público. A equipe interdisciplinar é fundamental nesse processo, já que capacita as lideranças para que sejam de fato representativas na comunidade (ou seja, para que a associação não cumpra apenas o papel de instrumento jurídico, mas que busque a efetivação dos direitos sociais de tod@s os moradores). Para isso, a equipe tem que estar muito bem preparada – compreender e aprofundar o histórico de nossa cidade (seu processo de urbanização e periferização), as políticas públicas de habitação e de assistência social, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, o diálogo entre a realidade específica da comunidade e a luta pela moradia etc.

7º passo: formação, articulação com movimentos e organizações sociais

Para a efetivação desse importante passo o acompanhamento da evolução da associação de moradores ou do grupo de lideranças é fundamental para que todos os atores envolvidos construam juntos as raízes dos problemas que afetam a comunidade. Para isso, devemos contar ao longo do processo com os nossos parceiros, entidades e organizações sociais que também atuam na comunidade e que se configuram como uma força importante para impulsionar a autonomia da comunidade neste processo.

8º passo: Avaliação participativa – finalização da ação jurídica social.

Segundo documentos disponibilizados, a realização da metodologia de trabalho proposta (trabalho interdisciplinar), promoveu a construção de uma forte identidade entre o EM PUC-SP e os moradores das favelas atendidas, estreitando os laços de confiança, fundamentais para o processo de regularização fundiária que costuma ser longo. O dia-a-dia nas favelas possibilitou que seus moradores percebessem seu papel na sociedade, dando-lhes maior segurança para lutarem por seus direitos, assim como, para recuperar a dignidade que lhes foi roubada.

Pode-se perceber pelo documento apresentado que o objetivo do trabalho naquele momento apontado como último “passo” da metodologia, antes do fechamento final, seria a formação e articulação junto aos movimentos sociais. Nesta perspectiva, no ano de 2009 criou-se o curso de Defensores Populares em parceria com diversas entidades e movimentos sociais, como DPE-SP, UMM, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, CEDECA Interlagos, CEPIS (Centro de Educação Popular Sedes Sapientiae). A primeira turma deste curso, que acontece anualmente, era especificamente voltada para a luta pela moradia, conforme o folder informativo do curso:

Defensoria Pública do Estado
I Curso de Defensores Populares

CRONOGRAMA

04/04 – Identidade do Grupo /Direito à Moradia
com Erminia Maricato / Carlos Loureiro

25/04 - Direito à Cidade e à Moradia
com Mariana Fix / Tiaraju Pablo

09/05 - Formação do povo brasileiro
com Ricardo Gebrim

23/05 - Noções do Estado brasileiro
com Eunice Aparecida de Jesus Prudente

06/06 - Economia e Mundo do Trabalho
com Elifas de Paula

20/06 - História dos movimentos sociais no Brasil
com Frei Betto / Dito / Amelinha

04/07 - Globalização
com Silvio Tendler

18/07 - Direitos Humanos
com José Damião / Thiago Fensterseiler

01/08 - A questão agrária
com Maria Amélia de Almeida Teles / Monica de Melo

15/08 - Segurança Pública
com Adriana Loche / Renato De Vito

29/08 - Políticas Públicas e Inclusão Social
a confirmar

12/09 - Questão de gênero
com Ney Strozake / Wagner Giron de La Torre

26/09 - Direito à Comunicação
com Representante do Intervenientes / Renata Tibiryjá

17/10 - Acesso à Justiça
com Representantes do MPD, A/JD e DPE

07/11 – Cidadania e Participação Popular

* Cronograma sujeito a alterações

Local

Defensoria Pública da União em São Paulo (DPU/SP), Rua Fernando de Albuquerque, nº155, Consoção.

Horário: 9h às 13h

Informações: (11) 3101.8455

Realização

Apoio: Defensoria Pública da União em São Paulo (DPU/SP), Curso Promotoras Legais, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central de Movimentos Populares (CMP), Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), União de Mulheres de São Paulo e CEDECA Interlagos.

Material de Divulgação do I Curso de Defensores Populares

Conteúdo: Realizadores do curso

Imagem e Produção: Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública do Estado

Impressão: Escola da Defensoria Pública do Estado

Março de 2009

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

I Curso de Defensores Populares
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

De 4 de abril a 7 de novembro de 2009

O que é o I Curso de Defensores Populares?

○ **I Curso de Defensores Populares – Direito à Moradia** tem por objetivo a formação de lideranças populares capazes de combater a pressão social que sofrem diariamente as camadas menos favorecidas, capacitando-as para que encaminhem suas demandas autonomamente.

Serão formadas lideranças populares, ligadas ou não a movimentos sociais, com alguma prática, que se iniciaram na mobilização popular, mas sem grande acúmulo teórico em direitos e instrumentos de acesso à justiça. O foco deste primeiro curso são lideranças que lutam pela moradia digna.

Os inscritos devem se comprometer a participar de todas as etapas de formação do curso, em repassar o conteúdo apreendido e utilizá-lo no dia-a-dia para a transformação social.

www.defensoria.sp.gov.br
I Curso de Defensores Populares

Folder do I Curso de Defensores Populares
Fonte: Arquivo EM – PUCSP

Ao final do curso a equipe do Escritório Modelo percebeu um enorme avanço na organização dos participantes, conforme matéria realizada pela APADEP,

Sabrina Durigon Marques, gestora da equipe de projetos sociais do Escritório Modelo da PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica), afirma que pôde perceber no dia-a-dia a mudança de organização das comunidades. ‘Percebemos no cotidiano que os objetivos do curso foram atingidos, pois uma vez que muitos Defensores Populares fazem parte das comunidades que atendemos aqui no Escritório Modelo, foi possível visualizar claramente esse crescimento na organização interna das associações de moradores’. A gestora ainda aponta a responsabilidade assumida por esses Defensores Populares como uma das consequências positivas do curso: ‘Os Defensores Populares têm como compromisso multiplicar o saber para os demais membros das organizações das quais participam e, dessa forma, eles têm mais subsídios para lutar coletivamente por seus direitos’. (APADEP, 2009)

Esse curso foi um marco na atuação do EM-PUCSP, pois preenchia, ao menos em algumas instâncias, as lacunas da formação política dos moradores. Importante lembrar que a escolha dos educadores estava em concordância com o objetivo de garantir este tipo de formação, ou seja, que não fosse uma formação apenas técnico-burocrática em Direitos Humanos, mas que se fizesse uma reflexão profunda sobre a realidade brasileira. Sendo assim, os educadores foram escolhidos de acordo com o

seguinte perfil: conhecimento profundo do tema abordado – seja enquanto acadêmicos seja enquanto profissionais de suas áreas – e atuação junto aos movimentos sociais. Vale ressaltar que na formatura do primeiro curso, a palestrante escolhida como paraninfa da turma foi Ermínia Maricato e do segundo, João Pedro Stedile, importante liderança do MST.

Além do curso “Defensores Populares” e de atividades formativas periódicas (ainda que não tão equilibradas entre as favelas), o EM-PUCSP esteve na coordenação da “Jornada de Moradia Digna”, como já mencionada, organizada por um conjunto de movimentos de moradia de São Paulo, buscando o envolvimento dos moradores das favelas atendidas.

O EM-PUCSP, obviamente, não é um movimento social e algumas das tarefas por ele assumidas, como politizar a luta, organizar os trabalhadores das favelas, realizar um processo de formação política e em direitos humanos, não caberia a ele. A estratégia e tática de uma luta como esta necessita um determinado aprofundamento sobre a realidade e um outro tipo de dedicação que não a contratual entre aqueles que prestam seus serviços neste espaço.

Uma organização política, com táticas e estratégias claras de intervenção na realidade deveriam ocupar este espaço. Contudo, na maioria das favelas havia um “vazio” organizativo a ser preenchido; vazio muitas vezes ocupado pelo tráfico, por visitas pontuais de diversos vereadores de partidos distintos, pela própria igreja, e por organizações sociais de defesa dos direitos humanos, como o EM-PUCSP. Poucas destas favelas estavam articuladas ou organizadas com movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia. A necessidade de algum tipo de pressão popular para que se efetivassem alguns direitos fez com que o EM-PUCSP assumisse uma tarefa que, ao menos historicamente, caberia aos movimentos sociais de luta pela moradia, ou mesmo aos partidos políticos comprometidos com uma estratégia de transformação e resistência. Esse papel esquizofrênico assumido um tanto quanto espontaneamente, trouxe diversos avanços para a luta das favelas. No entanto, em muitos momentos houve uma cobrança tanto dos moradores quanto dos movimentos sociais de que o EM – PUCSP se comportasse conforme o papel assumido, o que não foi possível gerando assim frustrações e em alguns momentos um retrocesso no trabalho.

Neste contexto percebeu-se que a participação de lideranças e moradores “atendidos” pelo EM-PUCSP foi bastante desequilibrada. Nas assembleias dentro das favelas, o número de pessoas diminuía e só havia uma adesão da maioria quando o risco

de remoção estava muito latente. Além disso, a metodologia proposta parecia um tanto quanto superestimada para a equipe que a compunha: uma gestora, três advogadas, duas assistentes sociais e uma socióloga (além dos estagiários). Outra questão se referia à organização interna do trabalho, como estes profissionais eram autônomos, segundo contrato firmado entre eles e a PUC-SP, e dependiam da renovação contratual anual com a DPE-SP, não permaneciam, na maioria das vezes por mais de dois anos, já que a necessidade de garantir algum emprego mais seguro se tornava prioridade em muitos casos. Isto gerava uma frustração para a equipe de profissionais e para os moradores, pois o processo de legitimação dos profissionais pelas favelas atendidas é longo, dado que os laços de confiança são construídos com o tempo.

Características específicas da classe trabalhadora que vive em uma cidade permeada por problemas de infraestrutura, como transporte público precário, dificuldades no acesso ao sistema de saúde, educação e favelas marcadas por anos de violência, fez com que a efetivação de um processo de formação contínuo se tornasse praticamente impossível. Ainda mais dentro de uma conjuntura de insegurança e desconfiança dos meios institucionais.

Nas diversas reuniões que fizemos nas favelas estudadas, não era raro ouvirmos “Eu paguei pela casa” ou caso fosse uma ocupação “Eu quero pagar, não quero nada de graça”. Nas falas dos moradores há uma clareza sobre a situação de opressão e de precariedade vivida, mas no que diz respeito ao direito à moradia, isto não está muito claro. Tanto que a tarefa do advogado nestes casos, além de regularização da moradia, é também a de informar sobre a real situação e de amenizar o sentimento de pressão com falas controversas ou ininteligíveis do Poder Público. Isso fica evidente pelo fato de que em inúmeras reuniões, nas quais os moradores foram sem o auxílio técnico destes advogados ou de outros profissionais, havia a informação de que o direito que eles pleiteavam não existia.

Interessante ressaltar um exemplo de consequências drásticas aos moradores por se sentirem pressionados e sem a devida informação. Em um cortiço localizado no Bairro do Belém, Zona leste de São Paulo, propôs-se uma ação de usucapião às 16 famílias que lá viviam. O terreno era de interesse da CDHU para a construção futura de prédios de habitação popular. No entanto havia ainda uma briga jurídica porque os moradores tinham direito à usucapião, já que estavam em terreno particular há mais de 10 anos. A proposta da CDHU foi a de que caso os moradores saíssem do local, eles receberiam uma indenização pelo terreno de acordo com o valor de mercado (vale

ressaltar que o terreno está nas proximidades do metrô Belém e em frente a um grande espaço de cultura, arte e lazer – SESC Belenzinho). Em paralelo a esta tramitação, os moradores foram direcionados a um atendimento habitacional promovido pela CDHU que ofereceu unidades habitacionais nas proximidades, pressionando-os para que deixassem o local e desistissem da ação de usucapião. Os moradores tiveram que assinar um termo desistindo de seus direitos para terem um atendimento habitacional. Em outro local – Vila Itororó, no bairro da Bela Vista, região central da cidade – na mesma situação, a desistência da ação de usucapião não foi condição para que os moradores saíssem de suas casas. Se vencerem a ação, esses moradores receberão a indenização para quitar o financiamento das unidades habitacionais da CDHU. Vale lembrar que a Vila Itororó tem um histórico de forte resistência e luta pelo direito à moradia, que não garantiu a permanência no local. Entretanto, pelo menos não houve desistência na ação de Usucapião. Diferentes respostas às mesmas situações não são raras, o desfecho de cada história está intimamente ligada ao poder de resistência e articulação dos moradores ou movimentos populares.

Diversos exemplos são necessários para refletirmos sobre os limites dessas tentativas. É fundamental repensarmos as táticas e estratégias da luta pela moradia a partir delas. Por que não avançamos? Ao avançarmos, quais os limites para que o direito à moradia seja realmente efetivado?

Fabiana, uma moradora do Parque Cocaia I que participou ativamente pela regularização da favela teve que se afastar da luta porque saía de casa de madrugada, chegava a noite e não conseguia mais participar das reuniões da favela no período noturno. Fabiana sempre foi dona de casa, teve uma participação fundamental nos processos de resistência da favela, mas por necessidades cotidianas limitou esta atuação por conta do tempo dedicado ao trabalho. Na favela do Moinho, localizada no centro da cidade, a situação de extrema precariedade vivida pelos moradores, problemas com álcool, drogas e prostituição, a presença forte do tráfico (muitas reuniões foram realizadas com um dos traficantes “dono” da favela presente via celular, pois estava preso), entre outros, foram elementos que limitaram o avanço das ações. Como vimos, na Favela Dezenove, em uma tentativa de formação da associação de moradores, lideranças ligadas ao tráfico limitaram a atuação do EM-PUCSP e por isso houve um afastamento entre a favela e o EM-PUCSP sentido até hoje. A casa que cai no córrego obrigou os moradores da Favela São Bento a se deslocarem, enfraquecendo a luta dos que ficaram. A desconfiança, absolutamente compreensível, de movimentos que atuam

no cotidiano das favelas frente às instituições jurídicas segmenta as lutas, pois as ações destas instituições sem um diálogo efetivo com a realidade do local podem desmobilizar um trabalho que demorou anos para ser construído. As expectativas geradas pelos inúmeros atores envolvidos podem ter consequências irreversíveis quando frustradas.

Podemos nos alongar sobre a necessidade de não personalizar a luta, de que se formem lideranças em todo o processo, que a falta de uma pessoa não prejudique ou coloque em risco o avanço das possibilidades de efetivação do direito à moradia. Porém, a necessidade de um processo formativo, de educação popular que dialogue com a realidade cotidiana dos moradores se faz necessário. A luta forma e transforma, mas isso não extingue a necessidade de formação política de todos os envolvidos para que se criem estratégias de atuação a partir da conjuntura dada e das perspectivas almejadas.

O EM PUC-SP se propôs a cobrir uma lacuna necessária desta formação, o que foi possível apenas de forma pontual. Nesse sentido estar no cotidiano da vida desses trabalhadores e auxiliá-los no processo de formação pode ser mais profícuo do que proposições de ações jurídicas ou a participação estéril em espaços institucionalizados onde, de fato, não há espaços para novas propostas.

Esta avaliação é percebida por diversos operadores do Direito que contribuíram para avançarmos em nossa reflexão apresentando novos elementos para analisarmos com maior profundidade esta problemática.

As leis que garantem o direito à moradia como direito social ainda necessitam de um aprofundamento pelos operadores do direito, pelos movimentos sociais e por toda a população. Percebemos, por diversas experiências que o juiz não compreende o direito à moradia porque não é interessante para ele fazê-lo, falaremos disso adiante. Entretanto, os operadores do Direito e principalmente os movimentos sociais não as entendem porque há algo nebuloso em nossa história que fez com que compreendêssemos o direito à moradia como o direito ao consumo de uma mercadoria, algo que necessita de uma transição monetária para se efetivar. O direito à moradia não é apropriado como um direito social de fato; está ainda muito vinculado à lógica da mercadoria.

Tem que estar no mesmo patamar que saúde, educação, transporte, à medida que a criança mora mal, a chance dela ser reprovada é quatro vezes, a evasão é muito maior, porque ela não dorme direito, ela não tem lugar para fazer lição, mas quando ela chega na escola, ela é cobrada como se ela tivesse, aquilo vai transformando a escola em um ambiente hostil à realidade dela. Direito à Moradia além de ser uma estrutura, uma casa, uma infraestrutura urbana... é também onde possa ter facilidade de acesso a toda a infraestrutura, acesso à cidade. A moradia é que estrutura a vida das pessoas... Perguntei para uma

menina de 14 anos: *o que mudou de um cortiço para um apartamento? Quando eu morava no cortiço eu pensava que eu era burrinha, agora que eu moro nesse apartamento eu sei que posso fazer uma faculdade.* Direito à moradia perpassa ao direito à dignidade humana, porque à medida que ela não tinha acesso àquela condição, ela sentia que era menos digna, até de sua autoestima duvidar de sua capacidade, mudou a capacidade dela, se sentiu segura, portadora de direito, podia avançar. (KOHARA. Entrevista cedida em 10 de fevereiro de 2014)

No caso dos operadores do Direito há um grande entrave desde o início da formação, já que ela, de maneira geral, está vinculada à necessidade de domínio da técnica jurídica para sua utilização de acordo com os interesses do cliente, que na maioria das vezes se difere muito do perfil dos moradores das favelas. O advogado formado que passa em algum momento de sua vida a trabalhar como advogado popular começa a viver diversas contradições entre aquilo que aprendeu na universidade e aquilo que deverá ter como repertório político-social para a sua atuação. Além disso, se coloca como necessário atuar de forma horizontalizada com outros profissionais, assim como junto aos movimentos sociais. Isso também esbarra em alguns limites da própria instituição que representam, pois mesmo não “protocolado” coloca o advogado como aquele que “dita as regras”, enquanto os profissionais de outras áreas, os moradores e movimentos sociais servem como algo complementar ou instrumental, resultando em uma hierarquia que deslegitima o processo popular da atuação.

Obviamente que o advogado e defensores públicos têm um papel técnico insubstituível nos processos ligados a luta jurídica pela moradia. Contudo, sem um trabalho interdisciplinar efetivo, a atuação meramente jurídica pode causar mais retrocessos do que avanços. Um advogado consegue, por exemplo, pela via judicial segurar um prazo; entretanto, na maioria das experiências narradas, o esgotamento jurídico de um caso implica buscar uma reversão por meio de outros instrumentos que não o jurídico. Também se coloca como necessário o próprio advogado popular acreditar em seus argumentos. Com toda uma estrutura contrária às posições defendidas, o fortalecimento destes argumentos e a publicização de vitórias populares nos meios institucionais são importantes para que aqueles que defendem o direito à moradia sejam de fato respeitados também tecnicamente. No próprio EM-PUCSP essa foi uma importante questão debatida nos últimos anos. Houve uma cobrança muito forte de uma parte de sua coordenação em relação aos advogados que atuavam na área de Projetos Sociais no processo de formação dos estagiários de Direito por conta do número reduzido de ações propostas em relação aos estagiários da área contenciosa. Não foi

contabilizado que para cada ação coletiva, um montante de trabalho acumulado – que necessitava tanto da técnica jurídica quanto do conhecimento em outras áreas das ciências humanas e aplicadas – era necessário e faziam parte de uma formação mais complexa e diferenciada deste futuro profissional. Isso fica evidente no relato de uma das advogadas dos projetos sociais do EM-PUCSP (informe oral)⁵⁷:

Em uma audiência com uma juíza do fórum de Pinheiros, começamos a falar de política habitacional em São Paulo e falávamos do auxílio aluguel, a juíza me perguntou o que era, porque ela nunca tinha ouvido falar. Para explicar, começamos a falar sobre a formação da cidade de São Paulo e o processo de periferação, ela me cortou na hora de uma forma... e disse: *Dra. estamos discutindo direito, não estou aqui para discutir política*. Então, você percebe a mentalidade, além da falta de sensibilidade, é de conhecimento. Mesmo o direito que ela defende, é feito por lei, discutido politicamente. Como o prédio estava desocupado, com uma dívida de IPTU e com risco de desabamento, pois o proprietário sequer faziam a manutenção, fazia todo sentido explicar o contexto para que ela entendesse que o prédio foi ocupado por trabalhadores que estavam morando, cuidando do bem... Entender o quão prejudicial era deixar imóveis ociosos. (BONILHA, Entrevista cedida em 31 de Janeiro de 2014)

Essa falta de conhecimento sobre o direito à moradia e o papel dos atores envolvidos é sentido em diversas formas de atuação. Duas das favelas estudadas, São Bento e Parque Cocaia I, são exemplos emblemáticos dos limites e consequências de uma atuação onde a judicialização e as visões prontas de uma atuação jurídica se transformaram em entraves ou dificultaram as ações, segundo relato das advogadas responsáveis (informe oral)⁵⁸:

No caso da favela São Bento o processo foi arquivado quando foi impetrado. O Mandado de Segurança foi recebido, o juiz apreciou, suspenderam algumas reintegrações de posse que estavam sendo executadas pela Prefeitura, teve uma importância aí de segurar, só que quando o judiciário apreciou o mérito com o recurso, eles negaram... O caso estava arquivado quando eu cheguei no Escritório porque a decisão do juiz foi definitiva, ele indefiniu, então pela decisão do juiz, a nossa atuação acabou. Era um caso, no meu ponto de vista, que a última coisa que deveria ser feita era a parte judiciária, o trabalho deveria ser outro, pela via administrativa, política, de articulação com a prefeitura... Tinha muita coisa para ser feita, perdemos o tino da coisa por conta da suspensão de 1 ano sem que a equipe tivesse atuado no caso... (BONILHA, entrevista cedida em 31 de Janeiro de 2014).

⁵⁷ Entrevista concedida por BONILHA, Daniella.. Entrevista. [31.01.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

⁵⁸ Entrevista concedida por TAVEIRA, Rachel.. Entrevista. [31.01.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

No Cocaia houve uma tentativa de levar o modelo que a gente aprende na faculdade – a associação de moradores para entrar com uma ação civil pública– para um lugar que era muito difícil articular dessa forma, as demandas são outras, quem atua lá – Rede Extremo Sul – consegue captar muito melhor as demandas do que a gente, isso já criou um distanciamento. Me lembro que nesta época assisti o filme *Amistad* e me identifiquei com uma cena de catequização e percebi que a gente não pode fazer isso. Tem uma tendência do advogado popular em dizer direito é isso, então a gente tem que fazer assim ou assado para a gente conquistar o direito de *vocês*, como se a gente soubesse o que é esse direito à moradia, qual o direito à moradia que aquelas pessoas querem... Todos têm o direito à mobilização, como eles entendem isso? Que mobilização eles precisam? Depois de muito tempo, eu, particularmente tive dificuldade de dialogar. Hoje percebemos que não temos condições de dar conta das demandas do cotidiano, isto tem que estar claro para os moradores. Quando consegui fazer esta leitura, do nosso papel – passar as informações dos processos para que eu tome a medida que *eles* entenderem, mas quem vai definir a estratégia é o *próprio movimento* – eu consegui aprender um pouco. (TAVEIRA, Entrevista cedida em 31 de Janeiro de 2014)

Há uma luta de muitos advogados progressistas para que as leis referentes ao direito à moradia e à cidade sejam implementadas no currículo das Faculdades de Direito. Isso demonstra o limite da atuação dos advogados, pois há um desconhecimento generalizado deste direito, que se torna assunto de especialista, isto é, ele é estudado apenas em disciplinas optativas ou em cursos de pós-graduação; somente aqueles que têm o interesse específico sobre o tema terão acesso a ele. Este desconhecimento foi sentido “na pele” pelo próprio Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo, ator importante da luta jurídica pela moradia no Estado. Aqueles que se dispuseram a trabalhar com este tema tiveram que, além de superar obstáculos “naturais” de uma instituição que nascia tardiamente no Estado, arcar com um desafio maior que seria o desconhecimento das formas de atuação, segundo o ex-coordenador do Núcleo de Habitação e urbanismo da DPE-SP Carlos Loureiro (informe oral)⁵⁹,

É necessário dizer que o núcleo de habitação e urbanismo na DPE embora seja criado com muita ansiedade e esperança pelos movimentos sociais que foram os principais movimentos pela criação da DPE, a verdade é que tínhamos pouquíssima ou nenhuma experiência na área. Então em primeiríssimo lugar é necessário salientar que era preciso aprender, contamos com muita gente generosa, Nelson Saule, passando pelo Gaspar Garcia, UMM, muita gente que proporcionou um certo aprendizado, ou seja, a gente começou praticamente do zero para fazer isso aí que era a regularização de favela. Mas enfim, um pouco de esforço de nossa parte e generosidade dos atores que tiveram paciência de nos ensinar.

⁵⁹ Entrevista concedida por LOUREIRO, Carlos. Entrevista. [05.05.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

A gente começou a fazer algumas tentativas no sentido de judicializar a política de regularização fundiária, de uma forma mais moderna, contando com os instrumentos do estatuto da cidade. O Ministério Público já fazia sob outra perspectiva. Não acredito que seja uma perspectiva ruim, mas não contava com os instrumentos do Estatuto da Cidade. (LOUREIRO, Entrevista cedida em 05 de maio de 2014)

Além do desconhecimento, Anaí Arantes (informe oral)⁶⁰, atual coordenadora do Núcleo aponta que outros desafios foram colocados, como, por exemplo, a resistência de grande parte dos próprios Defensores Públicos em atuar com o direito à moradia. Além da falta de intimidade com o tema, há um receio de como será feito o trabalho cotidiano junto aos atendidos, que não é mais um trabalho individual:

Internamente temos esse problema, as pessoas têm medo de trabalhar com este tema. Quando tem algo um pouco mais complexo que envolve direito à moradia tem uma resistência grande, medo, não intimidade com o tema, receio de assumir, tanto na questão técnica quanto saber lidar com a comunidade. *“Como a gente vai atender 500 famílias”*, as pessoas não sabem que têm um coletivo na comunidade que a representa... é muito diferente de fazer com o individual, isso não se aprende na faculdade...(ARANTES, Entrevista cedida em 10 de Fevereiro de 2014)

Outro entrave é a visão dos próprios movimentos e moradores que insistem na judicialização das ações. Como vimos, o cansaço promovido pelas incansáveis lutas cotidianas, os limites impostos nos espaços institucionais de participação e uma sociedade pautada no Estado como único poder legitimado implicam em uma visão por parte dos moradores de que judicializar é a única forma de conquista do direito buscado.

Nunca tiramos a judicialização da perspectiva, mas há momentos que não é a melhor estratégia, a gente sabe que o judiciário é muito conservador, então muitas vezes judicializar barra o canal de contato com o Poder Público. Judicializar geralmente é a última opção. Isso é um trabalho grande que a gente tem que fazer com os moradores, pois eles ficam ansiosos para que judicializemos as ações. Na verdade não judicializar é muito mais trabalhoso do que judicializar. Se a gente não entra com uma ação, a impressão é que não estamos trabalhando. A gente fala isso para os moradores, para entrar com a ação eu tenho um modelo pronto, eu entro amanhã. Eu entrei com ação acabou meu trabalho, para gente é mais fácil, já que coloca nas mãos do judiciário resolver a questão, eu não tenho muito mais o que fazer... Sendo assim, muitas vezes é menos efetivo, é um trabalho de fazer as pessoas entenderem isso, é um trabalho de confiança com a Defensoria, se ele acha que a gente está fazendo corpo mole tem um problema aí que é da relação de confiança, e a desconfiança é muito ruim para a relação, (...). Em geral o que a gente tenta fazer é explicar e tentar decidir

⁶⁰ Entrevista concedida por ARANTES, Anaí. Entrevista. [10.02.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

juntos e pactuar. (ARANTES, Entrevista cedida em 10 de Fevereiro de 2014)

Judicializar geralmente é a última opção. Nas entrevistas com diversos operadores do direito, tais como advogados, promotores e defensores públicos, essa estratégia de ação se justifica pelo papel conservador do judiciário. Maurício Antonio Ribeiro Lopes (informe oral)⁶¹, promotor público de Habitação e Urbanismo, nos auxilia nesta reflexão:

O judiciário é sensível à garantia da propriedade. Realizam reintegrações de posse para garantir o direito à propriedade com uma facilidade muito maior do que eles garantem o direito ao acesso à habitação popular (...) Ao judicializar, perdemos a capacidade de mediação do Ministério Público, você joga para o juiz um problema que tem uma dimensão social que é superior às decisões jurídicas. No entanto, o juiz está preparado para enfrentar as decisões jurídicas. Quando você opta pela mediação, pode lidar com soluções políticas do conflito, você alarga seus horizontes de compreensão e solução do problema, então judicializar é o que fazemos quando não temos condições de resolver por outra via. O juiz e os promotores também não têm vocação para lidar com o conflito social, a solução do problema passa pela equipe técnica capacitada pra compreender e ajudar no enfrentamento. Se dá pela mediação. (LOPES, Entrevista cedida em 13 de Fevereiro de 2014)

O juiz é definitivamente sensível ao direito à propriedade. Isso não ocorre obviamente por uma escolha aleatória de um dos lados em disputa – moradia ou propriedade –, mas porque o juiz defende os interesses de um Estado que como vimos está carregado por uma ideologia patrimonialista. Estado este umbilicalmente conectado a uma classe, a classe possuidora. Cabe, assim, ao juiz, no concreto do embate da contradição (reduzida ao processo) entre os trabalhadores e os não trabalhadores, a função de guardião do sistema, cuja estrutura jurídica repousa na ideologia da propriedade e do contrato (BALDEZ, 1989). O juiz, portanto, enquanto interlocutor deste Estado atua fortemente quando precisa reprimir os trabalhadores e, paralelamente, faz vistas grossas, mesmo dispondo de instrumentos jurídicos favoráveis à garantia do direito à moradia, ao provimento dos direitos sociais (BALDEZ, 1989). A ironia (na verdade a tragédia) desta realidade é que além da negação dos direitos sociais, as leis criadas pela pressão popular, não raras às vezes, imobilizaram os movimentos sociais e barraram conquistas efetivas à classe trabalhadora.

⁶¹ Entrevista concedida por LOPES, Maurício. Entrevista. [13.02.2014]. Entrevistador: Delana Corazza. São Paulo, 2014

É no trato cotidiano também que sua ideologia se expressa de forma tão nítida que nos cabe perguntar, por que ainda temos dúvidas sobre o desfecho final da maioria de ações em defesa do direito à moradia?

Esse mesmo juiz que destratou a Arlete, que é uma liderança, teve uma hora que ele terminou uma audiência, era uma audiência para ele verificar há quanto tempo eles estavam morando e tal, teve uma hora que ele pediu para que todos se retirassem para ficar só eu e o advogado da construtora na sala. Ele acendeu um cigarro dentro da sala dele, não pediu licença, nem perguntou se poderia, infringindo a lei, começou a falar de futebol com o cara da construtora, aí eu falei, bom, se eu levantar daqui, (...) eles vão bater um papo, podem criar uma puta de uma empatia, podem prejudicar os moradores. Então eu fiquei ali, meia hora, eles falando sobre futebol, sobre o Palmeiras... O cara da construtora, obviamente era amigo dele... eles começaram a falar de pessoas que eles conheciam em comum... Você já vê a empatia. Eu sou uma menina, trabalho com uma população de baixa renda, e tá lá ele falando que estudou no Palmares, ele ali, homem, mais velho... ficou evidente, ficou claro, que... primeiro que ele já tinha falado a decisão dele, que ele ia dar a liminar e ferrar a população, só que nesse momento ficou tão evidente que não tinha nada que nos ligasse... (BONILHA, entrevista cedida em 31 de Janeiro de 2014)

Exemplos individuais e de situações cotidianas não têm a pretensão de serem provas científicas de alguma hipótese. A proposta aqui é apenas ilustrar algumas situações provenientes de leituras que nos advertem sobre possibilidades contrárias àquilo que buscamos. Sendo assim, não podemos ignorar os resquícios que muitas vezes podem ser hegemônicos na atuação de uma classe jurídica marcada por uma visão de mundo limitada aos interesses de uma parte da sociedade.

Como realidade, e, em muitos momentos mais como símbolo do que realidade, o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. No soberano concentra-se todas as esperanças, de pobre e ricos, porque o Estado reflete o polo condutor da sociedade (FAORO, 2006, p. 827).

O direito à moradia esbarra no direito à propriedade, e o judiciário tem muita dificuldade em pensar que algo valha mais que a propriedade privada ou mesmo que este direito possa ser relativizado, “desabsolutizado”. Há diversas tentativas de transformar essa realidade por meio de uma formação do juiz, mas ela para na impossibilidade do poder judiciário ser neutro, pois atua conforme uma superestrutura definida, ideologicamente comprometida. Não podemos ignorar também que o processo de seleção dos juízes privilegia uma classe que teve acesso a uma educação de maior

qualidade, além de um tempo destinado exclusivamente aos estudos preparatórios para as provas de seleção.

O judiciário a rigor, deveria ser o ultimo a compreender a singularidade dos processos de regularização fundiária. Os juízes... quem é o juiz? é o filho da classe média conservadora que entende que só aquele que trabalha e ganha dinheiro tem direito a ter alguma coisa na vida. Não entende exploração, expropriação, dominação, ele desdenha isso, a cultura do juiz é avessa a tudo o quanto não está no processo; não é capaz de compreender essa complexidade jurídica, está muita além da cultura rasa do juiz, ele não quer. O juiz não quer se comprometer nessa complexidade política. A regularização fundiária toca do ponto de vista econômico e político de uma forma muito sensível, uma decisão isolada é incapaz, salvo exceções, não acontece. O judiciário não deveria ser destinatário desses processos, eles não estão preparados, a própria vida deles é avessa a entender a vida dos outros, aos processos de exploração. Ele não quer olhar nos olhos, se vale da cultura jurídica tradicional para construir um muro. (LOUREIRO, Entrevista cedida em 05 de maio de 2014))

O juiz, de maneira geral, pertence a uma classe que tem uma visão tradicional do conceito de propriedade privada. Ainda, se a aplicação do direito à moradia for realizado em sua essência, coloca-se em risco este direito visto como absoluto pelo judiciário, cria-se um nó difícil de ser desatado.

Não basta, com todo respeito, incluir direito urbanístico nas universidades, também acho importante, mas isso não é suficiente. Sequer é suficiente tornar o judiciário um pouco mais participativo, a gente sempre vai esbarrar no processo de seleção dos juízes, sempre vai privilegiar aqueles que tiveram mais condições de acesso. Esses são os juízes da classe média, é preciso uma revolução no ensino do país, é um atraso civilizatório, tem muito problema ligado ao outro. Ao invés de pensar nisso tudo, devemos principalmente fortalecer as comunidades, a gente não tem controle sobre a mentalidade dos jovens futuros operadores do direito. A consciência é estabelecida na vida cotidiana. (LOUREIRO, Entrevista cedida em 05 de maio de 2014))

A solução teórica e dentro do universo ainda utópico é o fim da propriedade privada, como vimos em Engels. O que vale refletirmos não é como construir táticas dentro de uma estratégia vinculada a uma sociedade onde a propriedade é socializada (essa discussão renderia uma outra dissertação). No momento faz-se necessário pensar onde estamos e para onde iremos a partir da correlação de forças dentro da atual conjuntura. O caminho escolhido por defensores, advogados e movimentos sociais – a judicialização de política pública – foi o possível nos últimos anos; não foi um erro tático de uma estratégia de transformação, foi o que de mais claro a conjuntura

apresentou como possibilidade. No entanto, como vimos, esta escolha esbarrou nos inúmeros obstáculos culturais, econômicos e ideológicos de uma demanda no judiciário.

Nesta conjuntura, o Estado tende a entender como uma afronta a suas prerrogativas de ser responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas. Isso mexe não só com uma resistência do ponto de vista administrativo, mas principalmente com a atuação dos representantes do Estado que, muitas vezes, têm dificuldades em suportar uma reivindicação realmente popular não submetida à lógica do favor. Há muita dificuldade em superar esta questão, pois isso não se resolve por via judicial; é muito difícil provar algo enraizado, percebido na estreiteza das relações, nas portas fechadas, por gestos que não se podem materializar em grandes formas jurídicas. Isso acontece no dia a dia da intervenção, nas diversas reuniões do Poder Público com as favelas, que acaba se impondo de forma sutil ou mais grosseira em suas propostas, às vezes de forma subliminar, com um favor aqui, outro ali, a custa de certa renúncia, de um favorecimento político.

Essa realidade coloca para todos envolvidos na luta pela moradia a necessidade de repensar as possíveis formas de atuação. Na verdade, nos parece que é o momento de recriarmos de maneira inovadora, os *novos personagens da história*; nos parece que a judicialização deve dar lugar à retomada de um vigor popular perdido nas últimas décadas. Coloca-se como necessário investir muito mais no fortalecimento de uma luta política fora do judiciário, mais contundente, criando laços de solidariedade e de identidade enquanto classe. Com isso é possível estabelecer processos de resistência de forma coletiva e ampla.

É preciso rever essa obsessão na judicialização de política fundiária, e diversificar os processos de resistência e até confiar em processos de resistência baseada em uma luta política mais direta, mas para isso é preciso fortalecer as comunidades. (...) é necessário fazer experiências, cada comunidade é diferente da outra, uma coisa que funciona aqui não funciona ali, não tem solução pronta, você tem que ir à comunidade, olhar nos olhos das pessoas, conversar com elas, saber o que elas querem, o que elas não querem, como foi a vida delas, qual foi a desgraça, qual o sonho. Precisa chegar lá e se fazer parte deles para pensar junto com eles uma estratégia de fortalecimento. Essas pessoas não foram simplesmente massacradas do ponto de vista socioterritorial, é toda uma vida cotidiana marcada pela miséria do começo ao fim, é preciso tratar as feridas. Para poder ter uma comunidade que realmente tenha capacidade política. (...) a gente não inventou outra saída, a judicialização aparece como única saída, por isso o vigor não se recupera tão cedo. Nossa história também é marcada por um processo de cooptação também nos espaços de participação, nos conselhos, isso gera uma disputa entre os

movimentos, é o meu movimento, minha ocupação, não se pensa no coletivo. (LOUREIRO, Entrevista cedida em 05 de maio de 2014))

O estar no território para reinventar as formas de atuação e superação de problemas tão enraizados passa por uma reavaliação da hierarquia dos saberes. Um processo de reconstrução dos sujeitos e de olharmos para a real importância de cada agente no todo da luta.

Das pessoas comprometidas, técnico ou não técnico, precisamos nos despir do nosso conhecimento técnico científico para estabelecer uma relação de confiança. A hierarquia barra mesmo sem o ator externo querer. É difícil entrar no espírito da comunidade, ganhar confiança, (...). O que eu penso é que a gente precisa se despir de nosso conhecimento técnico, ele é muito menos valioso do que a gente pensa. O que é mais importante é estar lá olhar nos olhos, saber dos sonhos e das misérias e estar presente para que a pessoa saiba que ela tem valor e pode fazer alguma coisa pela vida dela. Precisa acertar a vida privada dela, consigo mesmo também. (...). Só é capaz de fazer isso quem compreender que o conhecimento técnico não é suficiente e muitas vezes até contraproducente. É necessário se despir desse conhecimento, falar de regularização é muito importante, mas no cotidiano de uma parceria isso não vale nada, tem que falar a língua da comunidade e não falar com uma língua estranha por mais bem intencionada que ela seja. Eu não estou repudiando o direito urbanístico de vanguarda, mas o problema é que é uma língua extraterrestre para a comunidade. O morador tem que ter a percepção que a vida deles está ligada à vida dos outros também. Quem faz esse trabalho é quem tem coragem de ir até a comunidade e falar a língua do povo, não é fácil, demanda tempo, disposição paciência, (...) Não é um trabalho fácil, é difícilíssimo, não se encaixa em nenhuma profissão em nenhum técnico científico, tem que ter uma disposição humana, nenhum diploma te faz mais capaz de olhar nos olhos das pessoas e entender a vida delas, quem deve fazer, quem acredita, quem tem coragem, passa muito além do jurídico. (...) Eu não sou um derrotista do direito urbanístico, estou falando que é necessário ver a força do direito urbanístico de vanguarda com um pouco mais de modéstia, é preciso recuperar a força popular. Sejam honestos, nosso saber técnico é de utilidade muito reduzida, no meu ponto de vista ao invés de ficar apostando em tentar mudar a forma como o judiciário julga, vamos apostar na força das comunidades, no resgate da autoestima, na formação de uma solidariedade coletiva, na capacidade de mobilização política dessas comunidades, isso é mais importante a médio e longo prazo. (LOUREIRO, Entrevista cedida em 05 de maio de 2014)

Compreender a situação política e econômica e suas consequências sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil da população é fundamental para entendermos o descaso do Poder Público em relação à habitação popular e, conseqüentemente, os entraves na aplicação de suas leis. Contar com uma análise de conjuntura que carregue os diversos elementos que compõe a realidade é fundamental para a superação do

problema histórico apresentado. Entretanto, nos parece que ouvir de fato quem vive diariamente a “experiência de desrespeito” em todos os âmbitos da vida cotidiana esclarece a verdadeira história de nossa cidade. Que esta vida cotidiana marcada pela miséria e recomeço se torne material bruto para a construção de uma resistência coletiva que abrigue a todos, em todos os sentidos.

5. CONCLUSÕES

*Campo Limpo, Capão, no lugar em que nasci tinha os campinhos, os terrenos baldios... Sonhava que era tudo nosso. Já foi interior, hoje periferia com as casas cruas. As vacas com tetas nuas não existem mais, a cerca virou muro, óbvio, a cidade cresce, o muro cresce. Vieram os prédios, as delegacias, os puteiros e as Casas Bahia
Binho em sarau no Capão.*

5.1. A questão da reprodução do capital no espaço – um quadro explicativo

Se a gente já estava preocupado, com mais preocupação ficamos após tantos despejos, principalmente depois do que aconteceu com o Pinheirinho. O governo só quer saber de despejar o pobre, o mais humilde. O direito à moradia não está sendo respeitado. Quando há remoção, conforme diz a lei, as pessoas devem ir para outro lugar igual ou melhor do que antes, mas nos tratam pior que lixo, pois lixo é reciclado e o povo é descartado, jogado na rua. Pergunto se alguém conhece esse tal país sem miséria. O Brasil está virando uma vergonha, vejam a Cracolândia, um problema de saúde, virou caso de polícia. Colocam a polícia para espantar o povo e não resolvem nada. Nos despejos a polícia tem colocado luva na mão. Por quê? Para não ter impressão digital, já sabem que vão fazer alguma coisa errada. Para que Copa se eu não vou ter casa para assistir os jogos da Copa? O governo de São Paulo derruba os favelados e não respeita ninguém, crianças correm na rua com medo da polícia, que tem servido para atacar o povo. O povo precisa de reconhecimento, não de tortura e sofrimento. As ameaças de despejos são um terrorismo e uma tortura mental, ninguém diz o que de concreto irá acontecer. Sabemos que vamos sair, mas para onde vamos? Jd. Paraná é a minha comunidade, é a minha família, que futuro vou dar, aos 63 anos, para os meus filhos? O Rodoanel só vai servir para aproximar o aeroporto do restante da cidade, mas não tem serventia nenhuma para o povo. Esta Copa é para quem?

Sônia Maria Franco, 63 anos, moradora do Jd. Paraná, São Paulo, 17.2.2012.

Novas paisagens são seguidamente configuradas pela própria dinâmica do capitalismo em sua constante necessidade de se recriar. A destruição das cidades e sua reconstrução terão consequências diretas no cotidiano vivido pelos trabalhadores. No entanto, as consequências das crises do capital – e seu decorrente rearranjo de forças sociais, tanto entre os grupos dominantes quanto entre as diferentes classes – podem se tornar uma oportunidade para os trabalhadores vislumbrarem melhores condições de vida e o horizonte de uma nova sociedade.

A insegurança na posse vivida pelos moradores das favelas estudadas não é fruto do acaso, mas de uma “desorganização” espacial que sempre privilegiou uma classe em detrimento de outra na luta pelo espaço. Diferente do campo, o solo na cidade só passa a

ter interesse para a classe proprietária se estiver em uma área valorizada; isso não se dá de forma natural, obviamente, mas é fruto do trabalho social e de contradições inerentes ao capitalismo. Alguns lugares da cidade passam a ser o foco do interesse da classe dominante – seja pela facilidade de acesso, seja pela infraestrutura construída, – e é aí que a disputa entre a predominância do valor de troca sobre o valor de uso da moradia ocorre.

Para a classe dominante, uma parte do espaço será fundamental para seu processo de acumulação; para a classe trabalhadora, a luta para estar na cidade se dá tão somente pela necessidade de continuar vivendo, ou seja, pela sua reprodução enquanto trabalhadores. Esta contradição aparece de forma distinta dependendo da força de cada um que está em disputa.

É no espaço urbano que o capitalismo tem a potencialidade de se recriar, construindo novos desejos e necessidades. Por exemplo, quando há uma demanda da classe trabalhadora por habitação em um local em que o capital não pode mais ignorar, “resolve-se” o problema através de políticas públicas de habitação, aquecendo assim o mercado da construção e fragilizando o poder de pressão dos trabalhadores. (HARVEY, 2006)

Além disso, a expansão geográfica tem um papel fundamental para a manutenção do capitalismo, já que garante a circulação de mercadorias, fundamental para o processo de acumulação (2006). No entanto, os proprietários precisam identificar os meios mais fáceis desta acumulação, cujo avanço só é possível se encontrar no caminho espaços menos organizados, de menor resistência e maior fragilidade, na realidade global. (HARVEY, 2011)

É no espaço também que o capitalismo consegue se “salvar” em suas crises (compreende-se a crise como a impossibilidade de continuidade do fluxo do capital – algo que coloque em risco a capacidade de dinheiro se tornar mais dinheiro). Assim, justamente pelo fato de as contradições sociais se explicitarem nestes momentos de crise – pois o que está em jogo é a taxa de lucro dos capitalistas – e afetarem diretamente o cotidiano dos trabalhadores, seja pelo desemprego, pelo ataque aos direitos sociais conquistados, é que se torna possível alguns germes de construção de um movimento de resistência dos trabalhadores. Não são raras as vezes que esses processos de reinvenção do capital, por meio de construção do espaço urbano, são feitos de forma bastante violenta contra a classe trabalhadora; até mesmo com a destruição de espaços imensos para a construção de grandes obras demandadas pelo aparato do Estado (vale

pensar na construção de megaprojetos nos megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas). (HARVEY, 2011)

Mas esses processos não acontecem sem resistência. Para o geógrafo britânico David Harvey um dos exemplos disso são as ações populares brasileiras, como a luta pelo direito à moradia. Para o autor, elas têm em si um potencial de expandir suas reivindicações para demandas mais amplas. Ele acredita também que a construção do espaço ainda é um campo em disputa, atentando-se para o fato de que a atual conjuntura se encontra favorável ao capital em parceria com o Estado. Vale ressaltar que para Harvey, essa parceria não existe apenas nos momentos de crise, mas é pressuposto e parte de sua lógica de funcionamento, e se constitui como monopólio da violência sufocando os movimentos de contestação que, no entanto, seguem lutando. Além disso, somente o Estado pode criar condições de infraestrutura urbana para que o capital se insira de forma satisfatória ao seu processo de acumulação (HARVEY, 2011). Isso pode se dar aleatoriamente e até como consequência de pressão popular, gerando mais uma contradição, como pudemos observar em alguns casos estudados.

O capital financeiro precisa do espaço para se realizar e, conseqüentemente, do Estado que constrói, destrói, reconstrói abrindo possibilidades para que novas atividades econômicas sejam realizadas. A partir dessa nova paisagem produzida pelo investimento em infraestrutura urbana, surgem novos espaços para que o capital invista, comprando novos terrenos agora valorizados pela ação estatal. Outra parte será aplicada em outro setor, produtor de uma nova mercadoria – o espaço – que se configura como uma mercadoria especial, já que é também o lugar de reprodução do capital financeiro articulado com o capital industrial por meio da construção civil. Quem regulará esta transição será o setor imobiliário por meio de locação e administração dos imóveis construídos. (CARLOS, 2006)

Essa nova configuração do movimento do capital: financeiro, fundiário, industrial e comercial teve conseqüências devastadoras na vida do trabalhador e no cotidiano da cidade. No que toca a São Paulo, ao utilizar recursos públicos em benefício próprio, expulsando os trabalhadores das áreas mais valorizadas ou em processo de valorização da cidade, o capital encerra a possibilidade de inserção da classe trabalhadora de forma digna nesse espaço urbano. Ele atua com uma roupagem de desenvolvimento, baseado na visão de que uma nova cidade será realizada em benefício de todos. O espaço, que é finito, precisa se reconstruir de forma ideologizada para garantir o ciclo do capital; novas possibilidades de investimento são colocadas. Com

isso, para a garantia de uma *cidade desenvolvida com potencial competitivo* é necessário varrer aqueles que estão “indevidamente” no meio do caminho. (CARLOS, 2006)

Nesta conjuntura, além da consolidada situação de precariedade e descaso do Poder Público com relação aos moradores das áreas estudadas – mas não só – com pouquíssima ou nenhuma possibilidade de melhoria, em algumas regiões periféricas a insegurança na posse tem se somado às angústias diárias vividas por eles. Segundo a urbanista Raquel Rolnik em reportagem intitulada “Os retirantes das favelas”, publicada na revista *Carta Capital* (MARTINS & VIEIRA, 2012), a cidade de São Paulo tem removido moradores das favelas à força para a construção de obras públicas. É importante lembrar que junto a essas obras há uma valorização da área e as favelas que não foram removidas diretamente terão que arcar com custos não antes previstos. Isto é, corre-se o risco de serem despejados indiretamente, sem ao menos conseguirem forças para se mobilizar e exigir que o direito à moradia seja garantido.

Conforme vimos, a concentração de investimentos públicos em áreas selecionadas pelo mercado imobiliário tornou a cidade um espaço de segregação social. Logo, morar dignamente, que deveria ser um direito de todos, tornou-se privilégio de poucos. A justificativa dada é a de reverter o processo de degradação e desvalorização de diversas áreas pobres de nossa cidade, abrindo assim as portas para o “progresso”, privilégio de poucos... Cada vez mais a periferia da cidade vai se afastando e em breve ultrapassará seus limites territoriais e a população pobre perderá o direito de morar em São Paulo.

O investimento em áreas periféricas por muitos anos foi a principal reivindicação de grupos organizados da periferia e dos espaços segregados. Entretanto, não foi previsto que investimentos necessários para a construção de uma vida digna aos seus moradores tivesse como consequência a insegurança da permanência dos moradores “originais”. Na mesma reportagem citada a dona de uma imobiliária na favela de Paraisópolis, bairro popular nas proximidades do rico Morumbi, afirma que “*Depois que a prefeitura entrou, chegaram empresas, o aluguel explodiu*”.

Em diálogo com este debate, João Sette Whitaker Ferreira (FERREIRA, 2010) faz uma análise de como os investimentos públicos em áreas desvalorizadas (ou abandonadas, como é o caso de alguns pontos no centro de São Paulo) abre portas para o mercado imobiliário se inserir, vendido para a população como algo que será bom para todos, como se todos pudessem usufruir das melhorias urbanas. Para este feito, existe o que Ferreira chamou de “urbanismo de mercado” no qual a parceria público-

privado está em sintonia para colocar a cidade dentro do que se denominam cidades globais

Ferreira nos demonstra que isso ocorre mesmo governos progressistas, como foi o caso da gestão de Luíza Erundina de Sousa, que propunha ações de transformação em benefício da classe trabalhadora. Há uma máquina de governo tão engessada e burocratizada que coloca imensas dificuldades a qualquer avanço, ainda mais em apenas quatro anos (já que não houve a reeleição do governo do PT naquele momento). No entanto, uma questão interessante a se refletir é se o urbanismo de mercado e os entraves para a construção de uma cidade mais justa são “privilégios” dos governos mais conservadores, aliados ao grande capital, ou se está associado também a uma visão de progresso e de modernização das cidades, o que valeria também para governos progressistas. Neste sentido vale ressaltar que a parceria público-privado, cuja atuação privilegia interesses de apenas um setor da sociedade (o de sempre), foi usada como argumento para a modernização da cidade mesmo dentro a gestão municipal do PT, ainda visto como um partido democrático e popular. O Próprio Banco Mundial, importante ator do neoliberalismo, foi um parceiro importante na modernização das cidades com uma outra “roupagem”.

Governos aliados aos movimentos populares, que se elegeram a partir de muita luta, também se aliaram ao urbanismo de mercado, promovendo políticas nitidamente favoráveis ao mercado imobiliário, ainda que incorporem espaços participativos. Esperanças que se frustraram para grande parte dos trabalhadores. É pertinente a reflexão de Ana Fani Carlos:

É assim, (...), que a cidadania em seu sentido banalizado e esvaziado (posto que ideologia) ‘entra na ordem do dia’, tornando o ato de planejar a cidade (como estratégia necessária à reprodução econômica) um ‘ato de cidadania’. Com esse procedimento, vai-se realizando a integração de todos os cidadãos ao mercado de consumo – através dos atos específicos de compra de bens e objetos– ou ao mercado imobiliário através da “compra da casa própria” pelo sistema habitacional ou da legalização dos terrenos ocupados na periferia da metrópole. (CARLOS, 2006, p. 76)

Os desastres para a classe trabalhadora advindos da parceria público-privado, numa clara tentativa de modernizar a cidade, foi detalhadamente abordado por Mariana Fix, em *Parceiros da Exclusão* (FIX, 2001). A autora analisa a construção da Avenida Nova Faria Lima e da Água Espraiada, na região Sudoeste de São Paulo, bem como suas consequências para aqueles que estavam “no meio do caminho” destas grandes

obras. A ação do setor privado para resolver demandas históricas da classe trabalhadora, longe de beneficiar a cidade como um todo e solucionar problemas estruturais, tem como consequência o aprofundamento da segregação. Ela privilegia uma parte da cidade atrativa aos interesses internacionais, criando o que a autora chamou de “outra cidade” dentro da própria cidade, alheia ao seu entorno, em suas palavras:

(...) tornar as cidades “competitivas”, ao que parece, significa tornar as cidades atrativas para as grandes empresas, o setor financeiro, e os “usuários solventes”, por meio da instalação de uma infraestrutura de qualidade elevada e da criação de uma imagem favorável, o que, mesmo em países centrais, tem exigido uma concentração de investimentos públicos e privados para a construção de trechos urbanos que se destaquem no cenário internacional. E é disso que se convencem os dirigentes políticos da direita e da esquerda, de que diante da crise do Estado, as cidades para sobreviver, devem ser tratadas como empresa, que competem no mercado mundial pela atração dos investimentos de todo tipo, reproduzindo nas políticas urbanas os mecanismos perversos da guerra fiscal. (FIX, 2001, p.122)

Os espaços segregados não são lineares ou estáticos, mas fruto dos interesses econômicos, políticos e sociais, e da força de resistência e luta das camadas populares. Também é necessário afirmar que a segregação periférica é bastante heterogênea. As áreas ambientalmente frágeis fazem com que a situação dos moradores que lá vivem seja pior do que em outras áreas com nível de pobreza similar, mas sem este agravante. Essa heterogeneidade da periferia tem que ser melhor considerada no desenho das políticas públicas.

Sendo assim, no caso das favelas em áreas de proteção ambiental, localizadas nos mananciais da cidade a situação é mais complexa do que aqueles trabalhadores em áreas sem risco ambiental. Isso pôde ser percebido em nosso estudo sobre o caso da favela Parque Cocaia I, em que alguns de seus moradores estão praticamente dentro da Represa Billings. Podemos refletir também, neste sentido, que não levar em conta a heterogeneidade da segregação social pode dificultar a organização popular, isto é, se nos marcos de uma compreensão estrutural da dinâmica de acumulação do capital na cidade não se dialogar com a realidade e demandas de cada local, a ação para garantia de uma moradia digna pode ser ineficaz. Faz-se necessária a unidade na luta pelo direito à moradia, no entanto, a tentativa constante dos moradores no diálogo com outras favelas só fará sentido se forem consideradas as diferenças dentro desta unidade. Vale ressaltar que há também a existência de alguns espaços habitados pela população de

maior renda, fora do chamado centro expandido da cidade, o que nos faz levar em consideração as demandas do mercado nas proximidades destas áreas.

Cabe aqui um parêntese relatando um caso que pudemos acompanhar há alguns anos. Trata-se da favela Jurubatuba, também assessorada juridicamente pelo EMPUC-SP, instalada em Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. A favela atualmente aguarda julgamento da usucapião coletiva, já que existe desde 1987 e tem todos os requisitos necessários para a efetivação deste instrumento jurídico. No início de 2007 erguiam-se edifícios em um condomínio residencial de luxo (na época os apartamentos eram avaliados em até R\$ 400.000,00) denominado “Magic Residencial Resort”, da construtora Gafisa. A construtora em questão tentou de diversas formas esconder a favela que “poluía” o seu mais novo empreendimento e poderia atrapalhar as vendas dos apartamentos. Em desconformidade com a lei Cidade Limpa⁶² cobriu as casas dos moradores da favela com um imenso outdoor, além de espalhar floreiras que escondiam as casas. Isto, no entanto, foi só o começo. Em agosto de 2007, os moradores receberam notificações da Subprefeitura para que desocupassem a área, o que não aconteceu. Por conta da resistência para sair de suas casas (já que não tinham para onde ir), a Subprefeitura em parceria com a Construtora Gafisa ofereceu ilegalmente uma indenização de R\$15.000,00 por família para que saíssem do local. Na verdade, a Gafisa havia repassado o valor de R\$25.000,00, enquanto a Prefeitura oferecia um valor abaixo. Os moradores foram ameaçados diversas vezes para que aceitassem o valor e saíssem o quanto antes do local. Por fim, uma das lideranças gravou a tentativa do Poder Público de ilegalmente expulsar os moradores por meio de suborno, conforme descrito. Por conta da repercussão midiática do caso, os funcionários envolvidos foram exonerados. (MARQUES, 2008) Este exemplo explicita a maneira como o mercado imobiliário com o apoio do Poder Público age em benefício próprio, ignorando o direito dos moradores.

A segregação urbana não se limita aos extremos da longínqua periferia e como afirmamos, não é linear e estática. O centro da cidade – que foi inicialmente reduto privilegiado da classe dominante e depois abandonado por ela – se vê hoje como espaço em disputa entre as classes, no qual a resistência e organização popular serão fundamentais num processo em que a classe trabalhadora começa perdendo o jogo. Esta região se verticalizou e mesmo assim perdeu população, por isso houve uma forte

⁶² Lei Municipal nº. 14.223/06 – proíbe propaganda em outdoors, regula o tamanho dos letreiros nos estabelecimentos comerciais, entre outras providências.

tentativa da gestão municipal do prefeito Gilberto Kassab de frear o refluxo desta população, “revitalizando” o centro. Leia-se, expulsando a população pobre para a ocupação de população de maior renda, ou seja, a compreensão é de que existe neste espaço uma vida que não é a que “valoriza” a *cidade* e a saída seria substituí-la, “revitalizando” a área. Neste cenário, o mercado imobiliário de imóveis comerciais foi se deslocando para a região da Avenida Paulista e hoje, tem forte atuação na região da avenida Luiz Carlos Berrini e da atual avenida Jornalista Roberto Marinho, antiga avenida Água Espraiada. Nessa região houve a Operação Urbana Água Espraiada, facilitando que o mercado imobiliário construísse seus magníficos empreendimentos, viabilizados pelos recursos públicos aí aplicados.

O centro de São Paulo é o lugar onde a luta de classes apresenta seus contornos mais fortes, onde o valor de uso e valor de troca da moradia estão em choque constantemente. Neste contexto, percebem-se projetos antagônicos que envolvem a cidade de São Paulo. Enquanto a população busca um espaço digno para viver, o capital imobiliário enxerga na cidade objeto de lucro, juros e renda.

Pudemos perceber em nos casos estudados alguns apontamentos sobre uma possível valorização imobiliária nas áreas estudadas, tais como a chegada do metrô e do trem, a tentativa de “mascarar” o histórico de violência ligado ao nome Capão Redondo mudando-o para Morumbi Sul (Morumbi é o nome de um bairro tradicionalmente da elite na cidade de São Paulo).

Não podemos afirmar que haja de fato um investimento significativo do mercado imobiliário na área, mas, de qualquer forma, podemos refletir sobre até onde vai o mercado imobiliário na organização espacial da cidade, e se encara como um limite territorial para sua expansão a existência de bairros populares. A serviço de quem estarão as melhorias realizadas, como a diminuição da violência e o acesso ao metrô?

Avaliamos que nas áreas estudadas no presente trabalho, os limites físicos e sociais ainda são uma barreira para a expansão do mercado imobiliário. No entanto, a periferia vai, mesmo que lentamente, abrindo espaços para o mercado. Conforme dados fornecidos pela Prefeitura de São Paulo, a partir do site Infocidades, o número de lançamentos verticais na cidade caminha pelo centro expandido em direção à periferia, mais fortemente, na Vila Andrade ao Sul e Vila Leopoldina a oeste:

Figura X: unidades verticais lançadas
Fonte: www.infocid@des

São lugares de interesse do mercado, que é bastante “acolhedor” e que se traveste quando necessário para atrair novos investimentos. Para além do mapa fica difícil precisarmos o caminho do mercado. Não só a Vila Leopoldina e a Vila Andrade aparecem como interessantes para a expansão imobiliária, Cidade Ademar na Zona Sul, Penha e São Miguel Paulista na Zona Leste; e mesmo cidades vistas como extensão de São Paulo como Diadema, Mauá, e Santo André estão entre bairros e cidades presentes nas reportagens de diversos meios de comunicação como “a bola da vez” do mercado imobiliário.

O que nos interessa aqui é perceber como a dinâmica da cidade se organiza a partir dos interesses do capital sobreposto aos dos trabalhadores. Sendo assim, as leis que deveriam garantir alguma segurança à população de baixa renda no que diz respeito ao direito à moradia estão subjugadas às formas de como o mercado atua no espaço, muitas vezes em parceria com o Estado. Portanto, para além da necessidade de regularização jurídica da posse e da efetivação de políticas públicas, os atores envolvidos na luta pelo direito à moradia devem refletir sobre quem são os que

realmente têm poder de decisão e quais as formas de resistência para que avancemos rumo a uma cidade digna para todos⁶³

As políticas neoliberais e o avanço do setor privado aprofundaram a segregação na cidade de São Paulo gerando mais insegurança para aqueles moradores que não seriam os potenciais consumidores da “mercadoria” habitação. Uma avalanche de remoções marcou a paisagem da cidade neste contexto.

Seu Pedrinho acompanhou a história de seu bairro, a instalação da infraestrutura e como os equipamentos urbanos lá chegaram, fruto da organização dos moradores. A lembrança de anos de luta ficou em sua memória como uma vitória, uma conquista fruto de muita luta dos trabalhadores que foram, de forma aleatória, sem nenhuma estratégia pré-determinada, se juntando e se ajudando...

Quando eu comecei aqui ajuntei 15 pessoas com ela (assistente social que esteve por muitos anos na favela), era um galpãozinho lá embaixo, foi quando começemo a trabalhar na favela, nisso São Bento começou a crescer, começou nesse tempo, nós não tinha água, não tinha luz, nos morava tudo no escuro, era rejeitado pelo povo do bairro, ninguém acreditava na gente... Falava que a gente que morava na favela era bandido, tinha aquele preconceito entre favela e bairro. Comecemo a trabalhar. O que precisava primeiro era água, depois luz, a gente foi atrás de escola, não tinha nada, era um bairro violento, esquecido, abandonado, não tinha nada. Comecemo a trabalhar (...) e começou a crescer a entidade (Associação de Moradores...). Quando foi 1985, 86, já estava ampliado com água, luz. Quando a Erundina entrou em 1990, começemo a lutar pelo asfalto, não tinha asfalto, a rua era de terra, começemo a luta por ônibus, não tinha nada era um bairro como se fosse uma fazenda e começou a crescer, tanto o bairro quanto a favela, começou a crescer junto. Aí foi na época do Franco Montoro, ocupemo o palácio com vela pedindo iluminação... Reunimos todos os bairros da zona sul e começemo a lutar por um bem comum aqui e criar a entidade. (...) A vida melhorou para todos em todos os sentidos, o bairro melhorou muito, muito, muito, com água, com luz, com asfalto, com transporte, com educação foi crescendo as escolas, fomos atrás de tudo... Não ficou difícil, mais difícil foi quando teve um desemprego muito grande, já as facilidades

⁶³ Nesse sentido é pertinente a avaliação de Ferreira : “Invariavelmente e por mais que pareçam ter intenções das mais democráticas, no fim das contas, as políticas urbanas não conseguem – ou não querem – quebrar essa lógica. Seja em governos de direita ou mesmo os que se dizem de esquerda, as tecnicidades que no fim moldam os planos urbanos eliminam, acachapam e reduzem a nada os poucos instrumentos que poderiam ter um caráter verdadeiramente transformador. A perversidade da coisa é que a segregação por meio da urbanização é tão acentuada no Brasil que não basta uma ou outra iniciativa, a aplicação de um ou outro instrumento, para resolvê-la. Seria necessário ELEGER O PROBLEMA DA SEGREGAÇÃO COMO O ÚNICO E MAIS URGENTE, e por isso aplicar de forma maciça e concentrada TODOS OS MEIOS possíveis para desconstruí-la. Como isso é tido como ‘impossível’, pois, na verdade, em alguma hora toca na questão sagrada da propriedade da terra urbana, os governos ‘de esquerda’ aprovam uma ZEIS aqui, um IPTU Progressivo ali, e com essas poucas iniciativas acreditam estar mudando alguma coisa e construindo sua imagem ‘de esquerda’. (FERREIRA, 2013)

tava melhor (infraestrutura) mercado, transporte... (ALENCAR, entrevista concedida em 5 de abril de 2014)

No entanto, depois de uma hora revivendo essas lutas e refletindo sobre a atual situação, ele expressa o que seria o outro lado da moeda, isto é, as consequências negativas que essas melhorias trouxeram para os moradores, principalmente no que diz respeito ao preço da terra:

A terra na zona sul é muito cara, para desapropriar um terreno é muita dor de cabeça, o governo tinha que atender as entidades que trabalham com direito à moradia, nós conhece tudo as áreas que é problema e que não é. Tem muita área boa que é difícil o povo chegar lá, quando pede a documentação do dono eles estão devendo um absurdo, ele não paga, ele negocia, quem paga certo somos nós. (...) ninguém paga igual a gente, não, a dificuldade era beneficiar a população. Se a gente não bate forte na regularização, chega um governo novo e destrói tudo. Tem que ver se dá para construir e se não dá. Agora estamos fazendo o nosso mutirão, 200 famílias, muito trabalho, e aqui cada vez mais tá caro a zona sul, vai chegando os benefícios e vai ficando mais caro... (ALENCAR, Entrevista concedida em 5 de abril de 2014)

O Estado esteve ausente por muitos anos nesta região, pois em parceria com o mercado imobiliário se ocupava em gerir a cidade formal, áreas valorizadas ocupadas pela população com capacidade econômica para ter acesso a ela.

A implantação de infraestrutura urbana no Brasil sempre se deu em áreas concentradas das nossas cidades, não por acaso os setores ocupados pelas classes dominantes. Essa prática da desigualdade na implantação de infraestrutura, ou seja, do trabalho social que se produz o solo urbano, gerou – e ainda gera – diferenciações claras entre os setores da cidade, produzidas pela ação do Estado (...) e acentuando a valorização daqueles beneficiados pelas obras, em relação à escassez do restante da cidade. (FERREIRA, 2013)

Enquanto o Estado se ocupava em realizar benfeitorias para os bairros “centrais”, a ocupação da terra nos espaços esquecidos pela classe dominante foi informalmente consentida (até incentivada), permitida, mas não regularizada. Até mesmo em áreas de proteção ambiental, como pudemos perceber no Parque Cocaia I e na Favela Dezenove, até o momento em que não houver interesse do mercado imobiliário (MARICATO, 1996). No município de São Paulo, no final da década de 1990, segundo Ermínia Maricato, havia cerca de 30 mil ruas sem nome, o que não dava o direito aos moradores de terem sequer um endereço. Para o planejamento urbano, essas ruas não existiam prolongando, assim, o processo de exclusão e ampliando as contradições entre as diversas realidades encontradas na cidade. Enquanto isso, os profissionais e funcionários públicos que atuam no setor de infraestrutura urbana, por

inúmeros motivos, acabam se limitando aos gabinetes, não saem às ruas e nunca ultrapassam o limite da cidade virtual para a cidade real. Assim, diversos moradores de morros e encostas sofrem diariamente risco de morrer, enquanto o Poder Público fiscaliza os banheiros dos Jardins (bairro da elite paulistana). “(...) a legislação detalhista e ‘rigorosa’ contribui para a prática de corrupção e constitui um exemplo paradigmático de contradição entre a cidade do direito e a cidade de fato” (MARICATO, 1996, p. 110).

Neste sentido, podemos refletir que muitas das decisões jurídicas com relação à regularização da moradia em áreas de mananciais colocam a preservação ambiental como ponto crucial para a não permanência da população local, ignorando, como já mencionado, o histórico da cidade. O Estado “ignorou” a ocupação da população empobrecida nestas áreas por muitas décadas. Leis ambientais foram criadas para controlar estas ocupações, para barrar novas irregularidades e para “consertar” as já consolidadas. Para Martins, nestes casos, a rigidez das leis, no que tange às áreas de Proteção Ambiental, atesta sua impossibilidade de prática e, conseqüentemente, legitima a produção de irregularidades como Política Pública.

De um modo geral o Direito à Cidade fica tolhido frente a uma visão formalista da legislação que acredita que a simples proibição e decorrente repressão resolvem conflitos urbanos e predação ambiental. Isso fica evidente no debate presente na região metropolitana de São Paulo em relação às leis específicas das Bacias Guarapiranga (...) e Billings. (MARTINS, p. 43, 2006)

Valeria, segundo a autora, muito mais uma lei mais básica, passível de ser praticada, do que a rigidez e complexidade de uma lei que será o atestado da produção de irregularidades. A criação de leis impraticáveis somente reforça o descrédito da população em possíveis regulamentações e a certeza de que elas são elaboradas sem o conhecimento da realidade (ou ainda, com uma visão de uma realidade que não existe mais).

Quando as áreas mais pobres se tornam valorizadas o direito à moradia, de fato, não garante a permanência da população pobre no local; seja pela impossibilidade de regularização promovendo expulsões diretas, seja de forma indireta, como observou S. Pedrinho, impossibilitando o acesso à terra e expulsando indiretamente seus moradores por meio do aumento do preço dos aluguéis.

No entanto, conforme visto, a situação histórica de abandono vivida pelos trabalhadores não aconteceu sem resistência, a inquietação frente à realidade foi

propulsora de políticas públicas na área de habitação, colocando a necessidade do Poder Público em dar respostas práticas ao descaso com relação à população nas franjas da cidade. Contudo, as tentativas de resolução da questão por meio de políticas públicas não efetivou o direito à moradia para os trabalhadores.

Segundo Zenaide e Gorete – moradoras do Jardim São Bento e Parque Cocaia I, respectivamente –, a vida do trabalhador nesse bairros começa antes do sol nascer. Por volta das 4h da manhã muitos desses trabalhadores já estão de pé para que consigam chegar às 8h ou no máximo às 9h da manhã no local de trabalho. Podemos observar, a partir de análises dos dados da Amostra do Censo 2010, os entraves da mobilidade para os trabalhadores que vivem nos extremos da cidade.

Distritos como o de Grajaú, Capão Redondo, Sapopemba e Jardim Ângela são os principais polos de onde saem pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar. Grajaú é também o distrito em que mais moradores (em números absolutos, de 67,4 mil pessoas) perdem mais tempo no trajeto entre residência e trabalho: 57% gastam mais de duas horas por dia, sendo que 22% gastam mais de quatro horas (fica em quarto lugar em termos percentuais). No distrito de Alto de Pinheiros, em comparação, apenas 7,6% das pessoas gastam mais de duas horas. Esses dados mostram que a questão da mobilidade urbana está ligada diretamente à situação socioeconômica e à territorialização da pobreza, provocando milhares de viagens diárias entre as periferias e as regiões centrais da cidade. Quem mora na parte mais ao sul do Distrito do Grajaú gasta, em média, 4 horas e 8 minutos nesses deslocamentos, cinco vezes mais do que os residentes na região central e Jardim Paulista (entre 49 e 51 minutos na média) (KAIRÓS, s/d)

A segregação sócio espacial vai além da localização, da distância ou proximidade com os bairros centrais, mas é nas periferias que fica mais evidente as suas consequências. Podemos observar, segundo dados do Censo 2010 sobre a faixa de rendimento dos domicílios da cidade de São Paulo, que a situação de precariedade vivida pelos moradores desde a “escolha” de onde se inserirem na cidade tem sido perpetuado. A maior concentração de rendimentos da região do Grajaú e Capão Redondo está na faixa de 2 a 5 salários mínimos. A discrepância em relação ao distrito de Pinheiros (que engloba os bairros Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista e Pinheiros) onde estão alguns dos maiores rendimentos da cidade é bastante contrastante. Enquanto no do Grajaú o percentual dos domicílios sem rendimentos ou até 2 salários mínimos é de 42,2%, no distrito de Pinheiros esse percentual é de apenas 12%, sendo

que a concentração de renda de maior percentual deste distrito é de mais de 20 salários mínimos.

Pelo mapa podemos perceber a clareza da concentração de renda da cidade:

Figura X: Distribuição dos domicílios segundo faixa de renda

Fonte: Inficid@des.

A situação de segregação e os limites impostos dentro da cidade nunca foram uma preocupação prioritária nas políticas habitacionais, o direito à moradia e o direito à cidade estiveram em pautas distintas sem ligações efetivas. Especificamente, nas duas últimas gestões da Prefeitura de São Paulo (2004-2012) houve uma manutenção da segregação socioespacial, dando continuidade a uma política secular⁶⁴ de investimento

⁶⁴ VILLAÇA, 2001 demonstra que o processo de segregação socioespacial da cidade de São Paulo acontece desde sua industrialização e dos primórdios da expansão territorial no final do século XIX: “a

público para a inserção das classes dominantes e a expulsão da classe trabalhadora. Parece que quando a “cidade” se amplia, se ampliam também as remoções.

O Observatório das Remoções (2013) realizou uma pesquisa com as entidades de direitos humanos que atuam com regularização fundiária e construiu um mapa que explicita as áreas da cidade onde têm ocorrido remoções, ou com projetos que ameaçam a permanência da população de baixa renda nos locais em que atualmente vivem. O mapa nos mostra que essas obras estão concentradas na periferia da cidade nos deixando a seguinte pergunta: para onde seguirão os trabalhadores? À população de baixa renda da cidade de São Paulo não resta sequer dormir dentro da cidade?

Mapa das remoções
Fonte: Observatório das remoções

cidade se expandiu em todas essas direções, porém, seletivamente. (...) Durante várias décadas, a cidade de São Paulo organizou-se em apenas duas partes bastante separadas pela barreira córrego-ferrovia. Até atingir uma população de ordem de 2 milhões de habitantes, era possível dividir a cidade apenas em leste e oeste. Essa conformação inicial teve duradoura influência sobre a estrutura urbana: tanto sobre a distribuição territorial das classes sociais como sobre o desenvolvimento dos subcentros de comércio e serviços” (VILLAÇA, 2001, p. 117)

Nas falas dos moradores, percebemos que a busca pela garantia do direito à moradia começou com algum tipo de ameaça ou algum tipo de incerteza em relação ao futuro. Interessante refletirmos o motivo desta insegurança, já que aparentemente são lugares “esquecidos” na cidade, onde o Estado isentou-se de investir, ao longo de sua história. Essas favelas existem há muitos anos, sendo assim, nos parece praticamente impossível dizer que ninguém sabia que essas famílias ocupavam estes espaços. Porém, o asfaltamento das ruas, a expansão das linhas de metrô, trem e ônibus, a construção de escolas e postos de saúdes nas áreas periféricas, antes privilégio das regiões centrais, fez com que o custo de vida, sobretudo com relação à habitação, se tornasse cada vez mais alto e inviável para os trabalhadores. Contradições de um sistema cindido e desigual fruto do monopólio de uma classe sobre o Estado e sobre o espaço.

5.2. A questão das limitações – alguns apontamentos

Para avançarmos na busca de uma vida digna à classe trabalhadora (condição em que o acesso à um teto é apenas uma parcela), alguns limites hoje existentes devem ser colocados em evidência para que seja possível sua superação. Os limites encontrados na atuação dos movimentos estão estreitamente ligados ao contexto neoliberalizante que limitou a luta e bloqueou algumas conquistas dos trabalhadores. Agências multilaterais como o Banco Mundial e FMI ao tentar “salvar” os pobres dos países subdesenvolvidos por meio de “safety nets” e financiamento de ONGs, além de fragilizar e substituir o papel do Estado nacional, geram um processo de desarticulação da classe trabalhadora – e isso é o central – agindo na manutenção e aprofundamento do sistema de exploração. Sua visão está intimamente ligada à vinculação de restauração dos problemas sociais com interesses financeiros dos países de capitalismo central, sempre prontos a ajudar com a intenção de perpetuar a subordinação, “*é preciso mudar para que nada mude*”. A política neoliberal dos anos 1990 encontrou um campo fértil para se estabelecer: as reivindicações que tiveram como vitória avanços jurídicos e constitucionais não foram traduzidas à realidade da massa de trabalhadores e não geraram um empoderamento da classe trabalhadora. (KOWARICK, 2009)

A questão colocada é o que fazer para se superar esta situação numa sociedade marcada pela mentalidade escravista, que vê a população “livre” e pobre como imprestável, culpada pela própria situação de miserabilidade ou como coitada, “*sem pai nem mãe*”. Esta culpabilização, fortalecida por políticas neoliberais, gerou uma “desresponsabilização” do Estado cedendo espaço para a privatização de suas funções

sociais, ocupadas por ONGs que se tornaram as guardiãs dos pobres e miseráveis no país (KOWARICK, 2009).

O problema da pobreza passa também a ser menos atribuído como responsabilidade do Estado. (...) nos tempos chamados de neoliberais, ganha corpo a percepção de que ele é inoperante, ineficaz, corrupto, está falido, e que suas funções devem ser reduzidas e substituídas por agentes privados, mais capacitados para enfrentar as várias manifestações da marginalização social e econômica. (KOWARICK, 2009, p. 98).

Ainda neste sentido, dois conceitos são fundamentais para compreendermos o massivo processo de vulnerabilidade socioeconômica e civil: a naturalização dos acontecimentos, em que o pobre ou a pobreza se justifica por uma situação de sorte ou azar na vida; e a neutralização, em que cada classe ocupa um espaço na sociedade. Com isso, ninguém se responsabiliza pela situação vivida pelos pobres, já que são “os outros”, como se fizessem parte de outra espécie (KOWARICK, 2009).

Ermínia Maricato (2011) nos auxilia em compreender a fragmentação da organização dos trabalhadores, limitados às suas lutas individualizadas (ou de pequenos coletivos), não avançando para transformações maiores. A partir de uma análise da produção acadêmica e do pensamento crítico sobre a organização e ocupação da cidade, a autora aponta para a necessidade de um diálogo com a conjuntura e com a realidade concreta para a reflexão dos problemas atuais.

Dentro dos movimentos sociais a possibilidade de uma ruptura radical com o sistema vigente com vistas à superação do capitalismo como estratégia de luta foi sendo substituída nas últimas décadas por um discurso e uma prática fortemente ligados à garantia de direitos e reivindicações a partir dos marcos legais possíveis naquela conjuntura. Maricato não acredita que a única forma de luta é a anticapitalista, no entanto, excluí-la do debate foi um grande equívoco para o avanço da luta dos trabalhadores:

As condições de acumulação capitalista internacionais, bem como as que são próprias do poder no capitalismo periférico, são ignoradas. Sua consciência exigiria orientar a luta para além da esfera participativa institucional. Tudo se passa como se os governos, seguindo as leis e os planos, e formando parcerias, sempre que necessário, pudessem superar problemas que são históricos e estruturais, como a ilegalidade e a precariedade urbanas para uma parte da população(...). Esse equívoco está presente nos principais partidos, movimentos sindicais e movimentos sociais, com exceção do MST. (MARICATO, 2011, p. 155)

Luiz Kohara reforça essa análise,

Anos 90... com o neoliberalismo pasteurizando toda esta discussão se voltou muito para o Estado, mas se perdeu muito para o explorador, aquele que está gerando tudo isso... Nos últimos 20 anos parece que o problema é só o Estado, mas se a pessoa tem problema com a moradia, isso faz parte do salário, da exploração e que o Estado também faz parte desta exploração, não só o Estado, mas o capital. Conseguiu-se de certa forma pasteurizar toda esta discussão, este foi um trabalho ideológico muito grande e as esquerdas perderam esse referencial após a queda do muro de Berlim. Penso que aos poucos está se conseguindo fazer uma análise de quem controla o Estado e o capital, capital que é gerador de tudo isso. A contradição que se vê na sociedade está muito relacionada ao salário, quanto ganha o trabalhador... quem explora o trabalhador, por que ele ganha pouco. Se ele ganha pouco alguém está ganhando mais. Por que é tão desigual? Então eu penso que se perdeu e aos poucos, acho, consegue retornar. (KOHARA, entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2014)

A própria responsabilização pelo fracasso das políticas públicas e pela impossibilidade de acesso à moradia não dialogam com o poder do capital aliado aos diversos setores do mercado imobiliário. O Estado paga a conta sozinho, enquanto aqueles que lucram em cima da ilegalidade permanecem anônimos.

Muitas vezes a gente direciona as ações para o Poder Público, no direito a gente não responsabiliza as empreiteiras que lucram muito. Não tem essa responsabilização, não se entra com uma ação contra a empreiteira, a Defensoria tem feito isso, geralmente. Temos diversas Ações Cíveis Públicas contra o Poder Público por conta da ocupação em mananciais, sempre indenizando o Estado, no final quem paga a conta é a gente. As empreiteiras lucraram, construíram prédios que estão caindo e não foram processadas. (TAVARES, entrevista concedida em 31 de Janeiro de 2014)

Não há divulgação de quanto as empreiteiras pagavam para os funcionários públicos conseguirem alvará para construírem, falaram o nome de inúmeros funcionários públicos, mas demoraram muito tempo para soltar o nome das construtoras.. (BONILHA, entrevista concedida em 31 de Janeiro de 2014)

As possíveis formas de superação da situação histórica apontada passam necessariamente pela compreensão dos atores em disputas e das possíveis formas de recuperação da identidade de classe dos trabalhadores e da percepção real daqueles que se encontram no meio do caminho desta superação. A nova paisagem que se estabeleceu nos últimos anos de consolidação neoliberal constitui-se de espaços cada vez mais fragmentados, vigiados, privatizados, onde os encontros só são possíveis dentro das cercas. A cidade fortalece seus contornos desiguais, “avançando” de um lado à custa do retrocesso do outro. Não nos encontramos nesta cidade, não nos identificamos nos espaços. A cerca está em cada ponto, como rompê-la? O que nos amarra?

5.3. Considerações finais

A luta pela moradia não tem gerado os frutos almejados e os movimentos sociais cada vez mais se encontram em uma situação de incertezas em relação às consequências de suas lutas. As saídas vislumbradas não têm mudado tanto nos mais de 200 anos de existência do capitalismo e, historicamente, ainda que necessária enquanto uma melhora na condição de vida, a conquista da propriedade tem sido um retrocesso na luta dos trabalhadores e um aprisionamento destes à classe dominante:

(...) vendendo aos operários pequenas habitações pagáveis por amortizações, procuram sufocar nos trabalhadores todo o espírito revolucionário, acorrentando-os ao mesmo tempo, com este título de propriedade, à fábrica onde trabalham (...) (ENGELS, 1979, p. 13)

A análise de Engels parte de um outro momento histórico onde as classes em contradição apareciam de forma mais explícita, possibilitando assim saber onde se encontrava o “inimigo” fatal dos trabalhadores. No entanto, a preocupação de Engels não é de toda datada, o próprio David Harvey nos traz um alerta semelhante: o sistema capitalista consegue, por meio dos seus instrumentos institucionais, absorver a luta pela moradia, já que, enquanto uma luta individualizada, estimula a fidelidade de uma parte dos trabalhadores ao mundo capitalista, tornando-os proprietários, fragmentando-os enquanto classe trabalhadora e, mais uma vez, deixando a questão irresoluta (HARVEY, 1982).

O sonho da casa própria, de ser proprietário de sua moradia, ainda permeia o imaginário da população e a camada pobre da cidade de São Paulo viu na periferia longínqua a possibilidade de viver em um lugar “seu” sem arcar com o aluguel. A maioria das casas dos bairros periféricos foi fruto da economia doméstica, esta forma de aquisição da moradia tinha como principal atrativo livrar o morador do aluguel, realizando assim, o sonho da maioria dos brasileiros, a casa própria.

Infelizmente, nos últimos anos, a “casa própria” não tem dado a segurança suficiente para os moradores e suas futuras gerações. O futuro incerto continua a aterrorizar a vida dos moradores da periferia. Algumas leis avançaram no sentido de garantir o direito à moradia para a população pobre, mas não têm sido suficientes para garantir a tranquilidade, buscada por décadas, de ter um lugar para voltar depois da longa jornada diária de trabalho.

A atual conjuntura nos dá algumas pistas sobre como Poder Público, Judiciário e Mercado Imobiliário – agindo de acordo com interesses próprios por meio da interpretação de algumas leis que à primeira vista parecem avançadas no que toca à efetivação do direito à moradia – têm atuado contra aquilo que os movimentos sociais e organizações comunitárias percebem como realização de uma vida digna aos trabalhadores. A constante insistência na efetivação das leis e a garantia de sua aplicação pelo Poder Público como única forma de garantia dos direitos têm enfraquecido as organizações populares, sendo que o limite da luta é sempre dado pelo Poder Judiciário e não pelas reais necessidades dos moradores.

Muitas vezes a força geradora se perde, como alertou Harvey, e o passo seguinte de conquista ampla de direitos e transformação da sociedade não está mais colocado como pauta de luta. Com relação à moradia, ela é dada como terminada assim que o contrato de um financiamento subsidiado é assinado, limitando o poder de barganha dos trabalhadores, acorrentando-os a dívidas de 20, 30 anos.

Engels já nos alertou há dois séculos para a desconfiança em relação às leis e a parcialidade de sua aplicação, deixando o proletariado absolutamente refém das ações da classe burguesa. A sua única aspiração deve ser a necessidade de transformação radical das estruturas daquela sociedade, sem a menor possibilidade de vislumbrar, neste sistema qualquer garantia de vida digna. As leis, naquele momento – e não só –, foram apenas legitimadoras do poder burguês.

(...) o proletariado (...) é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a suspeição acerca de todos os delitos imagináveis e, ao mesmo tempo, torna-lhe inacessível aos recursos legais contra o arbítrio dos que detém o poder (ENGELS, 2008, p. 313)

É necessário insistir que apesar das diferenças históricas entre a Inglaterra de meados do século XIX e a atual realidade brasileira, nos parece fundamental, para compreendermos o problema da habitação, entender como esta questão está intimamente ligada à origem da sociedade capitalista e as consequências iniciais da organização deste sistema para a vida cotidiana do trabalhador. Além de compreendermos a permanência de muitas das mazelas daquele momento histórico sentidos ainda hoje.

Lefebvre atualiza a discussão; o urbano, em vez de ser continuidade ou consequência da sociedade industrial, tem um papel de superação. Assim, é esta

sociedade, a urbana e não mais a industrial que deve ser analisada e é nela que encontraremos, após uma análise profunda, os sujeitos da transformação.

A sociedade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas. (...) se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da problemática urbana. (LEFEBVRE, 1999, p. 26 e 27)

Obviamente não temos aqui a pretensão de debater quem será o sujeito histórico propulsor de uma transformação social, mas dentro do espaço urbano e a partir da compreensão dos novos atores que nele se configuram, dentro dessa classe fragmentada, qual será aquele que tem o potencial de “desobscurer” as contradições dessa sociedade?

Neste sentido, a discussão sobre exploração do trabalho e espoliação urbana nos auxilia para alguns apontamentos sobre esta questão. Lúcio Kowarick em seus *Escritos Urbanos* (KOWARICK, 2000) debate o problema da habitação e as lutas urbanas a partir dessa diferenciação, não apartando uma da outra. Segundo o autor

(...) espoliação urbana: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho. (KOWARICK, 2000, p.22)

O autor relaciona este debate com o papel que o Estado exerce nesta sociedade, assim como o poder de barganha dos movimentos urbanos no processo de transformação social. Dando continuidade ao debate sobre espoliação, Paulo Cesar Xavier Pereira acrescenta que há “a possibilidade da mobilização social a partir de identificação social através de espaços diferenciados na produção da cidade se tornar potencialmente inovadora e mais explicativa do que lutas pelo consumo coletivo” (PEREIRA, 1986, p. 208).

Lefebvre insiste para que não cometemos os mesmo erros que têm, muitas vezes, engessado a atuação dos atores que lutam pela habitação. Para o autor é fundamental, na atual conjuntura, iluminar o obscuro, e compreender os instrumentos que mantêm a cegueira se coloca como fundamental para superação das conseqüentes opressões vividas na sociedade. A sociedade capitalista cegante, nos coloca possibilidades escassas para a superação do problema da habitação, gerando assim, ao cegado – o conjunto dos trabalhadores –, a impossibilidade “natural” de resolução do problema. O

cego usa instrumentos como a naturalização da situação para que sobre aos cegos a potencialidade mínima de enxergar as possíveis superações. O cego também, não raras vezes, esquece que existe um cego “despotencializador” de suas propostas. Ao idealizar as leis como único potencial de uma sociedade justa, obscurecemos a noção de classe e os interesses de quem está ganhando o jogo, sendo que o próprio espaço é arma de dominação fundamental para estes que estão ganhando. (LEFEBVRE, [1970] 1999). Organizar a cidade de uma forma ideal a partir simplesmente da noção idealizada de justiça é uma continuidade de propostas “proudhonianas”⁶⁵ que não enxergam a radicalidade do problema, mantendo-o irresoluto, potencializando a cegueira de toda a população.

Instrumentos jurídicos favoráveis à população de baixa renda e conquistados pela luta popular não se potencializaram como realidade. No entanto ainda vemos a insistência de que essa realidade seja escrita pelos meios jurídicos, mais uma vez, obscurecendo os processos contrapostos a esta vontade, parece que sempre falta “combinarmos com a história”.

Programas habitacionais, fruto da luta dos movimentos e organizações em defesa da moradia popular têm sido, historicamente, espaço privilegiado do mercado imobiliário; e a população mais necessitada de habitação é sempre a mais esquecida. A visão do futuro traz em si a cegueira do passado.

A canalização das reivindicações urbanas para o Estado se, por um lado, politiza esses movimentos sociais que quase sempre são defensivos, por outro contribui para a opacidade das relações de apropriação do espaço e do valor. Quase que se tornam naturalizadas as diferenças na medida em que as reivindicações urbanas se defrontam com a impossibilidade dos recursos do Estado para resolver as carências da população e, principalmente, ao conduzir defensivamente os movimentos, segmentados pela diferenciação do consumo na situação urbana – reivindicando asfalto, calçamento, creche etc. – a uma mobilização que, muitas vezes, só dinamiza o processo de valorização imobiliária podendo servir para justificar aumentos de preços dos aluguéis para moradia e acabar expulsando a população que lutou pela melhoria (PEREIRA, 1986, 213)

⁶⁵ Engels em *A Questão da Habitação* propõe desconstruir a proposta dos Proudhonianos a partir do que ele compreende que é uma ideia central de Proudhon, a de que sua análise está ligada a um ideal de justiça que mascara a verdadeira raiz do problema. Para Proudhon a forma de superação da exploração é a redução das taxas de juros; o que ele não pode enxergar, segundo Engels, é de que os juros são apenas uma parte do lucro e, consequentemente, a redução dos juros não necessariamente se oporia a produtividade do capital, geradora da mais-valia. O erro fatal de Proudhon está no fato de que ele explica a taxa de juros pelas leis e não pelas condições da produção social, ignorando assim que a reprodução do capital é gerada pela exploração do trabalho.

O problema da habitação é histórico e autores clássicos não podem ser esquecidos para o desenvolvimento deste debate. Temos já, dado o desenvolvimento da sociedade capitalista, a possibilidade de compreendermos o que é habitação e como ela se desenvolve em diversos momentos de nossa história. É necessário desvendar campos obscurizados. O presente desenvolvido é a chave para a compreensão do passado (cf. MARX, 2009 – Contribuição à crítica da economia política); contudo, o passado é fundamental para buscarmos a superação das contradições presentes.

As estratégias dos atores da luta pela moradia deverão se ater para as experiências frustradas, as energias gastas, os avanços e retrocessos desta história. A tão esperada revolução mundial, que Engels acreditou estar próxima, não aconteceu, o que nos resta então?

Vivemos em um momento histórico sem muitas perspectivas de solução ou de transformação efetiva da sociedade, mas novos caminhos devem ser construídos. O maior desafio que se aponta é de como criar novas formas de atuação a partir das experiências históricas dos que lutaram pela garantia da igualdade social e consequentemente pela resolução do problema da habitação.

Por muitos anos, as organizações políticas embasadas em um marxismo dogmático não conseguiram avançar para “além da fábrica” como impulsionador da luta de classes. Nossa pesquisa aponta a necessidade de se buscar o papel das organizações contra a espoliação urbana como polo de resistência e avanço para o debate sobre o problema da habitação. Eles devem ser compreendidos em diálogo com o potencial da vida cotidiana nas cidades como elemento fundamental da possível busca pela resolução do problema. Entretanto se faz necessário que este debate avance no sentido de articulação da compreensão entre a cidade como um todo e o capital em geral.

A forma objetiva de organização do capital a partir de seus instrumentos ideológicos é uma das chaves necessárias para a realização de uma autocrítica das formas de atuação na luta urbana pela moradia. A raiz do problema não deve ser, neste momento, as amarras de uma ação baseada na leitura de uma conjuntura ainda desfavorável para o trabalho contra o capital. Contudo, seu desconhecimento ou mesmo obscurecer uma leitura aprofundada das formas e limites desta atuação, prolonga o limite de sua superação.

Não há, como pudemos ver, uma contradição entre as leis e sua aplicação, indagação inicial desta dissertação. O que se mostrou foi que a aplicação da lei se dá de acordo com a natureza do direito dentro de uma sociedade dividida em classes. A luta

jurídica, assim como a conquista por leis, é um avanço inquestionável e ainda há espaços para que dentro dela se construa um acúmulo de forças para uma nova estratégia de luta. O que não podemos deixar acontecer é nos iludirmos que ela será o principal instrumento para a conquista de uma vida digna aos trabalhadores.

O desafio colocado é de como avançar a partir do que temos e o que precisamos. O nó da terra precisa ser desatado e distintas forças do campo e da cidade deverão se constituir em conjunto para que a partir das demandas cotidianas possam reconstruir a organização territorial que privilegie um espaço que seja de todos. É tarefa das organizações e movimentos sociais cumprir uma agenda estratégica para a formação política de seus militantes, dialetizando teoria e luta. A compreensão de nossa história articulada com a conjuntura fortalece nossas ações e firma nossos horizontes em busca da construção de uma sociedade livre da exploração do trabalho alheio.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009

Associação de Moradores da Terra Prometida e Núcleo de Habitação e Meio Ambiente. A Participação Popular no Processo de Regularização Fundiária da Terra Prometida. Fortaleza: Cearah Periferia, 2007

BALDEZ, Miguel. A luta pela terra urbana. In.: Reforma urbana e questão democrática – promessas e desafios do estatuto da cidade. org Luis de Queiroz Ribeiro. Editora Revan, 2003.

BALDEZ, Miguel. Sobre o Papel do Direito na Sociedade Capitalista. Ocupações Coletivas: Direito Insurgente. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

BOTELHO, Adriano. A produção do espaço e da moradia através das práticas do setor imobiliário: 3 casos paulistanos in Revista Cidades, vol. 4, nº 6. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

BOULOS, G. Guilherme Boulos: ‘A nossa cor é a cor vermelha’: entrevista. [23 de junho, 2014]. São Paulo: *Revista Forum*. Entrevista concedida a Anna Beatriz Anjos e Igor

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In ORTIZ, R. (org.) *Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1994.

CASTELLS, Manuel. Cidade, Democracia e Socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel (org.). Estrutura de clases y política urbana em America Latina. Buenos Aires, Ediciones SIAP, 1974.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição social. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In America Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO: São Paulo, 2006.

Cidades: Aliança das Cidades, 2010. <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/planodiretor/publicacoes-institucionais/o-estatuto-da-cidade-comentado/portugues/>

COUTINHO, Ronaldo; AHMED, Flávio (orgs). Cidade, direito e meio ambiente: perspectivas críticas. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2002;

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

DELLA MANNA, Eduardo. Demarcação de ZEIS não é suficiente diz diretor de sindicato imobiliário de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/04/1269773-demarcacao-das-zeis-nao-e-suficiente-diz-diretor-de-sindicato-imobiliario-de-sp.shtml>. Acesso em 23 de maio de 2014

ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1979.

ENGELS, F.; MARX, M. Cartas Sobre El Capital. Berceleson: Editorial Laia, 1974.

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

Estatuto da cidade <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/plano-diretor/publicacoes-institucionais/o-estatuto-da-cidade-comentado/portugues/>

FERNANDES, Florestan; PRADO JR., Caio. Clássicos sobre a revolução brasileira. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, João S. W. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo “às avessas”. In Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010

FERREIRA, João S. W. O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo, Vozes / Unesp / Anpur, 2007

FERREIRA, João S. W. São Paulo: o mito da cidade global, São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo tese de doutorado

FERREIRA, João S. W. O patrimonialismo e as leis facultativas: o caso da cota de solidariedade em São Paulo. Disponível em <http://cidadesparaquem.org/blog/2014/11/29/o-patrimonialismo-e-as-leis-facultativas-o-caso-da-cota-de-solidariedade-em-so-paulo>. Acesso em 04/12/2014

FIX, Mariana. Parceiros da exclusão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

G1. Lucro de Cyrela sobre 26% no ano para 719 milhões. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/03/lucro-da-cyrela-sobe-26-no-ano-para-r-719-milhoes.html> Acesso em 21 de março de 2014

GASPARIN, Gabriela. Supervalorização de imóveis deixa aluguel mais atraente. Disponível em

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/06/supervalorizacao-de-imoveis-deixa-aluguel-mais-atraente.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2013

GOOGLE EARTH Fotos aéreas consultadas em 2014

GOMES, Rodrigo. Após nove meses de debate, Plano Diretor de São Paulo é aprovado pela Câmara Municipal. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/06/plano-diretor-de-sao-paulo-e-aprovado-na-camara-municipal-apos-nove-meses-de-tramitacao-3905.html> Acesso em 21 de Julho de 2014

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

HABISP Disponível em <http://www.habisp.inf.br/>

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2006.

HARVEY, David. O enigma do Capital. São Paulo, Boitempo, 2011

HARVEY, David. O Trabalho, o Capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas in revista espaço e debates n° 6, 1982.

IANNI, Octávio. Presença de Florestan Fernandes. Estud. av. vol.10 no.26. São Paulo, 1996

INFOCIDADES consultado em 2014. Disponível em <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>

KASHIURA JR, Celso Naoto. Sujeito de Direito e Capitalismo. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1985 – 4ª edição.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo, Editora 34. 2000 – 2ª edição

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1993 – 2ª edição

KOWARICK, Lúcio (Org). As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009

KRISCHKE, Paulo, J. (org). Terra de habitação x terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Centauro Editora, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A vida quotidiana no mundo moderno. Lisboa, Ulisseia, 1969

- LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona, Ed. Península, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. Revolução Urbana. São Paulo: Humanitas [1970] 1999.
- LÊNIN, V. I. O Estado e a revolução. São Paulo, Expressão Popular, 2010 – 2ª edição.
- MANSO, Bruno Paes; ZANCHETTA, Diego. Capão é o novo “Morumbi Sul” em SP. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,capao-e-o-novo-morumbi-sul-em-sp,342799,0.htm> Acesso em 12 de maio de 2010;
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. São Paulo, Vozes, 2001 – 2ª edição..
- MARICATO, Erminia. É a Questão Urbana, estúpido. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1465> Acesso em 11 de Maio de 2014
- MARICATO, Erminia. Globalização e Política Urbana na periferia do capitalismo. Revista Vera Cidade – Ano IV – N.º 4 – Março de 2004.
- MARICATO, Erminia. A ilusão da escolha. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/09/opiniao/10.html>. Acesso em 5 de maio de 2012
- MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 2011
- MARICATO, Erminia. Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo, Hucitec, 1996
- MARICATO, Erminia. O nó da terra. Revista Piauí, ed. 21, São Paulo, 2008
- MARICATO, Erminia (Org.). A produção capitalista da casa. São Paulo, Alfa-Omega, 1982 – 2ª edição.
- MARQUES, Sabrina. Especulação Imobiliária. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniao/Especulacao-imobiliaria/22499>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.
- MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Contextualização dos Movimentos Populares Urbanos da Cidade de São Paulo: 1970 – 1995. FASE - Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional – São Paulo, 1995
- MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole. São Paulo, FAU USP, FAPESP, 2006.
- MARTINS, Maria Lucia R. São Paulo: além do Plano Diretor. In Estudos Avançados, 47. São Paulo, IEA 2003.

MARTINS, Rodrigo; VIEIRA, Willian. O retirantes das favelas. Carta Capital, São Paulo, nº 679, p. 36 a 41, 11 de janeiro de 2012;

MENDES, Rodrigo. SARACK, Caio. IPTU é importante instrumento de justiça urbana. Disponível em (<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/IPTU-e-importante-instrumento-de-justica-urbana-/38/29454>). Acesso em 01 de dezembro de 2013

NAVES, Márcio Bilharino. A questão do Direito em Marx. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo (Org.). Engels. São Paulo: Editora Ática, 1981.

Observatório dos Direitos do Cidadão. Habitação controle social e política pública. São Paulo, Instituto Pólis / PUC-SP, 2007;

Observatório das remoções. Mapa das remoções. Disponível em <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br/2012/09/mapa-de-remoco.es.html>. Acesso em 07 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Carmen Cristina Fernandez Teijeiro e. Decisão judicial. Diário de Justiça de São Paulo, publicada no dia 14/11/2013. São Paulo, 2013

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. São Paulo, Boitempo editorial, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs). Hegemonia às avessas. São Paulo, Boitempo editorial, 2010.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. São Paulo: a construção da cidade, 1872-1914. São Paulo: Editora RIMA, 2004

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Valorização Imobiliária, Movimentos Sociais e Espoliação.

POLLI, Simone. Moradia e Meio Ambiente, os conflitos pela apropriação do território nas áreas de mananciais de São Paulo. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

QUINTÃO, Chiara. Gafisa reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 921,28 milhões no 4º tri. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/3445650/gafisa-reverte-prejuizo-e-tem-lucro-de-r-92128-milhoes-no-4>. Acesso 21 de março de 2014

Rede Extremo Sul <http://redeextremosul.wordpress.com/category/pq-cocaia>. Acesso em 13 de Agosto de 2012

RIBEIRO, Fabiana Voldoski. A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEABRA, Odette. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. São Paulo, 2003.

Secretaria Municipal de Habitação. Programas. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=141>;

Secretaria Municipal de Habitação. Programas. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=3377>

SILVA, Márcio. A Função Social da Propriedade segundo o Estatuto da Cidade. Disponível em

<http://www.ibdu.org.br/imagens/AFUNcaOSOCIALDAPROPRIEDADESEGUNDOO ESTATUTODACIDADE.pdf>

Sub Prefeitura da Capela do Socorro

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeituras/boletins_das_subprefeituras/2011/2011-02_capela_do_socorro.pdf

SAULE JR., Nelson. A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 2004.

TAVARES, Joana. Mais Casas, Mais especulação. Disponível em

<http://www.brasildefato.com.br/content/mais-casas-mais-especulacao>. Acesso em 10 de janeiro de 2012;

Vários autores. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, n. 5, 1982

Vários autores. Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra. n. 1, 1977

Vários autores. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo in Estud. av. vol.17 no.47 São Paulo, 2003

Vários autores. São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, 1976

VILLAÇA, Flavio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo, Global Editora, 1986.

VILLAÇA, Flavio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). Ruy Mauro Marini, vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VILLAS BOAS, Rafael, O legado das ruas em disputa: entre a regressão fascista e o salto rumo a um novo limite disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/13373>
Acesso em 14 de maio de 2014

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro, Zahar, 2001

ZANCHETTA, Diego. Kassab libera prédio popular em área verde. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,kassab-libera-predio-popular-em-area-verde,589655,0.htm> Acesso em 03 de agosto de 2010;